



**Universidade Católica do Salvador**  
**Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação**  
**Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social**

**RAIMUNDO PINHEIRO VENÂNCIO FILHO**

**O SAGRADO E O PROFANO NO SERTÃO DA BAHIA: A  
RELIGIOSIDADE EM MONTE SANTO**

**Salvador**  
**2014**

**Raimundo Pinheiro Venâncio Filho**

**2014**

**O SAGRADO E O PROFANO NO SERTÃO DA BAHA: A RELIGIOSIDADE EM MONTE SANTO**

**RAIMUNDO PINHEIRO VENÂNCIO FILHO**

**O SAGRADO E O PROFANO NO SERTÃO DA BAHIA: A  
RELIGIOSIDADE EM MONTE SANTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Católica do Salvador (UCSAL), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.  
Orientadora: Profa. Dra. Maria Helena Ochi Flexor

Salvador  
2014

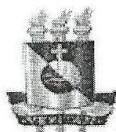
UCSal. Sistema de Bibliotecas.

V448 Venâncio Filho, Raimundo Pinheiro.  
O sagrado e o profano no Sertão da Bahia: a religiosidade em  
Monte Santo/ Raimundo Pinheiro Venâncio Filho. – Salvador, 2014.  
192 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica do Salvador.  
Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado em  
Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.  
Orientação: Profa. Dra. Maria Helena M. Ochi Flexor.

1. Monte Santo - Região Nordeste da Bahia 2. Religiosidade Popular  
3. Romarias – Catolicismo Popular 4. Festas Populares I. Título.

CDU 248.153.8:711(813.8)



**Universidade Católica do Salvador**

Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação  
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social  
Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social

**TERMO DE APROVAÇÃO**  
**RAIMUNDO PINHEIRO VENÂNCIO FILHO**

***O sagrado e o profano no sertão da Bahia: a religiosidade em Monte Santo***

Dissertação aprovada como requisito final para obtenção do grau de Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.

Salvador, 05 de dezembro de 2014

Banca Examinadora:

PROFA. DRA. MARIA HELENA FLEXOR (ORIENTADORA)  
DOUTORA EM HISTÓRIA SOCIAL  
UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR - UCSAL

PROF. DR. PEDRO DE ALMEIDA VASCONCELOS  
DOUTORA EM GEOGRAFIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR - UCSAL

PROFA. DRA. ANA PALMIRA BITTENCOURT CASIMIRO  
DOUTORA EM EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB

## **AGRADECIMENTOS**

Trabalhar com a religiosidade da cidade onde se cresceu leva-me a reviver tudo o que, desde criança, presenciou em família. Para tanto, teve que buscar um distanciamento da intimidade do cotidiano, que o local de estudo proporcionava, para determinadas abordagens.

Dessa forma, recorri, além de obras específicas, às entrevistas com pessoas locais na pesquisa, a quem agradeço, estendendo-os aos desconhecidos que ajudaram a revelar algumas realidades na cidade.

Agradecimentos, sobretudo, a Deus e à família que, de diferentes maneiras, esteve sempre presente nessa caminhada. Entre seus componentes, agradecimento ao meu pai Raimundo Pinheiro, minha avó Carmem Barreto que, nos seus 100 anos, sempre insistiu para que não desistisse dos objetivos, às minhas irmãs, Anefátima Barreto e Tatiane Barreto, à minha esposa Leidiana Matos e a meu filho Herick Dantas. Além destes, devo lembrar de minha mãe Wanaide Barreto, - que não está mais conosco -, mas que sempre usou de suas forças para dar tudo a seus filhos, principalmente a educação. Alguns amigos, que sempre serviram de estímulo, muito obrigado.

Agradecimentos à Professora Doutora Maria Helena Ochi Flexor, pela orientação, e também por me acalmar, como uma mãe, em momentos difíceis.

Gratidão aos professores do Programa de Pós-Graduação, que estimularam o processo de pesquisa nesse trabalho e aos colegas da turma que, em conversas, reuniões e trabalhos das disciplinas, influenciaram na composição desta Dissertação.

Por último, agradecimentos aos entrevistados, moradores, romeiros, políticos, padres e a todos que deram sua contribuição para esta monografia.

## **RESUMO**

O catolicismo popular, manifestado nas práticas de romarias, procissões e veneração a santos, teve uma importância significativa no surgimento e transformação de muitas cidades no Brasil. Monte Santo é uma cidade de pequeno porte, localizada na Região Nordeste da Bahia, sertão do semi-árido, da microrregião econômica de Euclides da Cunha. Abriga, entre outros templos, o Santuário da Santa Cruz, que transforma a cidade em centro de peregrinações periódicas e que atrai visitantes, tanto do Estado da Bahia, como de outros lugares mais longínquos. Leituras e pesquisas de campo permitem verificar que a religião católica e o deslocamento de pessoas ocupam e mudam, temporariamente, os espaços públicos de Monte Santo. O objetivo deste trabalho é analisar a religiosidade sob a ótica das tradições, que consagraram os lugares sagrados locais que, por sua vez, provocam uma nova dinâmica e funcionalidade na cidade nos períodos de fluxo intenso de fiéis. Busca-se, também, fazer compreender a decadência dessas tradições e a expansão de práticas profanas, por meio de festas leigas. Usou-se a metodologia mais recorrente de análise e síntese, utilizando técnicas de procedimento, como consultas bibliográficas, documentais, coadjuvadas por pesquisa de campo, - com uso de entrevistas abertas e observações pessoais -, durante as datas de peregrinações religiosas locais. As manifestações ocorrem duas vezes ao ano, coincidindo uma com a Semana Santa e a outra realizada na véspera do dia de Todos os Santos, 31 de outubro. Avaliam-se, também, as políticas públicas locais, que propõem melhorias para a cidade, com base na exploração do turismo religioso. Conclui-se que as romarias, levadas pela fé do povo brasileiro, independem do poder local que, ao promover as festas leigas, continua a dividir a população e visitantes entre eventos religiosos tradicionais e as festas com cantores populares mais recentes.

**Palavras-chave:** Monte Santo, religiosidade popular, romarias, festas populares

## **ABSTRACT**

The popular Catholicism, manifested in the practice of pilgrimages, processions and worship of saints, had a significant importance in the emergence and transformation of many cities in Brazil. Monte Santo is a small town located in the northeastern region of Bahia, the semi-arid backlands, the micro-economic Euclides da Cunha. It houses, among other temples, the Sanctuary of Santa Cruz, which transforms the city center in periodic pilgrimages and attracts visitors from both the State of Bahia, as other more distant places. Readings and field research verifying that the Catholic religion and the displacement of people occupy and change temporarily the public spaces of Monte Santo. The objective of this work is to analyze religiosity from the perspective of the traditions, which enshrined the local sacred places which, in turn, lead to a new dynamic functionality and in the city during periods of intense flow of faithful. Seeks to also do understand the decay of these traditions and the expansion of secular practice through secular parties. It used the most recurrent methodology for analysis and synthesis using techniques procedure, as documentary bibliographic consultations, complemented with field research - using open interviews and personal observations - during the dates of local religious pilgrimages. Demonstrations occur twice a year, one coinciding with Holy Week and the other held on the eve of All Saints Day, October 31. If also assess local public policies that propose improvements to the city, based on the exploitation of religious tourism. We conclude that the pilgrimages, carried by the faith of the Brazilian people, independent of local government that by promoting the lay parties, continues to divide the population and visitors between traditional religious events and festivals with newer popular singers.

**Keywords:** Monte Santo, popular religiosity, festivals, folk festivals

## **LISTA DE SIGLAS**

CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional

CBPM – Companhia Baiana de Pesquisa Mineral

CODES SISAL - Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia

COELBA – Companhia de Eletricidade da Bahia

CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra a Seca

DOM – Diário Oficial dos Municípios

EMBASA – Empresa Baiana de Águas e Saneamento

EMTUR - Empreendimentos Turísticos da Bahia

g/t – Grama por tonelada

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SECULT – Secretaria de Cultura da Bahia

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SICM – Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração da Bahia

SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

## LISTA DE FIGURAS

Fig.1 – Serra do Piquaraçá em Monte Santo/Bahia.....	14
Fig. 2 – Vegetação da caatinga com destaque para a macambira e o mandacaru.....	30
Fig. 3 – Bloco de granito Tropical Bahia, explorado em Monte Santo.....	31
Fig. 4 – Açude do Cariacá .....	32
Fig. 5 – Vista da Serra do Piquaraçá, a partir do Santuário da Santa Cruz .....	33
Fig. 6 – Vista aérea da Praça Monsenhor Berenguer com destaque para a Serra do Piquaraçá ao fundo.....	34
Fig. 7 – A cidade de Monte Santo na atualidade .....	35
Fig. 8 – A cidade e principais vias urbanas .....	36
Fig. 9 – Rua das Flores – casas remodeladas para construção de casas de comércio.....	39
Fig.10 – Meteorito Bendegó no leito do riacho Bendegó em Monte Santo .....	42
Fig. 11 - Meteorito Bendegó no Museu Nacional .....	42
Fig. 12 – Prédio que serviu de quartel general, hospedaria e sediou a Prefeitura .....	44
Fig. 13 – Fiel no Santuário da Santa Cruz - Fotografia de Pierre Verger .....	46
Fig. 14 – Artesanato em palha e sisal, comercializado na feira livre .....	58
Fig. 15 – Lyra Monte-santense.....	58
Fig. 16 – Museu do Sertão de Monte Santo .....	62
Fig. 17 – Armas utilizadas na Campanha de Canudos - Museu do Sertão .....	62
Fig. 18 – Coleção de ex-votos do Museu do Sertão .....	63
Fig. 19 – Réplica do meteorito Bendegó – Museu do Sertão .....	63
Fig. 20 – Morro de Bom Jesus da Lapa/Bahia .....	50
Fig. 21– Imagem do Cristo Crucificado, no altar-mor, em Bom Jesus da Lapa .....	66
Fig. 22– Gruta de Nossa Senhora da Soledade de Bom Jesus da Lapa .....	70
Fig. 23– Esplanada e entrada do Santuário de Bom Jesus da Lapa .....	71

Fig. 24 – Pessoas pedindo esmolas nos portões do citado Santuário .....	73
Fig. 25 - Santuário do Bom Jesus do Monte .....	75
Fig. 26 - Frei Apolônio de Todi .....	78
Fig. 27 – Igreja Matriz na atualidade.....	81
Fig. 28 – Visita do Arcebispo da Bahia a Monte Santo .....	85
Fig. 29 – Igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus .....	89
Fig. 30 - Santuário da Santa Cruz .....	89
Fig. 31 – Interior da Matriz do Sagrado Coração de Jesus .....	90
Fig. 32 - Altar-mor da Igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus .....	91
Fig. 33 – Retábulo colateral de São Pedro e São Benedito.....	91
Fig. 34 – Retábulo colateral esquerdo: Cristo Crucificado.....	91
Fig. 35 – Altar lateral direito: Santana Mestra e São Miguel e Nossa Senhora da Conceição .....	92
Fig. 36 – Altar lateral direito: Santo Antônio com Menino Jesus .....	92
Fig. 37 – Capela do Calvário do Santuário da Santa Cruz.....	93
Fig. 38 – Interior da Capela do Calvário .....	94
Fig. 39 – Capela do Senhor dos Passos .....	94
Fig. 40 – Capela de Nossa Senhora das Dores .....	94
Fig. 41 – Capelinha que compõe o Santuário.....	95
Fig. 42 – Imagem do Senhor dos Passos .....	95
Fig. 43 – Imagem de Nossa Senhora das Dores .....	96
Fig. 44 – Imagem do Cristo Morto .....	97
Fig. 45 – Imagem de Nossa Senhora da Soledade .....	97
Fig. 46 – Imagem de São João Batista .....	98
Fig. 47 – Caminho do Santuário da Santa Cruz .....	100
Fig. 48 – Registro no livro de visitas do Santuário de 1896 .....	102
Fig. 49 – Peregrinos no caminho da Santa Cruz .....	108
Fig. 50 – Trecho irregular do caminho do Santuário .....	108

Fig. 51 – Ex-votos na Sala dos Milagres .....	109
Fig. 52 – Ex- votos na Sala dos Milagres .....	110
Fig. 53 – Descida do Santuário na Semana Santa, na década de 1940 .....	110
Fig. 54 – Comércio de produtos diversos na Praça Monsenhor Berenguer .....	112
Fig. 55 – Devota acendendo vela e rezando numa capela do caminho do Santuário .....	114
Fig. 56– Marceneiro Márcio Silva pagando promessa.....	114
Fig.57– Barracas, com produtos variados, na Rua Senhor dos Passos.....	116
Fig. 58 – Multidão na festa profana com apresentação de artistas nacionais .....	117
Fig. 59 - Ex-governador da Bahia, Paulo Souto, na romaria ao Santuário .....	119
Fig. 60– Nossa Senhora da Soledade, São João Batista (no altar) e o Senhor Morto – imagens da Capela do Calvário .....	121
Fig. 61 – Irmandade do Santíssimo Sacramento e Santa Cruz, descida do Santuário .....	122
Fig. 62– Imagens percorrem a Via Sacra, carregadas por fiéis .....	122
Fig. 63 – Procissão do Senhor dos Passos .....	127
Fig. 64 – Procissão do Encontro do Senhor dos Passos e Nossa Senhora das Dores .....	127
Fig. 65– Procissão do Senhor Morto .....	128
Fig. 66 – Romeiros ao lado da parede de pedra da Capela de Nossa Senhora das Dores .....	130
Fig. 67 – Capa do jornal, Folha de São Paulo, com manchete sobre as imagens quebradas .....	131
Fig. 68 – Imagens do Senhor dos Passos e Nossa Senhora das Dores.....	131
Fig. 69 – Imagem do Senhor dos Passos danificada .....	132
Fig. 70 – Destroços da imagem de Nossa Senhora das Dores .....	132
Fig. 71 – Procissão/protesto com os destroços das imagens .....	133
Fig. 72 – Revolta da população contra o vandalismo e destruição das imagens.....	133
Fig. 73 - Pagadoras de promessa, na Sexta Feira Santa .....	138
Fig. 74 – Romeiros no Santuário, no dia 31 de outubro .....	138

Fig. 75– Pagadores de promessas acendendo vela no Santuário .....	139
Fig. 78 – Procissão na Semana Santa, organizada pela Irmandade do Santíssimo Sacramento e Santa Cruz .....	140
Fig. 79 – Fiéis escavando o paredão atrás da Capela de Nossa Senhora das Dores .....	141
Fig. 80– Indigentes pedindo esmola no Santuário .....	142
Fig. 81 – Portal especialmente montado na praça de eventos .....	148
Fig. 82 – Shows musicais no palco principal da praça de eventos .....	148
Fig. 83 – O sagrado e o profano em Monte Santo .....	149
Fig. 84 – Estrutura, montada pela Prefeitura, para acolhimento dos romeiros .....	150
Fig. 85 – Audiências públicas, seminários e reuniões de discussão do Plano Diretor Municipal .....	165
Fig. 86 – Artistas nacionais que se apresentaram em Monte Santo, de 2008 a 2013 .....	171
Fig. 87– Multidão participante do “Desperta Monte Santo” .....	175
Fig. 88 – Barracas montadas pela Prefeitura para igrejas participantes do evento...	175
Fig.89– Barracas montadas para igrejas participantes do evento .....	175

## **LISTA DE TABELAS**

TABELA 1 – População rural e urbana de Monte Santo – 2000-2010 .....	52
TABELA 2 – População masculina e feminina – 2000-2010 .....	52
TABELA 3 – Fecundidade, longevidade e mortalidade - 1991-2010.....	55
TABELA 4 – Gastos realizados com festas profanas em Monte Santo.....	171

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Totais de moradores do município com acesso à rede de água e esgoto sanitário - 1991-2010.....	38
Gráfico 2 – Evolução da população do município de Monte Santo.....	51
Gráfico 3 – Evolução da porcentagem do número de mortos.....	51
Gráfico 4 – Proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza e indigência.....	54
Gráfico 5 – Taxa de frequência do ensino fundamental – 1991-2010.....	56
Gráfico 6 – Taxa de conclusão no ensino fundamental – 1991-2010.....	56
Gráfico 7 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) – 2009-2011.....	57
Gráfico 8 – Proporção de crenças religiosas em Monte Santo – 2010.....	143

## **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1 – Localização de Monte Santo no Território de Identidade do Sisal.....	28
Mapa 2 – Base cartográfica de Monte Santo/BA.....	29

## **PLANTA**

Planta 1 – Planta da cidade, destacando órgãos públicos e comércio local.....	40
---	----

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO 1 - MONTE SANTO: O TERRITÓRIO E A CIDADE</b> .....	<b>23</b>
A CIDADE.....	30
FATOS HISTÓRICOS.....	39
<b>CAPÍTULO 2 - ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E CULTURAIS</b> .....	<b>47</b>
ECONOMIA E CONDIÇÕES SOCIAIS .....	48
COSTUMES E CULTURA.....	56
<b>CAPÍTULO 3 - O SAGRADO NO ESPAÇO: O EXEMPLO DE BOM JESUS DA LAPA</b> .....	<b>63</b>
SÍMBOLOS DA FÉ EM BOM JESUS DA LAPA.....	65
CULTO E DEVOÇÃO .....	70
<b>CAPÍTULO 4 - SIMBOLOGIA RELIGIOSA EM MONTE SANTO</b> .....	<b>72</b>
FREI APOLÔNIO DE TODI.....	75
AS IRMANDADES.....	79
A SIMBOLOGIA DO SAGRADO.....	87
<b>CAPÍTULO 5 - ROMARIA E LUGARES SAGRADOS: LEITURAS E MEMÓRIAS</b> ...	<b>97</b>
SURGIMENTO DAS ROMARIAS.....	101
FESTA DA SEMANA SANTA.....	104
FESTA DE TODOS OS SANTOS.....	109
<b>CAPÍTULO 6 - PROCISSÕES, IMAGENS E MILAGRES</b> .....	<b>119</b>
PROCISSÕES.....	122
MILAGRES E IMAGENS.....	126
<b>CAPÍTULO 7 - ROMARIAS E SEUS MÚLTIPLOS SIGNIFICADOS</b> .....	<b>134</b>
ROMEIROS E VISITANTES.....	135
DINÂMICA DEVOCIONAL ENTRE ROMEIROS E MORADORES .....	139
ROMARIA OU FESTA? SAGRADO OU PROFANO? .....	142
<b>CAPÍTULO 8 - IGREJA E PODER PÚBLICO</b> .....	<b>150</b>
IGREJA E IRMANDADE NA ATUALIDADE .....	154
PODER PÚBLICO E A CIDADE.....	160
<b>CONCLUSÕES</b> .....	<b>174</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>178</b>

## INTRODUÇÃO

Os estudos de Tuan (1980; 1983) afirmam que uma ligação emocional é criada e mantida, por conta da edificação do lugar sagrado. A colocação de cruzes, e posterior construção das capelas, na Serra do Piquaraçá (Fig. 1), demonstrou a força da fé dos moradores de Monte Santo, na Bahia, a partir do Santuário da Santa Cruz. Nesse sentido, Eliade (2012, p. 18) afirmou que “a pedra sagrada, a árvore sagrada não são adoradas como pedra ou como árvore, mas justamente porque revelam algo que já não é nem pedra, nem árvore, mas o sagrado, o *ganz andere*”<sup>1</sup>.



**Fig. 1 – Serra do Piquaraçá em Monte Santo/ Bahia**

Fonte: Prefeitura de Monte Santo, 2010.

No ano de 1707, com o objetivo de confirmar e adequar os preceitos do Concílio Tridentino às terras brasileiras, o arcebispo, D. Sebastião Monteiro da Vide, reuniu o sínodo e fez aprovar as “Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia”. De acordo com LOOT (2005, p. 1), esse documento, entre outros aspectos, “trata de

---

<sup>1</sup> “*Ganz andere*” é uma expressão inspirada pelas ideias do teólogo protestante Rudolf Otto (1869-1937) e que aparece na introdução do clássico “O Sagrado e o profano: a essência das religiões” de autoria de Mircea Eliade (2012). O sentido da expressão aponta para aquilo que é grandioso e “totalmente diferente”. Em relação ao “*Ganz andere*”, o homem tem o sentimento de sua profunda nulidade, o sentimento de não ser nada mais do que uma criatura, segundo os termos com que Abraão teria se dirigido ao Senhor – de não ser senão cinza e pó (Gen: 18:27.). “*Ganz andere*” se identifica com aquilo que o homem religioso interpreta como a materialização extrema do sagrado (ELIADE, 2014).

uma época em que a religiosidade era componente intrínseco da mentalidade das pessoas e de toda a sua organização social e política”.

Associando a intenção de Frei Apolônio de Todi<sup>2</sup> quando da colocação de cruzes ao longo do percurso para serem adoradas no alto da Serra do Piquaraçá, vê-se a influência dessas recomendações das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, de 1707. Flexor (2009) afirmou que a cruz tinha enorme valor. Não era simbólica, mas tida como real, por isso mesmo não podia ser colocada diretamente no chão. Era sempre representada por um pedestal, representativo do monte Calvário.

A cruz não podia estar em lugar que se pudesse pisá-la, ou debaixo de janelas, nem sob paredes ou lugares sujos ou indecentes. Não eram proibidas as cruzes, de pau ou pedra, ou mesmo pintada, em lugares públicos, estradas, ruas, caminhos, mas sempre, levantadas do chão, o que explica sempre a cruz estar representada com o seu calvário, isto é, sobre um pedestal significativo de algum relevo (FLEXOR, 2009. p. 6).

Manter o imaginário do lugar místico foi o que fez a população adquirir uma identidade própria, um envolvimento, no qual a vida cotidiana do local continuou ligada na religiosidade católica. Todas as atividades culturais, que se desenvolveram nas comunidades, por exemplo, os Reisados, os Ternos de Reis, a Semana Santa, Páscoa, Santos juninos, Todos os Santos, a comemoração ao mês Mariano em maio, ao Corpo de Deus e Natal, tiveram uma forte ligação com a religião católica.

O lugar se tornou íntimo, cheio de valor e tradição para os moradores que viviam no ambiente venerável construído por Frei Apolônio e que também servia de atração para o visitante, o qual buscava uma sacralidade que satisfizesse seus anseios espirituais baseados na fé. As tradições locais, assim, foram sempre mantidas com a preservação de anseios juntamente com a fé.

Para Tuan (1983), o espaço se transforma em lugar, quando passa a ter significado para quem nele habita. A manifestação do sagrado em locais específicos, naturais ou artificiais, é chamada de hierofania<sup>3</sup> que significa algo virtuoso que se revela.

---

<sup>2</sup> Capuchinho italiano que implantou as Santas Missões na região de Monte Santo e fundou o Santuário da Santa Cruz.

<sup>3</sup> “Hierofania” vem de duas palavras gregas: “*hierós*” (santo, sagrado) e “*fanein*” (manifestar). O termo foi cunhado por Mircea Eliade,(1993,p.17) para se referir a uma consciência fundamentada da

Os lugares sagrados são locais de hierofania. A moita, a fonte, a pedra ou a montanha adquire caráter sagrado onde quer que seja identificado com alguma forma de manifestação divina ou com um acontecimento de significado extraordinário (TUAN, 1983, p. 168).

Cidades-santuários, segundo Rosendahl (2012, p. 82) referem-se às cidades, que possuem uma característica espiritual predominante e são marcadas por práticas sazonais de deslocamento de pessoas a lugares sagrados.

As cidades-santuário tem características próprias. Lugares que apresentam aspectos específicos e são vistos como o local onde Deus está mais presente, atraindo assim, os fiéis que necessitam dessa aproximação. Para Tuan (1983, p. 7), a construção do lugar parte das experiências e sentidos de sentimento e entendimento da cultura, história e das relações sociais existentes.

O mesmo autor (TUAN, 1983, p. 126) considerou o espaço mítico como uma resposta do sentimento e da imaginação às necessidades humanas fundamentais. Rosendahl (1996, p. 32) apresentou os conceitos de espaços sagrados como aqueles onde o poder da mente das pessoas é que demarca e materializa os sentimentos, as imagens e pensamentos.

Oliveira (1995, p. 52), classificou “santuário” como o templo, ou o edifício consagrado às cerimônias religiosas, um lugar santo. Seria o lugar reservado para guardar, conservar e cultuar os símbolos presentes.

As capelas pequenas abrigando pequenas cruzes em seu interior, as grandes com as imagens dos santos, os quadros, assim como a areia e as pedras do Santuário da Santa Cruz, mostram uma hierarquia no recinto, de acordo com a “veneração” do fiel, expressada nos rituais em cada lugar considerado respeitável. Os romeiros reconhecem esses lugares por conta da tradição secular de repetição dos rituais e sua consagração. Mattos (2006, p. 222), com base em leituras de Webster, afirmou que, as imagens, como simbologia da memória coletiva, circulam pelos tempos, se remobilizando e se reorganizando em momentos históricos e contextos distintos. Assim, os conteúdos psíquicos da memória coletiva promovem pontes entre o passado e o presente.

As particularidades, tais como os santos que representam a via sacra no Santuário da Santa Cruz influenciam na devoção do peregrino que visita o local. Rosendahl classificou essa relação como algo único e diferenciado:

O espaço sagrado possui uma relação íntima com o grupo religioso que o frequenta. As imagens espaciais desempenham um papel importante na memória coletiva, porque cada aspecto, cada detalhe desse lugar possui um sentido que só é inteligível para os membros do grupo, pois todas as partes do espaço que ele ocupa correspondem a certo número de aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade (ROSENDAHL, 1996, p.34).

Fernandes (1982, p. 11) fez considerações sobre os espaços sagrados, associando-os às simbologias construídas pelas comunidades por gerações sucessivas. O Santo não mora em um lugar qualquer e sim naquele que surgiu, de forma diferente, numa localidade comum. Para o autor, a sucessão de acontecimentos miraculosos resultou no surgimento desses lugares diferenciados, que fogem assim à esfera do controle humano de criar. Nesse sentido, o homem vem reproduzindo os rituais, que foram introduzidos no passado, por conta desses acontecimentos considerados santificados.

A prática religiosa de visitar determinados ambientes, de acordo com Rosa (2007), é denominada peregrinação que, em seu sentido amplo, se realiza quando o objetivo principal da viagem é o desejo, essencialmente de alcançar a esfera milagrosa assim entendida pelo peregrino, realizando ainda muitas práticas complementares de devoção que envolve atos de orações, penitências, acender velas, beijar os pés ou mãos de santos, etc.

Para os católicos do mundo inteiro, os lugares mais procurados sempre foram o túmulo de São Pedro na Basílica de mesmo nome, em Roma - de onde vem também a denominação de romeiros - na Itália; a gruta de Lourdes, na França; o Santuário de Nossa Senhora de Fátima, em Portugal; além do Santuário de Nossa Senhora Aparecida no Brasil; e Belém do Pará com o Círio de Nazaré. Para os islâmicos, Meca é a principal cidade de peregrinação. Os hindus consideram as cidades sagradas de Varanasi, Khasi ou Banarés como referências.

Considerando os locais consagrados, como centros de atração de manifestações religiosas, Rosendahl (2012, p 152) os definem da seguinte forma:

Apresentam independentemente do contexto cultural em que se localizam, algumas características comuns, repetitivas e outras que descrevem suas singularidades. Assim, é possível delimitar, em cada centro de peregrinação, o espaço sagrado - caracterizado por sua sacralidade máxima, expressa por uma materialidade à qual se atribui grande valor simbólico - e os espaços profanos, em torno do espaço sagrado, caracterizado pela existência de elementos que não possuem sacralidade.

Ainda, segundo essa autora (ROSENDAHL, 2012), esses deslocamentos, no Brasil, datam do século XVI, oriundos de Portugal. Cidades que possuem uma característica espiritual predominante e com a presença de muitos visitantes, são chamadas de hierópolis<sup>4</sup>. Cada hierópolis apresenta uma lógica espacial, uma estrutura desenhada pelos deslocamentos de peregrinos e da população, meios de transporte, consumo, alojamentos e período de permanência na cidade.

Diniz (1989, p. 275), ao estudar o sistema urbano regional de Juazeiro do Norte, no Ceará, procurou classificar a romaria de Nossa Senhora das Dores e Padre Cícero, como

uma maneira de viver e organizar o espaço em dimensões religiosas, místicas; maneira encontrada pelo homem, qualquer que seja a sua cultura e a sua religião. O lugar da romaria é visado pelo devoto que para ele vai se dirigindo, como sendo o “centro do mundo”.

Alguns acidentes geográficos, construções religiosas, pessoas religiosas proeminentes, entre outras formas representativas concretamente, considerados santos, possuem especificidades próprias, como o poder de atrair peregrinos, conforme afirmou Costa (2010). De acordo com as sacralizações locais é que se avalia o significado dos símbolos religiosos e a dimensão da sua área de influência.

A forte presença de elementos geosimbólicos confere às cidades-santuários um sentido, uma identidade e também uma espiritualidade, cuja culminância é revelada na criação de um conjunto de representações simbólicas que engendram uma rede de significados e que se associam a um ordenamento perene de fluxos e fixos, considerados determinantes para a organização dessas hierópolis (COSTA, 2010, p. 45).

A repetição das visitas é a consagração dos “cosmos”, conforme afirmou Eliade. A ideia de repetir os rituais, ou o “mito do eterno retorno”, identifica os

---

<sup>4</sup> “Hierópolis” ou cidades-santuário é o termo, segundo Rosendahl (1999, p. 82), que se refere às cidades que possuem uma característica espiritual predominante e é marcada pela prática religiosa da peregrinação ou romaria ao lugar sagrado.

tempos míticos nas cidades-santuário. “O lugar transforma-se assim numa fonte inesgotável de força e de sacralidade que permite ao homem tomar parte nessa força e comungar dessa sacralidade” (ELIADE, 1993, p. 296)<sup>5</sup>.

O espaço e tempo sempre estiveram associados entre si por conta das atividades que se desenvolvem relacionadas às devoções e peregrinações. A duração desse tempo depende da organização das atividades, que fazem parte do circuito dos lugares e ambientes a serem visitados.

Os seguidores do catolicismo romano buscam um lugar especial, simbólico e cercado de ritos. Na sua classificação, Rosa (2007), afirmou que

O espaço sagrado é considerado pelos fiéis católicos o lugar onde Deus, Jesus Cristo ou os Santos manifestam seu poder, onde acontecem milagres ou aparições, sendo que, nesses locais, são constituídos símbolos do sagrado como uma pedra, uma fonte, uma gruta, ganhando esse lugar, principalmente, no tempo sagrado - um tempo reversível, recuperável e santificado - um campo de forças divinas que têm o poder de transportar o homem religioso acima de si mesmo, possibilitando seu encontro com uma divindade (ROSA, 2007, p. 47).

Contudo, ao lado dessas colocações sempre haverá uma relação com o profano, pois ao mesmo tempo em que aparenta uma oposição das partes, apresenta uma dependência de sustentação, baseada na influência da religiosidade e dos fenômenos que são manifestados. Dessa forma, o santificado e o irreligioso se interligam, mesmo havendo diferenças quanto aos valores de crenças, devoções e interesses. O espaço profano é moldado a partir das necessidades diversas, mesmo do homem religioso, que frequenta o espaço sagrado.

O objetivo do tema da dissertação é contextualizar as manifestações religiosas, buscando verificar as possibilidades de desenvolver as potencialidades positivas, a favor do município e de sua população. Para tanto, há necessidade de localizar o lugar, no tempo e no espaço, assim como, apontar as características regionais e, sobretudo, os locais ocupados pelas diferentes atividades de turismo, a identificação dos serviços básicos oferecidos pela cidade de Monte Santo ao visitante, analisados diante da prática cultural-religiosa periódica.

---

<sup>5</sup> “Tratado de História das Religiões”, publicado pela primeira vez em 1949.

A comparação das romarias antigas com as atuais se faz necessária para avaliar as características das datas religiosas que predominam na cidade. A comparação das manifestações locais com as de Bom Jesus da Lapa é feita apresentando as transformações das cidades com o fluxo de pessoas.

Analisa-se o papel do poder público, da igreja e da população nas manifestações culturais e religiosas locais, em foco.

O perfil do romeiro é reconhecido a partir dos rituais, praticados nas peregrinações anuais e que é refletido em sua identidade, diferente de muitas práticas realizadas pelos moradores religiosos da cidade. A chegada e o acolhimento das pessoas refletem o poder de atração e, ao mesmo tempo, exibem os problemas existentes no município.

O fluxo intenso de pessoas, e as transformações pelas quais a cidade passa, durante as festividades são estudados, principalmente, pela marcante espacialidade, que passa a conter aspectos econômicos, - mediante a intensidade do comércio - e culturais, devido às manifestações de devoção dos frequentadores, além dos sociais, com o envolvimento da população local. Dessa forma, as potencialidades apresentam características turísticas que justificam um estudo minucioso.

Este trabalho traz a leitura do lugar sagrado, estudando os múltiplos significados das romarias, no tempo e no espaço, para se chegar a uma visão diferenciada no território local e regional.

Algumas questões surgiram, como provocações para estabelecer os objetivos da pesquisa sobre as transformações que ocorrem nos períodos de festejos religiosos.

A falta de integração da comunidade com os romeiros, talvez, esteja relacionada com essa diferença em relação à fé. Enquanto os frequentadores das festividades religiosas estampam o misticismo tradicional, ligado ao sagrado, o morador se aproxima mais das atitudes ligadas ao profano, colocando, assim, desafios para se definir qual modelo de romaria ou turismo se quer para o município.

A perda da identidade da comunidade está associada principalmente ao papel do clero e do poder público local. Os conflitos existentes, entre os representantes da igreja e os políticos locais, são históricos. Isso é refletido nas atitudes e ações governamentais, que se distanciam dos fatos, e na insatisfação do religioso que,

além de não ter nenhuma atenção ou acolhimento, não conta com uma igreja ativa e envolvida.

Estas são algumas hipóteses, colocadas para amparar objetivos propostos. Para tanto se recorre a uma metodologia de pesquisa, que procura responder às questões levantadas, isto é, por meio de método hipotético dedutivo, permitindo explicitar os fenômenos culturais, aproveitando qualitativamente os problemas e hipóteses levantados para compreender a dinâmica das manifestações locais. A abordagem quantitativa foi considerada, pois são utilizadas informações coletadas diretamente das fontes e entre personagens diversos, diretamente envolvidos com o tema abordado.

Outros procedimentos foram adotados como o levantamento bibliográfico de fontes documentais, nos locais que armazenam informações sobre a cultura local, especialmente nas repartições da Prefeitura Municipal, da cidade, e da secretaria da Paróquia da cidade, bem como livros de atas, caixa, manuscritos das irmandades, etc.

Por conta da atividade vocacional existente na cidade, foi necessário fazer leituras de autores que trataram da questão mais profundamente, como é o caso das definições e conceitos que embasam todo o trabalho. Para o conceito de santuários e lugar sagrado serviu de base Tuan (1983, p. 10-18). O lugar, segundo o autor constitui-se em um recorte espacial, revestido de familiaridade e dotado de valor para o morador, que o vivencia cotidianamente, e para o visitante, que se liga a ele pela excepcionalidade, que pode ser determinada pela sua sacralidade.

Ao conceito de espaço sagrado e profano foram consideradas as noções de Eliade (2012, p. 17-18), segundo o qual, o homem religioso, frente ao sagrado, quer ser diferente de como é na vivência profana e, portanto, busca construir a sua existência ao tentar seguir todos os modelos divinos.

A relação entre religião, território e territorialidade, apresentada por Rosendhal (1996, p.59-64), possibilitou verificar que a religião examinada, no contexto geográfico, aponta para a apropriação de determinados segmentos do espaço. Os espaços apropriados, efetiva ou afetivamente, são denominados territórios. Um tipo de territorialidade, por sua vez, significa o conjunto de práticas, desenvolvidas por instituições, no caso grupos sucessivos de visitantes, no sentido de controlar espiritualmente esse território.

Além disso, se faz considerações sobre o patrimônio cultural, com base em Paes (2009, p. 162), segundo o qual o patrimônio, não é só a expressão física da sociedade, mas, também, aquele que movimenta, aviva, põe em evidência as passagens, as vias de acesso, entre o material e o simbólico, entre o sujeito e o seu meio, entre uma razão prática e uma razão simbólica. O patrimônio cultural torna-se, da mesma forma, um fato social.

O conceito de interações espaciais foi tomado de Correa (1997 p. 279) segundo o qual, em cada contexto histórico e regional, um conjunto específico de variáveis influencia na configuração e na dinâmica das interações espaciais. Assim, as interações podem variar no espaço e no tempo e, dessa forma, apresentam padrões espaciais, que se articulam e se complementam.

Na bibliografia consultada, depois de exaustivo levantamento nas bibliotecas baianas, não foi encontrada nenhuma publicação que contenha a mesma linha de estudo aqui desenvolvida.

Artigos, revistas, jornais, panfletos, catálogos, dissertações e teses, que tratam do tema, foram utilizados na composição da dissertação. Algumas obras foram acessadas mediante visita a *sites* que abordam o tema pesquisado. A pesquisa de campo foi realizada por meio de entrevistas abertas com romeiros, moradores da cidade e da zona rural, religiosos e políticos, buscando informações sobre os assuntos listados nos objetivos e nos problemas postos para pesquisa. As observações diretas das romarias serviram de base para identificar e avaliar a devoção na atualidade, bem como para detectar semelhanças e diferenças com outras manifestações religiosas.

Imagens de santos ou de Cristo, atuais e antigas, foram utilizadas para reconhecer as mudanças das práticas religiosas, principalmente das peregrinações. Imagens fotográficas serviram para registrar diversos aspectos, tanto das romarias, do Santuário, quanto da vida da cidade.

Buscando entender a manifestação do catolicismo popular local, seu significado para a cidade e região, esta dissertação está dividida em oito capítulos.

No primeiro capítulo, intitulado de “Monte Santo: o território e a cidade” trata-se da caracterização geográfica no contexto regional, das formas de organização da

cidade no que diz respeito à infraestrutura e serviços, além da formação territorial e da estrutura política.

O segundo capítulo, - “Aspectos socioeconômicos e culturais” -, traz as características da economia local, assim como as condições de vida da comunidade, com base em indicadores, como população, renda, saúde e educação, dentre outros. As tradições culturais e o comportamento da sociedade também são retratados nesse capítulo.

Como exemplo de um outro lugar com características de devoção, a cidade de Bom Jesus da Lapa é apresentada no terceiro capítulo, como símbolo bastante significativo no território baiano, sendo um dos maiores centros de convergência de fiéis no Brasil.

O quarto capítulo traz a simbologia religiosa do local caracterizada pelo Santuário e sua fundação, a atuação das irmandades ao longo dos anos, assim como o papel da Igreja Matriz. As informações acerca de tais símbolos foram resgatadas por meio de depoimentos e informações colhidas em diversas fontes.

No quinto capítulo se narra o surgimento e desenvolvimento das romarias ao Santuário da Santa Cruz, dando destaque às duas principais datas de fluxo de fiéis, que se dão na Semana Santa e na véspera da Festa de Todos os Santos.

As procissões, imagens e os milagres que fazem parte dos costumes do catolicismo popular são tratados no sexto capítulo, mostrando as manifestações, depoimentos e atitudes dos envolvidos nos rituais religiosos.

A dinâmica devocional e as festas religiosas na atualidade são apresentadas no sétimo capítulo, buscando entender os múltiplos significados das mesmas. Essa dinâmica envolve a relação dos fiéis e visitantes, desde a organização da viagem, às acomodações na cidade, e as relações existentes entre os visitantes e os moradores. Por fim, sob a influência dos modismos dos *shows* de cantores sertanejos ou de *axé music*, promovidos pelo poder público, é apresentada a discussão sobre romaria ou festa ou, ainda, a relação entre o sagrado e o profano na religiosidade local.

## CAPÍTULO 1

### MONTE SANTO: O TERRITÓRIO E A CIDADE

No centro o indefectível barracão da feira tem, ao lado, pequena igreja, e de outro o único ornamento da vila — um tamarineiro, secular talvez. Em torno casas baixas e velhas; e, sobressaído, um sobrado único que seria mais tarde o quartel-general das tropas. Monte Santo, afinal, resume-se naquele largo. Ali desembocam pequenas ruas, descendo umas em ladeiras para larga sanga apaulada; abrindo outras para a várzea; outras embatendo, sem saídas, contra a serra (CUNHA, 1963, p. 111).

A descrição feita por Euclides da Cunha data da época da virada do século XIX para o XX, período em que esteve na região como jornalista, mandado pelo jornal O Estado de São Paulo para cobrir a investida do exército contra Canudos. Vendo o que se passava realmente *in loco*, Euclides mudou de opinião e escreveu sua obra prima, que foi publicada no final de 1902.

Originalmente, o atual município de Monte Santo integrava as terras da fazenda Soledade, que pertencia à Casa da Torre<sup>6</sup>, vendida a Francisco da Costa Tôrres, tendo como outorgante Manuel Felix de Andrade, então procurador da referida Casa da Torre.

Considera-se, como os primeiros povoadores<sup>7</sup> de Monte Santo: Francisco da Costa Tôrres, da fazenda Laginha; Domingos Dias de Andrade, arrendatário da fazenda chamada Soledade; José Maria do Rosário, proprietário da fazenda Damázio; e João Dias de Andrade, da fazenda Acarú. A fazenda Soledade compreendia a serra Pico Araçá, ou Piquaracá, onde nasceu a atual cidade de Monte Santo, em terras arrendadas pelo citado João Dias de Andrade, em 1750 (MARQUES, 2013, p. 71).

O território ocupado pela fazenda Soledade, já tinha um edifício religioso, motivo pelo qual, em principio, foi elevado à freguesia, no ano de 1790, com o título

---

<sup>6</sup> Grande domínio senhorial pertencente aos Garcia d'Ávila. As propriedades, conquistadas por Garcia d'Ávila, que veio com Tomé de Souza, ocupavam grande parte do que hoje é reconhecido como Estado da Bahia (MARQUES, 2013, p. 39). Seus descendentes, Francisco Dias d'Ávila e Garcia d'Ávila Pereira conquistaram terras que atravessavam a atual região do Piauí e chegavam até o Maranhão. Era o caminho pelo qual transitava o gado entre a região norte de Salvador e Maranhão e vice-versa.

<sup>7</sup> Marques (2013, p. 78) identificou como sendo os primeiros moradores de Monte Santo esses quatro grandes senhores de terra, que eram subordinados ao representante da Casa da Torre, Cícero Dantas Martins, o Barão de Jeremoabo.

de Santíssimo Coração de Jesus e Nossa Senhora da Conceição, de Monte Santo em alusão a serra de Piquaracá, sendo seu primeiro pároco o padre Antônio Pio de Carvalho (IBGE, 1958, v. 21, p. 43).

De acordo com o IBGE (1958, v.21, p. 43) “o distrito de paz de Monte Santo pertencente ao termo de Itapicuru de Cima foi criado em 1794”. Desmembrado, foi elevado à categoria de vila, em 21 de março de 1837, pela Lei Provincial, nº. 51, sancionada pelo então presidente da Província, Antônio Pereira Barreto Pedroso, em função de que foi criada a Intendência Municipal<sup>8</sup>, ocorrendo a fundação oficial a 15 de agosto do mesmo ano. O novo município recebeu o nome de Coração de Jesus de Monte Santo, sendo seu primeiro intendente o padre José Vitor Barberino, a partir de 30 de agosto de 1837, (IBGE, 1958, v.21, p.47).

Em 25 de julho de 1929, a Lei Estadual nº 2.192, elevou a vila de Monte Santo à categoria de cidade (IBGE, 1958, v. 21, p. 43-44). Atos diversos desmembraram, anexaram e tornaram a separar definitivamente de Monte Santo em 1933, os territórios referentes a Cumbe, - a cuja área pertencia Canudos -, atual Euclides da Cunha, e Uauá. Ficou dividido em dois distritos, Monte Santo e Cansanção. Este último se emancipou em 1952. Hoje Monte Santo se reduz ao distrito sede.

Localizado no estado da Bahia, de acordo com a SEI (2002), Monte Santo faz parte da mesorregião geográfica do Nordeste baiano, de um total de 15 regiões de todo o estado da Bahia, e da microrregião geográfica de Euclides da Cunha. Compreende uma área de 3.298 km<sup>2</sup>. Atualmente limita-se com os municípios de Euclides da Cunha (38 km), Itiúba, (74 km), Cansanção (34 km) e Canudos (118 km), além de Andorinha e Uauá. Está a uma distância de 375 km de Salvador, capital do estado, sendo ligadas por vias pavimentadas.

O município está localizado na 6ª Região Administrativa do estado da Bahia, com sede na cidade de Serrinha e, culturalmente, faz parte do Território de Identidade do Sisal<sup>9</sup> (Mapa 1), formado por 28 Territórios, reconhecidos pelo

---

<sup>8</sup> Que só em 1939 transformou-se em prefeitura.

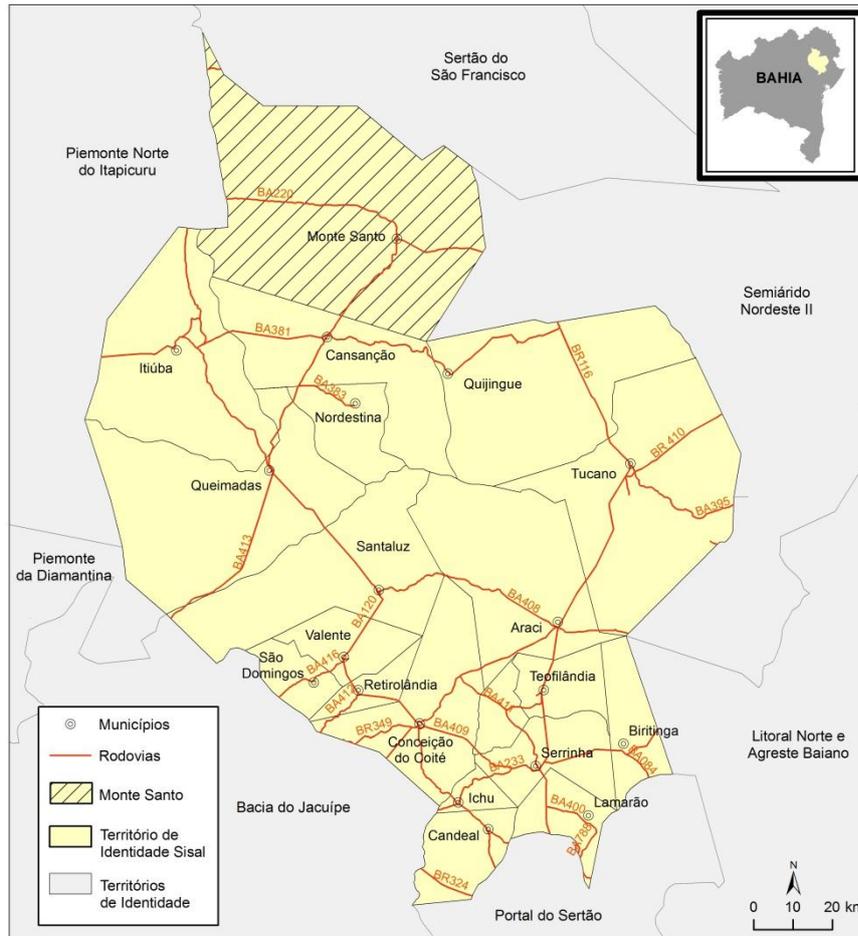
<sup>9</sup> O território é conceituado como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um

Governo da Bahia a partir das especificidades de cada região (BAHIA, SECULT, 2009).

O município está situado no limite de uma área pouco densa do ponto de vista demográfico e praticamente sem cidades no entorno. Integrado ao grande sistema natural que predomina em vasta superfície do Estado, faz parte do Polígono das Secas, com pluviosidade abaixo de 800mm anuais. Possui uma drenagem intermitente e sazonal, além de pluviosidade baixa e irregular (IBGE, 1958).

Esse município se interliga com outras cidades menores, como Canudos, Quijingue e Cansanção e, por meio da BA-120, com Queimadas, Santa Luz, Valente, Conceição do Coité e Riachão do Jacuípe, na zona sisaleira do Nordeste da Bahia, num raio de 100 km, com quase 800 mil habitantes.

Exemplo de território onde o predomínio do catolicismo - que desempenhou um papel fundamental na formação da cidade e do Brasil -, o lugar criou uma ordem espiritual predominante e ficou marcada pela prática religiosa das romarias ao Santuário da Santa Cruz.



**Mapa 1 – Localização de Monte Santo no Território de Identidade do Sisal**  
 Fonte: SEI, 2007.

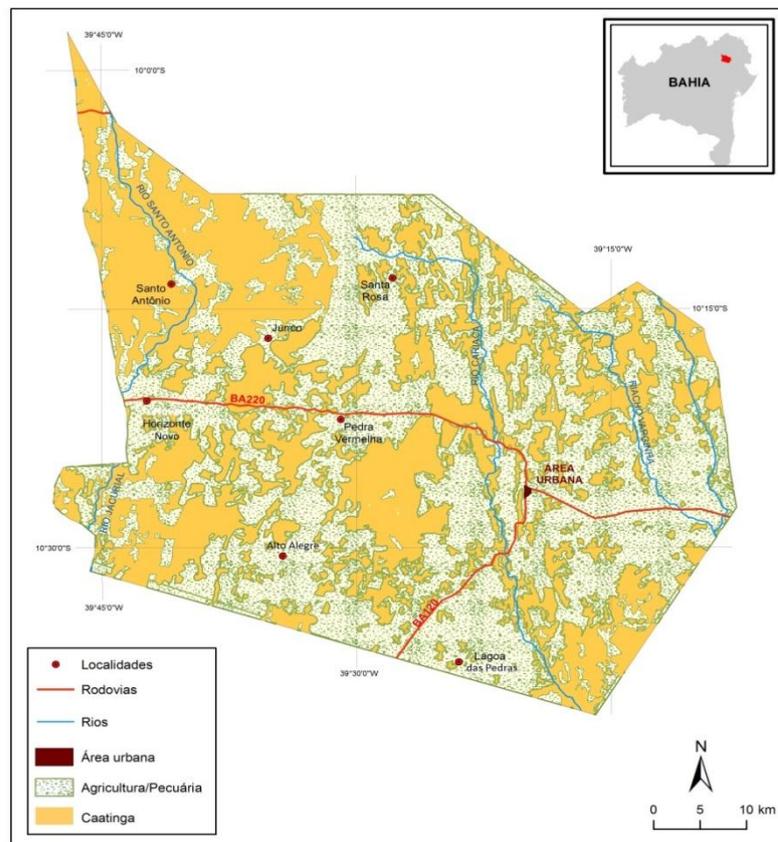
Elaborado por: Luis Henrique C. Paixão e Raimundo Pinheiro Venâncio Filho

As coordenadas geográficas do município marcam 10°26' latitude Sul e 39°20' longitude Oeste, com altitude de aproximadamente 489m acima do nível do mar. A temperatura média anual é de 23,6°C com pluviosidade variada e alto risco de seca, (INMET, 2013).

O município possui uma topografia acidentada, sendo os seus principais rios o Itapicurú, o Jacuricí, o Tubí, o Cancela e o Cariacá, sendo este último o mais importante por abrigar o maior açude do município. Entre suas principais elevações estão as Serra do Piquaraçá, do Jabucunã, do Boqueirão, do Acarú, da Capivara, do Atanásio e a da Pedra d'Água.

A região apresenta algumas restrições para desenvolver atividades ligadas ao uso do solo, por conta dos constantes períodos secos no decorrer do ano, já que é caracterizado por clima semi-árido com chuvas escassas e elevadas temperaturas.

O território se estende por 3.186,9 km<sup>2</sup> (Mapa 2) e é totalmente ocupado por vegetação de caatinga do tipo caducifólia, ou seja, elimina as folhas durante o período seco como forma de deter a perda de água pela transpiração. Esse território é ocupado por povoados, entre os quais, destacam-se: Pedra Vermelha, Lagoa das Pedras, Lagoa do Meio, Lagoa de Cima, Genipapo de Baixo, Santa Rosa, Várzea dos Bois, Mandaçaia, Maravilha, Riacho da Onça, Gameleira, Alto, Itapicuru, Alegre, Lage Grande, Laginha, Pedra Branca, Santo Antônio, Soledade, Genipapo de Cima e Saco Fundo.



**Mapa 2 - Base cartográfica de Monte Santo/BA**

Fonte: CPRM, 2010.

Dentre as principais espécies dessa vegetação podem ser mencionados o mandacaru, o facheiro, o xique-xique, a palmatória-de-espinho ou palma, as coroas de frade, o cansanção, a barriguda, o aveloz, a baraúna ou braúna, o juazeiro ou juá, o pau-santo, o bálsamo, a caraibeira ou craibeira, o pau d'arco, o mulungu e a umburana, entre outros (Fig. 2).



**Fig. 2 – Vegetação da caatinga com destaque para a macambira e o mandacaru**  
Foto: Raimundo Pinheiro, 2005.

Além da caatinga e do clima do semi-árido, o processo de desmatamento no município é muito evidente, principalmente nas serras, que possuem áreas mais amenas, e mata típica, devido às nascentes de água.

O território em estudo é rico em minerais. Daqueles naturais do município de Monte Santo, poucos são explorados. Segundo a Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM, 2010), vários foram os requerimentos dirigidos ao Departamento Nacional de Pesquisa Mineral, para a realização de pesquisas, destacando-se o Projeto Itapicuru Norte, abrangendo, os municípios de Cansanção, Quijingue, além de Monte Santo, com potencial de recursos da ordem 48 toneladas de ouro, até a profundidade de 100m, com o teor médio de 2,5 g/t. Encontra-se ainda a exploração de cromo, que desde 1973 iniciou-se na divisa com o município de Andorinha, englobando os projetos da Mineradora Vale do Jacurici, do grupo empresarial Ferros e Ligas da Bahia S/A - FERBASA (BAHIA. SICM, 2011).

Outro setor, que se destaca na Bahia e que em Monte Santo é bastante explorado, é o ramo de rochas ornamentais. A Bahia dispõe, não só de uma grande variedade de padrões e tonalidades de rochas, bem como conhecimento geológico suficiente para empreender boas pesquisas na área. Produtor dos granitos brasileiros mais conhecidos e procurados no mercado externo, o estado da Bahia, de acordo com dados da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração da Bahia – SICM (BAHIA.SICM, 2011) se destaca com 138 pedreiras de rochas ornamentais cadastradas.

Dessas pedreiras produtoras de granito, quatro estão no município estudado, porém todas estão desativadas. Entre as empresas produtoras que atuaram em Monte Santo, estavam a Tropical Mármore e Granitos Ltda.; a Mármore da Bahia S/A; a Internacional Granitos Bahia Ltda., produtoras de granito de diversos tipos, como o Tropical Bahia, que foi explorado na localidade de Saco Fundo (Fig. 3); Salgado, explorado em Pedra Vermelha; Samarcanda, na Fazenda Lage das Caraíbas e o tipo Monte Santo, em Serra Campo. Os blocos de granito eram destinados, tanto ao mercado interno, - Estados de Sergipe, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo -, como também para o externo, tendo como principais países consumidores a Itália, Espanha e Bélgica, além dos Estados Unidos e Chile (BAHIA. SICM, 1994).

O território do município apresenta reservas de 1.500.000 m<sup>3</sup> medidas e 5000.000 m<sup>3</sup> previstas. A capacidade instalada de exploração era de 500 m<sup>3</sup> por mês. Era uma atividade lucrativa, visto que, em cinco anos de exploração, foram retirados 4.252 m<sup>3</sup> de granito, gerando um faturamento de US\$ 1.284.460 de 1988 a 1992 (BAHIA. SICM, 1994).



**Fig. 3 – Bloco de granito Tropical Bahia, explorado em Monte Santo**  
Foto: Raimundo Pinheiro, 2001

Tanto na região de estudo, quanto em todo o chamado Polígono das Secas, as chuvas constituem a maior fonte de renovação da água. A extrema variação de ocorrência de chuvas, no espaço e no tempo de distribuição, está ligada à disponibilidade e utilização imediata da água, não havendo aproveitamento dos rios, em quantidade suficiente para abastecimento da população. 90 a 92% das chuvas

precipitadas, transformam-se em recursos potenciais, localizados nos açudes, lagoas e outras formas de reservatórios, desperdiçando-se apenas 10 a 12%, que escoam pelos canais ou na terra e alimentam os níveis das águas subterrâneas (CAR, 1994).

Muitos açudes foram construídos, desde 1910 até a década de 1980, com a finalidade principal de garantir água para abastecimento humano, e para as atividades econômicas, como irrigação da lavoura, criação de peixes, ovinos e caprinos. (CAR, 1994). Nem sempre estavam bem localizados. Ainda hoje os açudes tem um papel fundamental para a vida dos moradores, principalmente da zona rural.

Entre os açudes mais antigos do município, destacam-se o Açude de Laginha, com capacidade para reservar 703.160 m<sup>3</sup> de água, formado pela barragem no riacho do Garrote, com área drenada de 65,1 km<sup>2</sup>. Esse riacho faz parte da bacia hidrográfica do rio Itapicuru. Foi concluída no ano de 1917 e serve, sobretudo, para o abastecimento de água da zona rural (CAR,1994).

O açude do Cariacá é o maior de todos. Foi construído e concluído em 1919, pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS). É, hoje, utilizado para piscicultura, abastecimento de água na zona rural e lazer (Fig. 4).



**Fig. 4 – Açude do Cariacá**  
Foto: Raimundo Pinheiro, 2010

## **A CIDADE**

Euclides da Cunha no período em que foi para Canudos, no final do século XIX, hospedou-se em Monte Santo. Fez relatos do local em sua obra Os Sertões

(CUNHA, 1963, 474p.), detalhando os aspectos da comunidade e a estrutura da cidade.

O povoado triste e de todo decadente reflete o mesmo abandono, trairdo os desalentos de uma raça que morre, desconhecida a historia, entre paredes de taipa. Nada recorda o encanto clássico das aldeias. As casas baixas, unidas umas contra as outras, feitas à feição dos acidentes do solo, tem todas a mesma forma — tetos deprimidos sobre quatro muros de barro — gizadas todas por esse estilo brutalmente chato a que tanto se afeiçoavam os primitivos colonizadores. Algumas devem ter cem anos. As mais novas, copiando-lhes, linha a linha, os contornos desgraciosos, por sua vez nascem velhas. Deste modo, Monte Santo surge desgracioso dentro de uma natureza que lhe cria em roda — como um parêntesis naquele sertão aspérrimo — situação aprazível e ridente (CUNHA. 1963, p. 111-112).

A cidade cresceu ignorando a paisagem natural que a envolve. O seu entorno é constituído por serras e montes, alguns de altura que ultrapassa 800 metros acima do nível do mar, como o alto da Santa Cruz (Fig. 5), cobertos por vegetação caracterizada pela caatinga arbórea aberta com palmeiras, caatinga arbórea aberta sem palmeira e caatinga arbórea densa.

A paisagem que se descortina do alto do morro, possibilita a visão de toda a cidade (Fig. 6).



**Fig. 5 – Vista da Serra do Piquaraça a partir do Santuário da Santa Cruz**

Foto: Raimundo Pinheiro, set. 2013



**Fig. 6 – Vista aérea da Praça Monsenhor Berenguer com destaque para a Serra do Piquaraçá ao fundo.**

Foto: Prefeitura de Monte Santo, 2013.

A cidade, que nasceu muito antes da constatação de sua situação física e geológica, foi movida pelas características do passado, especialmente aquelas ligadas às atividades religiosas e, o que é importante, ainda continua com sua dinâmica baseada em duas peregrinações.

A cidade surgiu em torno de uma grande praça, junto à antiga capela de Nossa Senhora da Conceição, e se expandiu com traçado regular, rumo ao leste. A partir da antiga Praça da Matriz, atual Praça Monsenhor Berenguer, surgiram as principais vias de expansão urbana como a Rua Euclides da Cunha, atual Avenida Luís Eduardo Magalhães (Fig. 7).



**Fig. 7 – A cidade de Monte Santo na atualidade**

Foto: Prefeitura de Monte Santo, 2010

Monte Santo contava com 12 logradouros do ano de 1837 a 1893, a saber: Rua da Igreja, Rua do Caminho da Fonte, Rua do Senhor dos Passos, Rua Direita, Rua do Meio, Rua Bela, Rua da Quixabeira, Rua do Fogo, Rua do Açougue, Rua Nova, Rua da Estrada da Feira de Santana e Rua Montevidéu (OLIVEIRA, 2002, p. 17). Na atualidade, as principais ruas e avenidas estão destacadas na Fig. 8. A cidade é cortada pelas rodovias estaduais BA 120 e BA 220. As vias urbanas mais ao centro são calçadas, arborizadas e largas, possuindo calçadas para pedestres. O predomínio maior das construções é de casas térreas com padrões arquitetônicos atuais e simples. As ruas próximas ao Santuário são as que possuem características de construções mais antigas.



**Fig. 8 – A cidade e principais vias urbanas**  
 Fonte: Google Earth, 2014.

As romarias estimularam o crescimento de um pequeno comércio na antiga Praça da Matriz, possibilitando dessa forma, no final do Século XIX, outras atividades econômicas mais duradouras, como aquelas ligadas à pecuária e ao artesanato em couro e em cerâmica, bem como de pequeno comércio de objetos de culto esculpidos em madeira e cerâmica, além de alimentação, oferecidos nas feiras livres.

O acesso à cidade de Monte Santo se dá pela BA-220, pela Avenida Luís Eduardo Magalhães, a partir da cidade de Euclides da Cunha, e da BA-120, pela Avenida Walter Caldas, passando pela cidade de Cansanção. Essas duas rodovias dão acesso à capital do Estado.

A cidade possui estação rodoviária e o transporte interurbano se faz, diariamente, entre Brasília, São Paulo, Belo Horizonte, Senhor do Bonfim, Euclides da Cunha e Salvador, dentre outros realizados pelas empresas Gontijo e São Mateus que operam o transporte rodoviário local. É dotada de áreas públicas, com cinco praças e jardins. As praças, Monsenhor Berenguer, antiga Praça da Matriz, - cuja mudança de nome foi em homenagem ao pároco Francisco Berenguer - e a

praça Professor Júlio Cezar Salgado - antiga Praça da Bandeira, em homenagem a um professor de destaque local - são as responsáveis pela concentração das atividades comerciais e de serviço, compondo o centro comercial da cidade. Na primeira é exibido o canhão mais famoso da Guerra de Canudos, apelidado a “Matadeira”, colocado junto ao busto do Marechal Carlos Machado Bittencourt<sup>10</sup> e à estátua de Antônio Conselheiro<sup>11</sup>.

As constantes demolições e transformações nas fachadas dos prédios antigos são feitas de forma aleatória, sem fiscalização e mesmo sem preocupação em colocar em prática o que o planejamento urbano da cidade oficialmente prega.

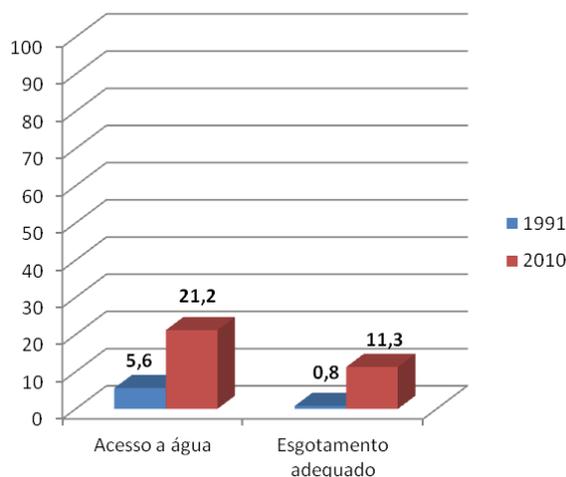
De acordo com o IBGE, não existe no município loteamentos irregulares, favelas, mocambos, palafitas ou assemelhados. Entretanto, observa-se diversos loteamentos que apresentam problemas de infraestrutura, sem luz elétrica, água encanada e falta de calçamento.

O Censo apontou que, em 2010, 21,2% dos moradores do município tinham acesso à rede de água, com canalização atingindo, pelo menos, um cômodo da casa e 11,3% possuíam formas de esgotamento sanitário, considerado adequado, conforme aponta a Gráfico 1.

---

<sup>10</sup> Destacou-se como encarregado da logística nas operações desenvolvidas pelo Exército contra Canudos. Recém-empossado como ministro da Guerra, interveio pessoalmente na campanha. É Patrono do Serviço de Intendência do Exército Brasileiro (BRASIL. Exército Brasileiro, 2014).

<sup>11</sup> Chamava-se Antônio Vicente Mendes Maciel, conhecido por Antônio Conselheiro, também alcunhado de Antônio dos Mares, Santo Antônio Aparecido, Santo Conselheiro e Bom Jesus (SILVA, 1983, p.3).



**Gráfico 1 - Totais de moradores do município com acesso à rede de água e esgoto sanitário - 1991-2010**

Fonte: IBGE (1991, 2010). Adaptado por Raimundo Pinheiro.

O sistema de abastecimento de água, operado pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA), beneficia 3.702 domicílios no município, segundo o Censo Demográfico do IBGE (2010). A água fornecida provém do aquífero Tucano. É armazenada e tratada em reservatórios localizados na cidade, para distribuição domiciliar (EMBASA, 2014).

Em 2010, 94,8% dos domicílios urbanos contavam com o serviço de coleta de resíduos e 95,8% tinham energia elétrica distribuída pela Companhia de Eletricidade da Bahia (COELBA). O Censo Demográfico do IBGE de 2010 traz 12.104 domicílios atendidos por essa Companhia, sendo esses números considerados razoáveis, já que aqueles localizados fora do perímetro urbano não dispõem dos serviços de energia elétrica, pois a rede não se estende além desses limites. Os moradores desses locais são orientados a se inscrever no Programa Luz para Todos do Governo Federal (COELBA, 2014) cujo objetivo é beneficiar a zona rural.

O uso do espaço urbano por atividades econômicas, tem descaracterizado algumas áreas e logradouros da cidade de reconhecido valor histórico, como a rua Senhor dos Passos e a das Flores, sendo esta última uma das mais antigas da cidade e que sofre um processo de descaracterização acentuado (Fig.9).

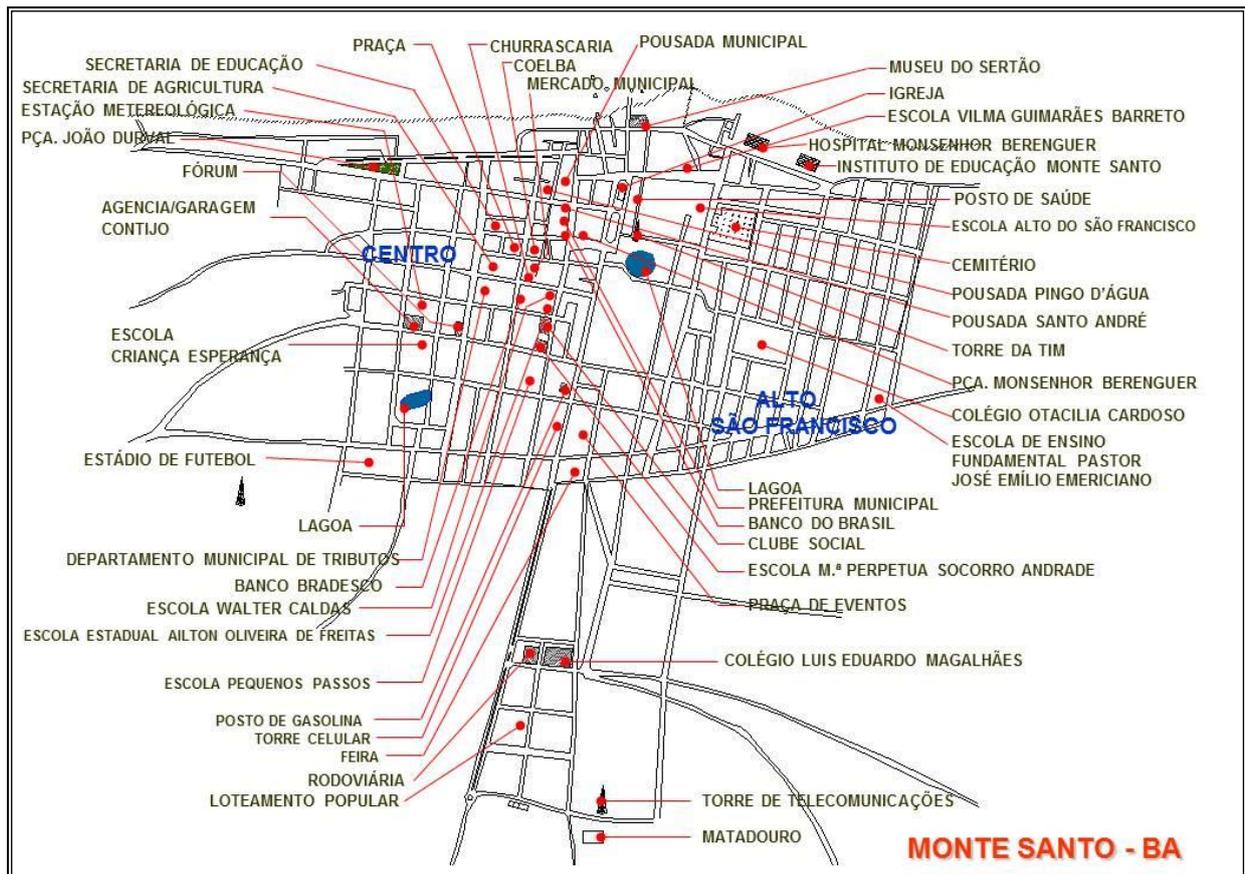


**Fig. 9 – Rua das Flores – casas remodeladas para construção de casas de comércio**  
Foto: Montesanto.net, 2013.

A Rua Apolônio de Todi, onde fica o Museu do Sertão e liga a cidade à serra e ao Santuário, também, vem apresentando uma evidente degradação. A zona urbana hoje ocupa 102,36 ha, sendo que cerca de 18% são áreas ainda não ocupadas. A feira livre foi criada no ano de 1861 e funcionava na antiga Praça da Matriz (OLIVEIRA, 2002, p.11). Na atualidade, ocorre às sextas-feiras no centro da cidade e no centro de abastecimento distante 500 metros ao leste, partindo da Igreja Matriz.

A estrutura básica e localização dos principais órgãos e repartições públicas municipais e do comércio, na atualidade, são apontadas na Planta 1.

A estrutura administrativa da Prefeitura reúne as Secretarias de Administração, Serviços Públicos e Desenvolvimento Econômico; Secretaria Executiva; Secretaria de Finanças; Secretaria de Articulação Política; Secretaria de Educação, Cultura, Turismo e Esporte; Secretaria de Saúde; Secretaria de Infra-estrutura; Secretaria de Assistência Social; Secretaria de Transporte e Secretaria de Agricultura.



**Planta 1 – Planta da cidade destacando a estrutura básica, órgãos públicos e comércio**  
Fonte: Prefeitura de Monte Santo, 2008.

Os serviços bancários estão a cargo do Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste. Estes últimos atendem, quase que exclusivamente aos programas do Governo Federal, como o Minha Casa Minha Vida, Bolsa Família, o Programa da Agricultura Familiar e Seguro Safra.

Existem quatro restaurantes que servem comidas tradicionais como o sarapatel e a carne de bode. O do Amaral, na Praça Professor Salgado com vinte e oito lugares; Santo André, com 40 lugares; Eva com 40 lugares, na Praça Monsenhor Berenguer; e O Terraço, na Praça Professor Salgado. Este último acolhe um número maior de pessoas, oferecendo 80 lugares.

O conjunto de interesse histórico e cultural de Monte Santo foi tombado, com registro no v. 34, do Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados da Bahia, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), incluindo as ruas Frei Apolônio, Cel. José Cordeiro, Barão de Jeremoabo, das Flores, que se interligam com o Santuário da Santa Cruz. A proteção legal data de 21 de junho de 1983, como

Acervo Natural, Paisagístico, Urbanístico e Arquitetônico, Processo de nº 1060-T-82 (BAHIA. IPAC, 1998).

## **FATOS HISTÓRICOS**

Fatos históricos marcaram a cidade, se destacando aquele ocorrido em 1784, quando Joaquim da Mota Botelho encontrou perto do riacho Bendegó, afluente do Vaza-barris, uma grande pedra metálica, que se constatou ser um meteorito (Fig.10). Pedreira e Rocha descreveram o transporte do achado para o Rio de Janeiro, fato que chamou muito a atenção da Sociedade de Geografia.

Representantes do Governo da Bahia com apoio da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro conseguiram recursos financeiros junto ao Imperador D. Pedro II para transportar o meteorito, que em carretão puxado por bois deslocou-se até a estação Jacurici, da Estrada de Ferro Bahia ao São Francisco, e dali por trem até Salvador. Daí, em navio foi conduzido para o Rio de Janeiro, desembarcando em 28 de maio de 1888, onde foi recebido pela Princesa Regente D. Isabel, representantes da Corte e membros da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, além de outras autoridades da época (PEDREIRA; ROCHA, 1983 p. 10).

O meteorito "Bendegó" encontra-se, ainda hoje, no Museu Nacional na Quinta da Boa Vista, Rio de Janeiro desde 27 de novembro de 1888 (Fig.11). De acordo com os autores (PEDREIRA; ROCHA, 1983 p.13), análises feitas pelo Observatório Astronômico Betelgeuse, de Cachoeira-Ba, o meteorito é quase todo de ferro (92,5%). O restante de níquel, cobalto, fósforo e carbono, pesando mais de 5 toneladas, e medindo 2,15m no maior comprimento, 1,50m na maior largura e 0,66m a sua altura média (PEDREIRA; ROCHA, 1983 p.15). Há ainda, fragmentos desse meteorito em diversos museus do mundo, em Londres, Viena, Munique, Berlim. Erlanger e Copenhague.



**Fig. 10 – Meteorito Bendegó no leito do riacho Bendegó em Monte Santo**  
Foto: Museu Nacional da Quinta da Boa Vista



**Fig. 11 – Meteorito Bendegó no Museu Nacional**  
Fonte: Museu Nacional na Quinta da Boa Vista

O Bendegó é o maior meteorito que caiu no Brasil, dentre as 34 quedas de outros conhecidos. O segundo, em tamanho, é o Santa Luzia, de Goiás, com cerca de duas toneladas (PEDREIRA; ROCHA, 1983 p.12).

A Comissão, encarregada do transporte do meteorito para o Rio de Janeiro construiu um marco de pedra no exato lugar da queda do meteorito, para registrar a importância do fato e inaugurar o trabalho de sua remoção, no dia 7 de setembro de 1887, quase um século depois, período em que ele ficou no fundo do leito do rio seco, onde caíra, na primeira tentativa de transporte no século XVIII. Esse marco, que tinha o formato de uma pirâmide, passou a se chamar D. Pedro II. Nele, existiam inscrições que homenageavam o Imperador D. Pedro II, o Ministro da

Agricultura, Rodrigo Silva, o Visconde de Paranaguá e os membros da Comissão de transporte do Bendegó. O marco comemorativo não durou muito tempo.

Ainda hoje, a ideia de trazer o meteorito de volta para Monte Santo é muito discutida pelos políticos locais e vista por muitos, como uma forma de resgate histórico e cultural, como afirma Ivan Santana artista local.

O meteorito do Bendegó, encontrado em uma região que na época era distrito de Monte Santo, para mim, também é um fato histórico e cultural importante que nos intriga até hoje, e que entendo, que esse é um dos fatos que poderiam ajudar na potencialização do turismo local. Quem não gostaria de vir à cidade para conhecer a pedra que caiu do céu? Na linguagem indígena Cuitá é a pedra que veio do céu, e que infelizmente não nos pertence mais. O retorno desse meteorito para o seu lugar de origem seria uma forma de a cidade fazer contato com algo que faz parte da sua história, do seu imaginário simbólico. Porém, esse meteorito não poderia se tornar apenas um objeto empoeirado do museu, mas um pretexto para o chamariz de turistas e visitantes para à cidade (SANTANA. abr. 2014).

O misticismo popular também se manifestou nesse episódio. Um ano após a remoção do meteorito para o Rio de Janeiro, em 1888, sobreveio uma grande seca na região, e os moradores do lugar, supersticiosamente entenderam que a falta de chuva era um castigo do céu por terem permitido a retirada da pedra. Um mutirão foi organizado e o marco, deixado no lugar do meteorito em Monte Santo, foi destruído. Os sertanejos, após demolirem a “torre”, - nome que eles deram ao marco D. Pedro II -, escavaram sua base à procura de outra pedra, segundo eles, “irmã daquela que os doutores levaram”. Acharam uma caixa de ferro, - ali colocada pelos engenheiros da Comissão de transporte do meteorito -, que continha um exemplar do termo de inauguração do trabalho de remoção, e um exemplar do Boletim da Sociedade Brasileira de Geografia, que publicava um memorial sobre o Meteorito. O destino dessa caixa não foi identificado nos documentos analisados.

Monte Santo serviu de cenário para os conflitos da guerra de Canudos, entre 1896 e 1897. Nesse período, o prédio citado por Euclides da Cunha (1963, p. 112) como o único sobrado que se destacava entre as casas baixas e velhas (Fig. 12), serviu de quartel-general às tropas do coronel Antônio Moreira Cesar na terceira expedição que combateu Antônio Conselheiro, na guerra de Canudos e, posteriormente, sediou a Prefeitura da cidade. Hospedou-se no local o próprio Ministro da Guerra, o general Carlos Machado Bittencourt, que organizou o quarto e

último grupamento militar, que atacou e destruiu o Arraial de Bom Jesus, no Belo Monte, reduto de Antônio Conselheiro e seus seguidores. Ao ver de Ivan Santana, escritor, artista e pesquisador regional, esse período é marcante na história local.

De repente uma vila pacata é invadida por militares, pelo “estrangeiro”, tirar, de alguma forma, o sossego de sua população, interferir, de forma definitiva no pensamento, no comportamento dessas pessoas. Imagine você, no passado, foi no final do XIX morador de uma vila pacata, se deparar com homens fortemente armados? Infelizmente não sabemos quais foram as marcas deixadas na alma dessa população, que deve ter sofrido também com os horrores da guerra, já que era aqui onde as tropas aportavam com os sobreviventes de Canudos. Era aqui onde as estratégias de guerra eram traçadas. (SANTANA, abr. 2014).



**Fig. 12 - Prédio que serviu de quartel general, hospedaria e sediou a Prefeitura**

Foto: Acervo de Hildegardo Cordeiro, 1923.

O Conselheiro, de acordo com Silva (1983, p. 3), esteve em Monte Santo algumas vezes. Em 1882, antes de fundar o Arraial de Canudos, restaurou algumas capelas do Santuário da Santa Cruz, além de construir o muro duplo da primeira etapa da subida do monte, que então, se encontrava em profunda decadência. Silva (1983, p. 4) comprovou a passagem de Antônio Conselheiro por Monte Santo, mencionando a publicação, de outubro de 1882 do Diário de Notícias, que destacava

os atos de penitência, e auxílio ao povo da localidade, nas construções de utilidade para a população.

O cangaço também teve passagem na história local. O próprio Lampião aterrorizou a região, porém nunca entrou na cidade em respeito ao Santuário, de acordo com a mitologia local. No livro “Ouro em Monte Santo” de Santos (1997), há o relato de Damarides Barreto Short, que retratou esse acontecimento.

Em meados da década de 1930 chegou à delegacia local um rapaz de nome Antônio Lucas vindo da fazenda Poço Dantas há dez quilômetros da cidade, trazendo um recado de Lampião anunciando a invasão da cidade que iria ocorrer logo mais à tarde. Mandou dizer também que tinha uma lista de pessoas para matar inclusive o Coletor Estadual, responsável pelo pagamento dos soldados da polícia que caçavam o cangaceiro. Falava-se que apesar de bandido, Lampião era muito religioso e respeitador dos templos católicos. Realmente, ele não entrou em Monte Santo, mas, na calada da noite subiu por detrás da serra até a Igreja da Santa Cruz, deixando uma moeda e um bilhete, dizendo que voltaria, mas isso não aconteceu. (SANTOS, 1997, p.197).

Já nos meados do século XX, o Congresso Eucarístico Regional aconteceu pela primeira vez numa cidade do interior do nordeste. No dia 14 de setembro de 1958, sob a presidência de D. José Alves Trindade, Bispo da Diocese de Senhor do Bonfim, a cidade recebeu inúmeros religiosos de diversos lugares da região (OLIVEIRA, 2002, p.10). Um obelisco na Praça Monsenhor Berenguer, simboliza este acontecimento religioso na cidade.

O fotógrafo, etnólogo, antropólogo e pesquisador francês Pierre Verger esteve em Monte Santo, no ano de 1946, realizando fotografias para a revista O Cruzeiro. As fotografias de Verger ilustraram, também, os textos das reportagens de Odorico Tavares publicadas na revista O Cruzeiro, intituladas de: O repórter Euclides da Cunha; O reduto de Antônio Conselheiro; Os sobreviventes; e Monte Santo (SÁ, 2009, p. 361).

Ainda, segundo esse autor (SÁ, 2009, p. 286), “Verger apresentou de forma brilhante, os penitentes que subiam a via sacra de Monte Santo, suportando toda a sorte de sacrifícios com a constância do apelo renovado na Santa Cruz”.

As fotos mostram os gestos dos fiéis, se dirigindo ao Monte sagrado com todo o respeito e devoção como o olhar concentrado do fotografado, com as mãos em posição compenetrada de rezar (Fig. 13). Lugar de romarias, Monte Santo aqui

emerge na solidão do crente, que centralizava a composição da fotografia, expondo a relação do fotografado com o sagrado (SÁ, 2009, p.388).



**Fig. 13 – Fiel no Santuário da Santa Cruz - Fotografia de Pierre Verger**  
Fonte: Sá, 2009, p.389.

Logo depois, se deu a filmagem de “Deus e o Diabo na terra do sol”, obra do cineasta baiano Glauber Rocha, que causou um grande impacto em Monte Santo, e marcou a comunidade local a qual, em 1963, acreditava que aquilo era “mais coisa do diabo do que de Deus”, como afirma Hildegardo Cordeiro (mai. 2013), seu Dedega, artista e morador local. Tratava da história de um vaqueiro que, após se revoltar contra a opressão de um coronel, uniu-se a um grupo de fanáticos religiosos e, em seguida, a um bando de cangaceiros. O filme era nada mais do que a realidade do sertão baiano e da cidade aqui focada.

Segundo o mesmo relator, a gente mística, olhos fundos, dentes amarelos e espinhaços curvados, rememorava os dias em que passaram por ali Antônio Conselheiro e mais tarde a tropa do coronel Moreira César, comandante da operação militar que aniquilou o arraial de Canudos, então distrito de Monte Santo. Uma atmosfera mística e religiosa estava ali entranhada, a ponto de implodir os limites, entre ficção e realidade, confundindo a representação e o real.

Ouvir os relatos dos moradores mais antigos que vivenciaram as filmagens, é um dos prazeres de Ivan Santana (abr. 2014).

Pode-se imaginar a cidade, naquela época, o povo tendo contato com pessoas “superantenas”, trazendo para Monte Santo outro comportamento, interferindo de alguma forma no cotidiano dos nossos moradores. Quando assisti ao filme em praça pública, pela primeira vez, assim como todo mundo, estava mais interessado em identificar as pessoas que atuaram como figurante, do que propriamente na narrativa do filme. Acredito que esse filme povoa e povoará por muito tempo o imaginário da população local. No entanto pouco se fez e pouco se faz para potencializar as memórias desse momento tão importante para essa cidade, que ainda não se deu conta do que pode lhe apontar, para um futuro mais próspero, explorando esse e outros vieses que compõem o mosaico de nossa história, e que de certa forma nos torna pertencente a essa cidade, à sua cultura.

Em 1986, a Rede Globo de Televisão usou os cenários de Monte Santo para a produção da minissérie “O pagador de promessas”, baseada numa peça teatral de Dias Gomes, de 1962, retratando novamente a vida do sertanejo, para quem o mais precioso bem, a terra, lhe é negada, gerando conflitos, mostrando, também, a característica mística do local, onde as pessoas, na sua maioria pobres, contrastam com uma minoria beneficiada, exibindo assim, a própria história do nordestino.

A diversidade cultural de uma sociedade está nas manifestações individuais e coletivas do cotidiano. Tempo e costumes mudaram. Vários aspectos mudaram as relações humanas também. O espírito coletivo e comunitário, de fortes laços sociais, não é mais visto. O individualismo apresenta-se como comportamento predominante, associado à modernidade da indústria cultural, ligada ao consumo em massa, que impõe novos padrões e comportamentos sociais. As manifestações populares e grupos folclóricos, como bandas de Pifanos e Calumbi, dentre outras, perdem representatividade.

Segundo Santana, os comportamentos estão distantes de qualquer perspectiva positiva.

Os jovens de hoje vivem alheios a sua própria história. Não há por parte destes um envolvimento político em ações que façam valer os seus direitos. Fora o sindicato dos professores, onde os seus associados são, na maioria, formados por professores jovens, não há por parte desse público um envolvimento mais efetivo. Vivemos em Monte Santo a alienação de uma juventude que tem a cada dia assimilado os valores que a mídia lhes impõe, se distanciando assim, daquilo que poderia ajudar na construção de sua identidade. A participação destes nos eventos culturais e religiosos se dá de forma vazia, sem nenhum entendimento da sua importância. (SANTANA. abr. 2014).

Os mais jovens não reconhecem as potencialidades, nem se envolvem com a cultura local, especialmente a cultura religiosa. As romarias, que são exemplos de

momentos em que a religiosidade é renovada, por meio de visitas pessoais, das promessas, orações, sacrifícios, além da adoração dirigida aos símbolos dos espaços sagrados, não são valorizadas em Monte Santo. Em outros centros de peregrinação como Bom Jesus da Lapa, os fiéis buscam, no tempo sagrado das romarias, um novo renascimento espiritual, da alma e, psicologicamente, mesmo do corpo.

## **CAPÍTULO 2**

### **ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E CULTURAIS**

As principais atividades econômicas do sertão nordestino se deram com a utilização das terras mais férteis para a agricultura de exportação e das áreas abertas para a criação extensiva de gado. Entre as atividades, que obtiveram melhores expressões produtivas, no semi-árido, está o sisal que no final da década de 30 e início da década de 40, forneceu matéria-prima, tanto para a elaboração do artesanato local, quanto para a então crescente indústria de fiação do centro-sul do país por conta do mercado interno ter sido favorecido pelos obstáculos de importação de produtos similares devido a Segunda Guerra Mundial (CODES SISAL, 2007, p. 16). Além da pecuária bovina, a população rural se dedicou às culturas de alimentos básicos, como mandioca, feijão e milho. A criação de caprinos também contribuiu e contribui, economicamente, para a região Nordeste.

De acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 2002) o diagnóstico das atividades econômicas, assim como da estrutura social dos municípios da região semi-árida possui, de certa forma, uma homogeneidade das características econômicas e sociais.

A maior fragilidade dos municípios se dá nos períodos de seca, - que ocorrem de forma rotineira, geralmente entre intervalos de dois anos -, quando a população do meio rural sobrevive com formas alternativas de subsistência, desde as culturas tradicionais de feijão e mandioca plantados e colhidos entre maio e julho, às estratégias de sobrevivência, alistando-se nas frentes de trabalho, instituídas pelo governo, muito utilizadas no passado, mais recentemente substituídas pelo Programa de Bolsa Família e recepção de cestas básicas. Muitos vivem com os recursos provenientes da aposentadoria dos membros mais velhos do núcleo familiar, ou de empregos nas prefeituras ou do comércio local. Os idosos têm uma função social destacada na amenização da pobreza e prevenção da miséria por conta de sustentarem muitas famílias já que os mais jovens não contribuem para o orçamento familiar.

## ECONOMIA E CONDIÇÕES SOCIAIS

Dentre as atividades produtivas de Monte Santo, encontramos aquelas marcadas pelo artesanato de barro, couro, palha, madeira e sisal, entre outros, além da culinária local, que faz parte das manifestações da cultura típica do local (Fig.14). Painéis de barro, chinélos em couro, colheres de pau, cordas e sacolas de sisal, chapéus e esteiras de palha, são alguns objetos produzidos e comercializados pelos moradores da zona rural na cidade, principalmente nos dias de feira livre.

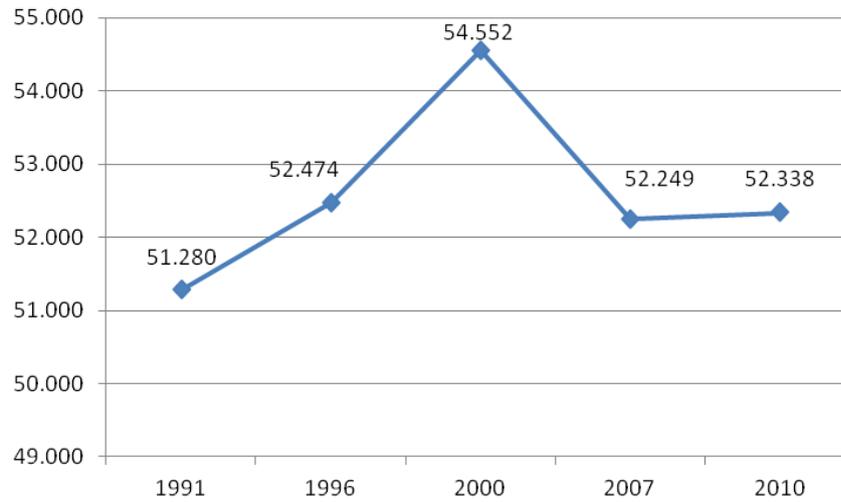


**Fig. 14 – Artesanato em palha e sisal, comercializado na feira livre**  
Foto: Alberto Andrade, out. 2006.

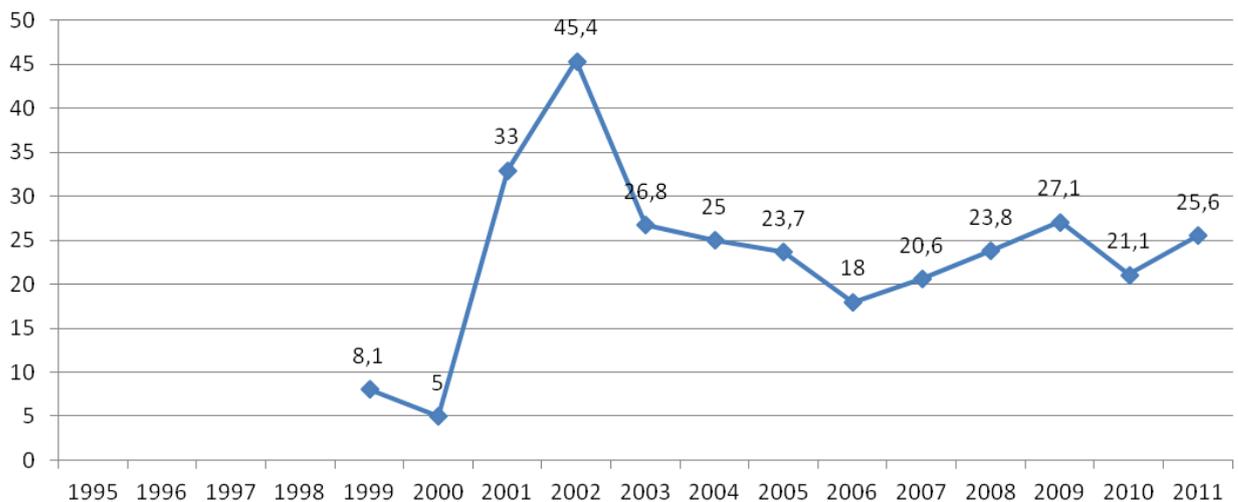
A cidade tem um comércio em expansão e diversificado, comportando supermercados de rede local, lojas de eletroeletrônicos como a rede Gbarbosa, móveis, confecções, salões de beleza, sorveterias, pizzarias, farmácias, lojas de autopeças e oficinas mecânicas.

A cidade possui um hotel e cinco pousadas, com instalações modestas e contendo aproximadamente duzentos leitos, o que é insuficiente para as centenas de peregrinos que, temporariamente, frequentam a cidade.

O total da população residente, segundo o último censo do IBGE (2010), é de 52.338 habitantes. No Gráfico 2 se acompanha a evolução da população do município, de 1991 até 2010, chamando à atenção para a queda do número de habitantes, em comparação ao ano 2000, justificada pelas taxas de mortalidade, apontadas no Gráfico 3.



**Gráfico 2 - Evolução da população do município de Monte Santo-BA**  
 Fonte: IBGE - Censo Demográfico – 2010. Elaborado por Raimundo Pinheiro



**Gráfico 3 - Evolução do número de mortos por mil habitantes**  
 Fonte: Ministério da Saúde. DATASUS. Elaborado pelo PORTALODM. Adaptado por Raimundo Pinheiro

Entre as causas da mortalidade, entre 2001 e 2004, estão as doenças cardiovasculares - que caracterizaram como as que mais resultaram em mortes hospitalares na cidade -, e as doenças infecciosas e parasitárias.

**Tabela 1 - População rural e urbana de Monte Santo/BA – 2000-2010**

POPULAÇÃO	2000		2010	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
RURAL	42.694	85,52	43.493	83,10
URBANA	7.226	14,48	8.845	16,90

Fonte: PNUD (2013)

A Tabela 1 destaca a distribuição da população entre a zona rural e a urbana do ano 2000 ao de 2010. Fica evidente uma desproporção da porcentagem da população rural em relação à urbana, o que mostra uma população predominantemente rural, atingindo uma média de aproximadamente 85%, nos anos observados.

A população masculina e feminina pouco cresceu quando comparados os anos de 2000 com 2010, conforme a Tabela 2.

**Tabela 2 - População masculina e feminina de Monte Santo/BA – 2000-2010**

SEXO	2000		2010	
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)
MASCULINO	25.608	51,30	26.586	50,80
FEMININO	24.312	48,70	25.752	49,20

Fonte: PNUD (2013).

Os dados apresentados nas tabelas evidenciam o caráter rural do município. Nesse meio rural, os problemas são muitos e a falta de emprego e renda impulsiona, - ainda que em proporções menores que no passado – o deslocamento de pessoas mais jovens do meio rural, para diversos lugares do Brasil, em especial para a cidade de São Paulo em busca de trabalho. Dessa forma, o êxodo rural seria outro fator que justifica a queda no número de habitantes apontada no último Censo do IBGE (2010).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), de Monte Santo, segundo relatório do PNUD foi de 0,506, em 2010 (PNUD, 2013), mostrando que o município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo<sup>12</sup>. Entre 2000 e 2010, o setor que mais cresceu, embora, ficando abaixo da média regional em termos absolutos, foi educação<sup>13</sup>, com crescimento de 0,262, seguida por renda e por longevidade. Entre 1991 e 2000, o coeficiente que mais cresceu, em termos absolutos, foi longevidade (PNUD, 2013).

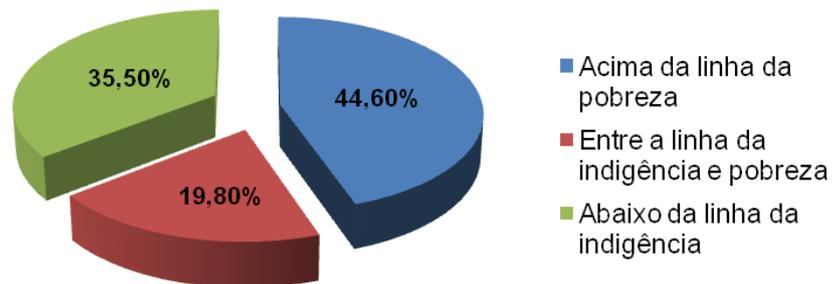
Monte Santo, em 2010, ocupava a 5.510 posição, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 5509 (98,99%) municípios estão em situação melhor e 55 (0,99%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 417 municípios da Bahia, Monte Santo ocupa o 415º lugar, sendo que 414 (99,28%) municípios estão em situação melhor e 2 (0,48%) municípios estão em pior ou igual (PNUD, 2013).

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com base nos dados do último censo demográfico (IBGE, 2010), de 2000 a 2010, a proporção de pessoas com renda domiciliar inferior a R\$ 140,00, *per capita* foi reduzida em 27,9%. Contudo, para alcançar a meta de redução de 50%, deverá ter, em 2015, no máximo 38,4%, nessa situação. Abaixo da linha da pobreza, estão os que possuem renda de até R\$ 140,00 *per capita*. No caso de indigência, estão os que têm menos de R\$ 70,00 (PORTALODM, 2010). O Gráfico 4, abaixo, ilustra a proporção de pessoas em linha de pobreza e de indigência.

---

<sup>12</sup> IDHM entre 0,506 e 0,599.

<sup>13</sup> No levantamento feito pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2013), os municípios de Cansanção e Itiúba, apresentam índices melhores que Monte Santo, seu vizinho.



**Gráfico 4 - Proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza e de indigência**

Fonte: IBGE, 2010. Elaboração: PORTALODM, 2010. Adaptado por Raimundo Pinheiro

O Censo de 2010 (IBGE) apontou que 20%, entre a população mais pobre, a “renda” passou de 3,8%, em 1991, para 2,1%, em 2000, aumentando ainda mais os níveis de desigualdade (PORTALODM, 2010). Em 2000, a participação dos 20% mais ricos era de 56,8%, ou seja, 27 vezes superior à dos 20% mais pobres, em Monte Santo. Somando os que estão abaixo da linha de pobreza e os indigentes, têm-se um resultado muito negativo para Monte Santo. Pela proporção de habitantes na zona rural e na urbana, se conclui que a maioria dos pobres está na zona rural.

Significativa parcela da população habita na zona rural do município, nos povoados existentes. Segundo o Departamento de Tributação da Prefeitura (2014), o município criou os distritos administrativos dos principais povoados, que são: Pedra Vermelha, Alto Alegre, Santa Rosa, Lagoa das Pedras, Lagoa do Meio, Horizonte Novo e Várzea dos Bois. Mais de 86% da população, economicamente ativa, de Monte Santo é empregada no setor agrícola.

Entre 2000 e 2010, a população teve uma taxa média de crescimento anual de 0,47%. Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual tinha sido de 0,49%<sup>14</sup>.

A Tabela 2 apresenta os dados de mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano) no município de Monte Santo. Evidencia-se uma redução de 38%, passando de 60,7 por mil recém nascidos em 2000 para 37,6 por

<sup>14</sup> No Estado, estas taxas foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,01% entre 1991 e 2000. No País, foram de 1,01% entre 2000 e 2010 e 1,02% entre 1991 e 2000.

mil nascidos vivos em 2010. Houve uma evolução na esperança de vida das crianças, acompanhado por um evidente planejamento familiar exibido nos dados da taxa de fecundidade.

**TABELA 3 – LONGEVIDADE E MORTALIDADE E FECUNDIDADE - 1991-2010**

INDICADORES	ANOS		
	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer (em anos)	54,6	60,2	67,0
Mortalidade até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos)	98,6	60,7	37,6
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	125,2	77,1	40,6
Taxa de fecundidade total (filhos por mulher)	5,1	4,4	2,5

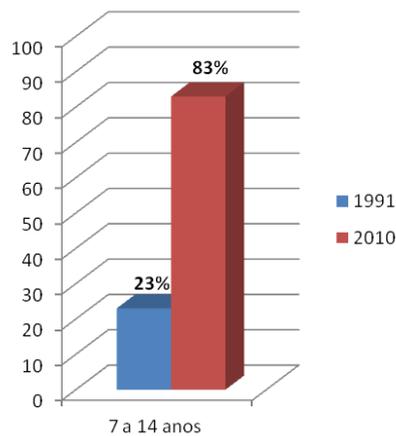
Fonte: PNUD (2013).

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão de longevidade do IDHM. Esse indicador aumentou 12,4 anos nas últimas duas décadas, passando de 54,6 anos, em 1991, para 60,2 anos, em 2000, e para 67,0 anos, em 2010<sup>15</sup>.

Em relação à educação, o censo do IBGE (2010) apontou que, 17,0% das crianças, entre 7 e 14 anos, não estavam cursando o ensino fundamental (Gráfico 5). A taxa de conclusão do ensino fundamental, entre jovens de 15 a 17 anos, era de 26,7%

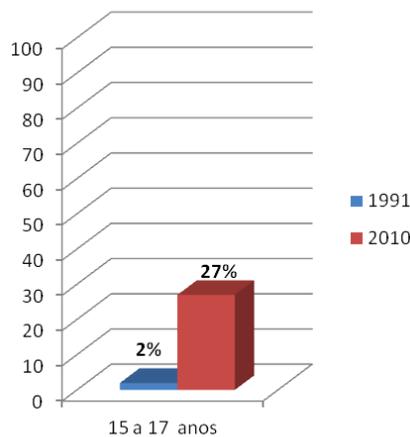
Esses dados apontam que o analfabetismo está muito distante de acabar em definitivo, apesar do número de escolas atenderem à demanda. (Gráfico 6).

<sup>15</sup> Em 2010, a esperança de vida, ao nascer, média para o estado era de 72,0 anos e, para o País, de 73,9 anos.



**Gráfico 5 - Taxa de frequência no ensino fundamental em Monte Santo-1991-2010**

Fonte: IBGE (2010). IPEA/ PORTALODM (2010). Adaptado Raimundo Pinheiro.



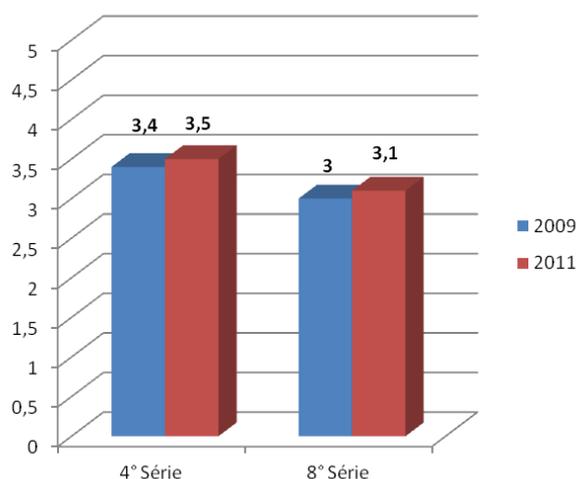
**Gráfico 6 - Taxa de conclusão no ensino fundamental em Monte Santo-1991-2010**

Fonte: IBGE - Censo Demográfico – 2010. Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC - Núcleo de Informações Sociais, disponibilizado pelo PORTALODM. Adaptado por Raimundo Pinheiro.

Ainda, segundo IBGE (2010), do total da população, 35.557 possuem ensino fundamental incompleto e 11.966 adultos sem nenhuma instrução. Segundo o Censo, Apenas 484 pessoas têm nível superior completo. Constata-se, dessa forma, uma baixa instrução da população, o que faz acreditar na quase estagnação do município, em relação às oportunidades de investimentos como a “indústria” do turismo como maneira de auxiliar, pelo menos no crescimento da cidade.

O Ministério da Educação divulgou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) relativo à 2009/2011, que combinou o rendimento escolar às notas do exame Prova Brasil, aplicado entre as crianças da 4ª e 8ª séries, podendo, o

conceito, variar de 0 a 10<sup>16</sup>. O coeficiente de desempenho de Monte Santo apresentou-se péssimo; ocupando a 4.630 posição, entre os 5.565 municípios do Brasil (Gráfico 7), tendo sido avaliados apenas os alunos da 4.<sup>a</sup> série. No caso dos alunos da 8.<sup>a</sup> série, estes ocupam a 4.503 posição, que também não é satisfatória.



**Gráfico 7 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), 2009-2011,**  
 Fonte: Ministério da Educação – IDEB, Elaborado pelo PORTALODM. Adaptado por Raimundo Pinheiro.

O município possui 18 estabelecimentos de saúde pública, dos quais 16 são Postos de Saúde da Família, mantidos em parceria da Prefeitura com os Governos Federal e Estadual, para atendimento ambulatorial, localizados na zona rural. Na cidade, existe um Centro de Saúde mantido pelo município e pelo Governo do Estado dispendo de várias especialidades médicas, um Centro de Atenção Psicossocial mantido pelo município em parceria com os Governos do Estado e Federal, para atendimento psicológico e psiquiátrico, e o Hospital Monsenhor Berenguer equipada com emergência e internação em 60 leitos disponíveis (IBGE, 2010) para atendimento de todo o município.

Os serviços oferecidos na área da saúde não atendem à demanda da população. Os médicos não são suficientes, apesar de o sistema contar com três cubanos do Programa Mais Médicos, do Governo Federal (BAHIA, SESAB, 2014).

<sup>16</sup> O IDEB nacional, em 2011, foi de 4,7 para os anos iniciais do ensino fundamental em escolas públicas e de 3,9 para os anos finais. Nas escolas particulares, as notas médias foram, respectivamente, 6,5 e 6,0.

## **COSTUMES E CULTURA**

Em Monte Santo, as tradições culturais, - que sempre tiveram uma forte ligação à religiosidade local e que possuíam grande representatividade, por meio das festas, danças, artes e músicas especiais -, hoje praticamente estão extintas.

A atividade mais importante e comum da população, principalmente o visitante e itinerante, é religiosa, que consiste em subir o Monte, percorrendo o Santuário da Santa Cruz, ato que acontece há séculos. A cultura local sempre foi caracterizada pela predominância do Monte Santo, como foi batizada a Serra de Piquaraçá.

No começo do século passado, tem-se notícia de que o professor Manoel Felipe Moreira Barreto, os servidores públicos, José Moreira Barreto e Demóstenes Barreto, criaram, em 1925, a filarmônica Lyra Monte-santense, - que com a chegada do rádio se transformou em Sociedade Rádio Recreativa Monte-santense -, formando mais de trinta músicos (SANTOS, 1997, p.181) (Fig. 15). Em 1927, é fundada a segunda filarmônica denominada Lyra Santa Cruz, patrocinada pelo chefe político local, senhor Galdino Andrade e pelo Cônego Francisco Berenguer. As bandas musicais se faziam presentes em todas as solenidades cívicas, religiosas, casamentos, atos fúnebres, etc. Constantemente compareciam em outras cidades para animar diversos festejos (OLIVEIRA, 2002, p.23).



**Fig. 15 – Lyra Monte-santense**

Fonte: Acervo de Hildegardo Cordeiro (1925)

Todo final de ano, segundo Carmem Barreto, entre dezembro e janeiro, a família Barreto organizava e dirigia os tradicionais Ternos de Reis, para as moças, rapazes e crianças. Eram denominados Pérolas Sertanejas, Margaridas, Esperança, Ciganas e Camponesas. Os ternos eram cantados na igreja, nas ruas e nas residências, sempre junto aos presépios. Os cavalheiros levavam arcos, ou caramanchões, enfeitados com arranjos de flores e lanternas, com velas. Como não havia iluminação elétrica na cidade, os colaboradores iluminavam as ruas com “petromax”, um lampião à base de querosene, que funcionava com pressão.

Todos os 31 dias do mês de maio, por exemplo, era comemorada, com um grande envolvimento da comunidade, Maria Santíssima, na Igreja Matriz. De acordo com Santos:

Cada dia os festejos ficavam sob a responsabilidade de uma família. Pela manhã, havia a alvorada, com salva de fogos às 6 horas. Ao meio dia novamente uma chuva de foguetes. Às 18 horas, nova saudação e a hora da Ave Maria. Depois, se davam as orações na igreja toda enfeitada pela família. As pessoas iam ofertar a Nossa Senhora ramalhetes de flores. Depois acontecia nova queima de fogos e espetáculo pirotécnico de rara beleza juntamente com a subida de balões. Havia competição e até júri para julgar a melhor noite do Mês de Maria. Invariavelmente ganhava a do dia 31, sob a responsabilidade das crianças, pela beleza natural que elas emprestavam. A disputa então era pelo segundo lugar (SANTOS, out. 2013).

Além das comemorações religiosas tradicionais, em atenção ao sertanejo, na década de 1940 foi instituída, pelo Monsenhor Francisco Berenguer<sup>17</sup>, a Festa dos Vaqueiros, realizada anualmente no mês de setembro. Nesse dia dedicado aos vaqueiros era realizado um desfile, por todas as ruas da cidade, formado por vaqueiros, vestindo suas indumentárias de couro, montados em cavalos engalanados. No fim do desfile, se rezava a missa dos vaqueiros (OLIVEIRA, 2002, p. 25). Essa festa perdeu sua tradição não sendo mais realizada com originalidade na atualidade. Alguns povoados como o de Algo Alegre promove a comemoração dedicada aos vaqueiros no mês de setembro, promovendo a corrida de argolinhas<sup>18</sup> durante o dia e festa dançante à noite.

---

<sup>17</sup> Padre que permaneceu por mais de trinta anos à frente da Paróquia de Monte Santo.

<sup>18</sup> Consiste em um arco, ou poste todo enfeitado de papel colorido, do qual pende amarrada por um barbante, uma pequena argola, do tamanho de um anel, que deve ser retirada com a ponta da lança feita em madeira, pelo cavaleiro em disparada.

Ainda hoje em outras datas do ano, ocorrem manifestações religiosas, porém com uma maior participação da população da cidade e, principalmente, a da zona rural, como a coroação de Nossa Senhora no dia 31 de maio, e festa do Corpo de Deus em junho. Fora o calendário tradicional das duas romarias, excursões compostas por religiosos e estudantes de origens diversas, visitam a cidade.

Os festejos do mês de junho eram animados por quadrilhas, sanfoneiros, além do tradicional concurso de balões, em praça pública. Iniciavam-se no dia 13 homenageando Santo Antônio, dias 23 e 24 comemorando São João e 28 e 29 com a festa de São Pedro (SANTOS, 1997 p. 117). Em 1963 as quadrilhas tiveram participação do elenco do filme “Deus e o Diabo na terra do sol”, de Glauber Rocha, que estava sendo filmado na cidade. As comemorações juninas ainda permanecem na zona rural de Monte Santo, principalmente nos povoados de Santo Antônio, Lagoa das Pedras, Lagoa do Saco e Pedra Vermelha.

No ano de 1951, foi instalado em Monte Santo, ao lado da casa paroquial, na antiga Praça da Matriz, um cinema com a denominação de Cine Teatro São José, que funcionou até o início da década de 1980. Filmes e peças teatrais eram apresentados semanalmente à comunidade local (OLIVEIRA, 2002, p.17).

As marchinhas de carnaval marcaram outra data festiva da cidade. Os foliões percorriam as ruas da cidade andando e dançando ao ritmo instrumentos de sopro e percussão. O Clube Cultural de Monte Santo, também promovia bailes de carnaval no período festivo (SANTOS, 1997, p. 37). Hoje essa tradição não existe mais.

As atividades de lazer e entretenimento em Monte Santo são limitadas. Os jovens se divertem nos bares, onde é constante a concentração, principalmente na Praça Professor Salgado. Os grupos de jovens da Igreja Católica e das evangélicas promovem eventos como gincanas, festivais de música e teatro, entretanto, o número de envolvidos é reduzido. Os mais velhos jogam baralho e dominó em alguns bares, além de participarem de programas sociais promovidos pela Secretaria de Assistência Social, como aqueles direcionados para a terceira idade.

As *lan-houses* atraem aqueles que, mesmo com baixo poder aquisitivo, estão envolvidos com as redes sociais e os aspectos da modernidade. Outra opção de diversão é ouvir a rádio local Piquaraçá FM, com programação variada, atendendo todos os gostos musicais.

Os católicos, que são a maioria na cidade, frequentam as missas realizadas às quintas-feiras à noite, sextas-feiras pela manhã e aos domingos pela manhã e noite.

As escolas promovem desfiles no período da Semana da Pátria, além de festivais e feiras temáticas como literatura e ciências, durante o ano letivo.

O município possui algumas construções importantes e que mereceram destaque. Em 1981, o prefeito Antônio Cordeiro de Andrade, mediante o Decreto Municipal nº 33/81 (IPAC, 1999), declarou um casarão, na rua Apolônio de Todi, datado do início do século XX, juntamente com seu terreno, como monumento de utilidade pública, para efeito de desapropriação, visando instalar um museu da cidade. Em 1982, depois de doada pelo Município ao Governo do Estado, a casa foi restaurada, com recursos da Empreendimentos Turísticos da Bahia, e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), para servir de sede ao Museu do Sertão (Fig. 16), inaugurado em 1º de novembro desse ano.

O projeto do Museu foi elaborado pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), possuindo 5 salões de exposição e 1 pequeno auditório com 30 lugares para realização de reuniões (IPAC, 1999). Ele possui grande e importante acervo de objetos e lembranças da Guerra de Canudos (Fig. 17), - como fotos da época e armas utilizadas -, além de objetos que representam as tradições locais, quer religiosas, como a coleção de ex-votos (Fig. 18) e peças artesanais, quer obras do artista plástico Mario Cravo Junior e Juracy Dórea, além uma réplica do meteorito Bendegó (Fig. 19).



**Fig. 16 – Museu do Sertão de Monte Santo**  
Foto: Raimundo Pinheiro, 2009.



**Fig. 17 – Armas utilizadas na Campanha de Canudos - Museu do Sertão**  
Fonte: Raimundo Pinheiro, 2009



**Fig. 18 – Coleção de ex-votos do Museu do Sertão**  
Foto: Raimundo Pinheiro, 2012



**Fig. 19 – Réplica do meteorito Bendegó – Museu do Sertão**  
Fonte: Raimundo Pinheiro, 2009

A instituição disponibiliza à população, espaço físico e material de pesquisa iconográfica e bibliográfica. A biblioteca não funciona mais no local, e o destino do acervo não foi identificado. O Museu do Sertão, hoje, se encontra fechado para reforma<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> Desde janeiro de 2013, o Museu do Sertão foi fechado com a justificativa de que o casarão necessitaria de reformas na sua estrutura e telhado. A Prefeitura afirma que, sem a ajuda do Governo

Ao ver de Paes (2009), a identidade cultural de um lugar é territorializada quando as atividades, símbolos ou manifestações diversas exercem uma forte influência sobre a população. A espacialidade, que esses símbolos atingem, é que justifica sua patrimonialização por estar ligado à identidade cultural de determinado território.

O santuário da Santa Cruz representa o principal bem material e imaterial, no cenário cultural religioso, por fazer parte da memória e identidade da cidade. O local possui aspectos marcados por um tempo sagrado periódico, que envolve a memória social daqueles, que movidos pela fé, transformaram uma paisagem natural em um patrimônio de referência, normalmente bem reconhecido durante os períodos sem peregrinações.

No sentido de envolver a sociedade no processo de valorização e preservação do patrimônio que existe nos lugares, Paes (2009) afirma que:

O patrimônio cultural é herança, mas é também propriedade. Não é só a expressão da sociedade, ele movimenta, aviva, põe em evidência as passagens, as vias de acesso entre o material e o simbólico, entre o sujeito e o seu meio, entre uma razão prática e uma razão simbólica. O patrimônio cultural torna-se um fato social [...] patrimonialização envolve, então, um conjunto de práticas sociais, desde as mais diversas formas de produção cultural, de saberes simbólicos e técnicos, até os inúmeros processos de institucionalização do patrimônio como tal, que permitem a preservação dos bens culturais (PAES, 2009, p. 163-164).

O exposto testemunha, não só a importância em preservar os edifícios civis e religiosos, quanto à paisagem local, que apresentam possibilidades de exploração do seu valor histórico-cultural. Isto deve ocorrer, como uma marca do sertão baiano, de forma integrada com os demais municípios da microrregião de Euclides da Cunha, em especial com os que possuem particularidades similares, como Canudos, Euclides da Cunha e Uauá.

---

do Estado, não poderá realizar as obras necessárias. Em função disso, o museu continuará fechado à visitação. Inúmeras denúncias vêm sendo feitas, pelos meios de comunicação, sobre o desaparecimento de peças do acervo do Museu.

## CAPÍTULO 2

### O SAGRADO NO ESPAÇO: O EXEMPLO DE BOM JESUS DA LAPA

No Brasil, de acordo com Barbosa (2009), algumas cavernas servem de santuários para romarias católicas. A Lapa de Terra Ronca e a Gruta dos Milagres, em Goiás, são alguns exemplos. No Estado da Bahia, as romarias em cavernas acontecem em diversos lugares, como na Lapa da Mangabeira, no município de Ituaçu, na Gruta do Bom Jesus de Iramaia, no município de mesmo nome, na Lapa dos Brejões, no município de Morro do Chapéu, na Gruta de Patamuté, no município de Curaçá e na Gruta do Santuário do Bom Jesus da Lapa, no município da mesma designação (BARBOSA, 2009, p. 1).

Este último, como “outro lugar” de convergência de devotos, está localizado no centro-oeste do estado da Bahia, a 900 km de Salvador e 850 de Monte Santo e é considerado um dos maiores santuários do Brasil, situado no Nordeste, - destacando-se juntamente com Juazeiro do Norte e Canindé.

A cidade vive basicamente do fluxo anual de fiéis que se destinam ao santuário, base em sua economia, fato que é evidenciado pelo número de hotéis, pensões, lojas, bares, feira, barracas e restaurantes que servem, quase que exclusivamente aos visitantes. É um local de destinação turística voltada para o seu santuário, que atrai milhares de pessoas durante todo o ano

Lá, a natureza foi valorizada como palco de manifestação do sagrado. Localizada à margem direita do médio São Francisco, está numa formação calcária<sup>20</sup> abrigando diversas grutas que, ao longo de mais de dois séculos, atraem romeiros de vários lugares do Brasil. O morro, - que se destaca dos demais acidentes geográficos da planície -, se transformou em local sagrado, devido à crença popular dos peregrinos, atribuindo identidade ao lugar mais frequentado por eles (Fig. 20).

---

<sup>20</sup> Complementada por depósitos eluvionares e coluvionares, depósitos fluviais, calcários, dolomitos, siltios, folhelhos argilitos (IBGE, 2014).



**Fig. 20 - Morro de Bom Jesus da Lapa/Bahia**

Foto: Raimundo Pinheiro, set. 2013

Nesse morro, uma das localidades considerada sagrada é a gruta de Bom Jesus. De acordo com Castro (2008), existem várias versões para o seu surgimento. Assinalando o misticismo da religião católica popular, a caverna teria sido descoberta por um vaqueiro quando perseguia um boi, que tinha se desgarrado do rebanho. Na sua busca, encontrou a imagem do Bom Jesus no seu interior. De acordo com a Ordem dos Redentoristas<sup>21</sup>, - líderes religiosos que atualmente dirigem o Santuário -, a gruta foi descoberta por Francisco Mendonça, que, “após sair da prisão, teria se deslocado como andarilho pelo sertão baiano quando encontrou as grutas da Lapa onde depositou as imagens de Jesus Cristo e de Maria que carregava” (CASTRO, 2008, p. 1). Porém, de acordo com esse mesmo autor, a construção de mitos é comum nos espaços sagrados.

Há outro conto que relata a queda de uma criança com alguns meses de idade no rio São Francisco e que não se machucou. Além disso, para alguns romeiros, pequenas reentrâncias nas rochas, comuns em áreas de litologia calcária, são pegadas de Jesus Cristo. No passado, até o sangue dos morcegos, que caíam do teto das grutas eram considerados sinais da sacralidade do lugar (CASTRO, 2008, p. 8).

---

<sup>21</sup> Os Redentoristas atuam em igrejas, santuários e locais tradicionais de romaria. Os santuários dirigidos pelos Redentoristas possuem uma forte ligação com o povo (CONGREGAÇÃO DO SANTÍSSIMO REDENTOR, 2014).

A gruta, encontrada em condições naturais, tinha as características, típicas das demais cavernas calcárias, destacando-se as estalagmites e estalactites.

Segundo Flexor (2014, p.31), pelas várias descrições encontradas, as imagens de roca estiveram, sobretudo, ligadas aos Mistérios ou Passos da Paixão e à cena da Crucificação. Tornaram-se símbolo dos conjuntos em que, necessariamente, constavam Cristo e a Senhora Dolorosa e, por vezes, uma terceira figura, alternando São João Batista e/ou Madalena. O próprio Arcebispo, D. Sebastião Monteiro da Vide deu notícias ao autor do Santuário Mariano sobre uma Senhora da Soledade, que existia no sertão, nas ribeiras do São Francisco, lugar conhecido como Bom Jesus da Lapa, levada até ali pelo ermitão, Francisco de Mendonça, ou Francisco da Soledade, por 1680. O já então padre Francisco, ordenado em 1700, doou uma imagem e

a mandou ir; não me constou se da Bahia, se da Vila de São Francisco [...] É imagem prodigiosa, e da proporção de uma perfeitíssima mulher. É de roca, e de vestidos. O mesmo devoto a mandou compor com vestidos preciosos, e de grande custo, com o Santo Sudário nas mãos, colocada na capela mor, encostada à cruz (SANTA MARIA, 1947, v. 74, p. 168-172).

Em 1691, a gruta, já descoberta pelos exploradores do sertão e habitada por onças, tornou-se morada de Francisco de Mendonça, - o responsável por evangelizar o povo da região e viajantes, - sendo convertida por ele em lugar de oração, em templo católico que se transformou no Santuário de Bom Jesus. De acordo com Magalhães (2010).

Diante disso, Francisco, foi chamado pelo arcebispo para ir a Salvador e, após uma preparação, em 1706, ordenou-o sacerdote do "Santuário do Senhor Bom Jesus da Lapa e de Nossa Senhora da Soledade". Em homenagem à Mãe das Dores, passou a se chamar Padre Francisco da Soledade. (MAGALHÃES, 2010, p.58-59).

## **SÍMBOLOS DA FÉ EM BOM JESUS DA LAPA**

No morro e na gruta do Bom Jesus da Lapa, paulatinamente, foram agregados os vários símbolos da fé. Mais recentemente, em 1935, foi construído um cruzeiro, de cimento armado, de 12m de altura, servindo de marco da Igreja Católica

Apostólica Romana e, também, como local para os romeiros acenderem velas na sua base (OLIVEIRA, 1995, p. 49). Segundo esse mesmo autor, a paróquia de Bom Jesus da Lapa é, na atualidade, responsável pelos atos litúrgicos e comemorações que são realizadas no Santuário, na Igreja Matriz e em mais onze capelas a ela sufragâneas. Em 1995, Oliveira (1995, p. 54) afirmava que

Os festejos religiosos estendem-se por cerca de três meses, a começar de julho, terminando em setembro, da maneira mais brilhante, com as três romarias: a da terra, a do Bom Jesus e a da Nossa Senhora da Soledade.

A imagem do Cristo Crucificado, sob a invocação de Bom Jesus, é a principal imagem de adoração e se encontra no altar-mor, na parte mais alta (Fig.21). Flexor (2009, p. 5) afirmou que, no século XVIII, a hierarquia das imagens no altar-mor foi estabelecida pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, ficando no lugar mais alto, o Santíssimo Sacramento, e mais abaixo a imagem do Cristo Nosso Senhor Crucificado, normalmente em grandes dimensões. Situava-se sobre o sacrário<sup>22</sup>. Pelas características da imagem, hoje no altar referido, a atual substituiu a original, citada por frei Agostinho de Santa Maria (1722, p.170), em 1722. Possivelmente, esse novo Cristo Crucificado, junto com a modernização da capela da gruta, foi colocado no altar-mor pelos Redentoristas, que passaram a se responsabilizar pela Matriz e igrejas a ela sufragâneas, a partir de 1956, incluindo a gruta. Durante as romarias, imensas filas de devotos se formam diante da imagem de Cristo para levarem seus pedidos, pagarem suas promessas e depositarem os ex-votos nas dependências da gruta.

---

<sup>22</sup> Os oragos das igrejas só passaram a ocupar o lugar, no alto do altar-mor, no século XX.



**Fig. 21 - Imagem do Cristo Crucificado, no altar-mor, em Bom Jesus da Lapa**  
Foto: Raimundo Pinheiro, set. 2013.

O culto às imagens sempre se destacou em alguns santuários. Em Bom Jesus da Lapa, por exemplo, isso pode ser evidenciado pelas longas filas que se formam para poder conseguir alcançar o altar do Bom Jesus. A união entre o fiel e o Santo Cristo, não precisa de intermediários o que, muitas vezes, contraria os dirigentes redentoristas do Santuário<sup>23</sup>. Steil afirmou que os padres dirigentes tentam direcionar o culto das imagens para um caminho teológico, mas os romeiros se negam, pois os laços entre fieis e Cristo foram construídos ao longo da sua história de vida.

Na perspectiva dos romeiros, a imagem estabelece um campo semântico que organiza sua cosmologia. Há uma característica neste ritual que é a da relação direta dos romeiros com o Santo, tratando como uma pessoa humana e amiga, mas ao mesmo tempo poderosa e boa que pode responder às necessidades daqueles que estão vivendo na Terra (STEIL, 1996, p. 129).

Nas dependências internas da gruta se destacam as chamadas Grutas do Monge e da Onça, que são formações calcárias na caverna maior. Conta a lenda

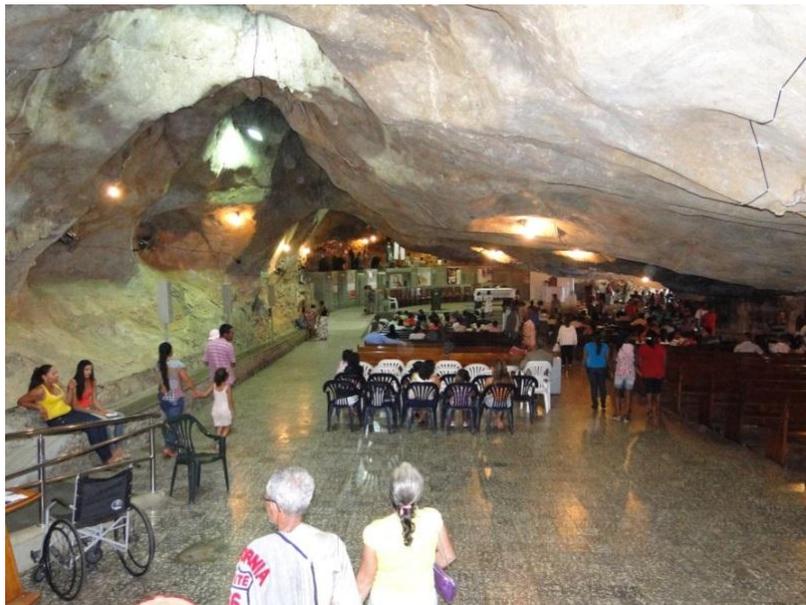
---

<sup>23</sup> A Congregação do Santíssimo Redentor foi fundada em 9 de novembro de 1732, em Scala, na Itália, por Santo Afonso Maria de Ligório e outros cinco companheiros. A principal característica desse grupo foi a pregação das missões populares para as comunidades mais pobres e abandonadas do Reino de Nápoles. A vice província dos Redentoristas só foi criada na Bahia em 1972, quando os poloneses substituíram os holandeses da mesma congregação em Bom Jesus da Lapa. (CONGREGAÇÃO DO SANTÍSSIMO REDENTOR, 2013).

que elas estão relacionadas ao fundador do Santuário que, no passado, convivia pacificamente com uma onça no lugar. A Cova da Serpente é outra formação dentro da mesma gruta, que simboliza a força do mal. A lenda diz que uma serpente alada<sup>24</sup>, pode atacar os fiéis, mas o amor de Maria livra e salva a todos (CASTRO, 2008, p. 11).

Os dirigentes Redentoristas realizam as atividades religiosas na capela do Santíssimo que substituiu a antiga sala dos milagres, - na tentativa de direcionar a fé dos fiéis, no Sacramento da Eucaristia -, em lugar dos milagres e dos poderes espirituais dos santos.

A gruta de Nossa Senhora da Soledade é interligada à gruta do Bom Jesus por um túnel, escavado nas pedras, formando uma ampla área, onde os fiéis se postam, fazendo demonstrações de sua fé e devoção à Mãe de Jesus. Ai são ministrados os sacramentos, como, batismos, casamentos e confissões (Fig. 22).



**Fig. 22 – Gruta de Nossa Senhora da Soledade de Bom Jesus da Lapa**  
Foto: Raimundo Pinheiro, set. 2013

A gruta de Santa Luzia e a sala dos Milagres são recintos que completam o ambiente interno do Santuário de Bom Jesus da Lapa. Na sala dos Milagres, inúmeros ex-votos estão depositados, como muletas, cabeças, braços e pernas

---

<sup>24</sup> Um dos conhecidos mitos da Lapa de que há uma serpente alada aprisionada no morro que caso se liberte devorará os habitantes da cidade (CASTRO, 2008 p. 9).

esculpidos em madeira, mechas de cabelos e fotografias, dentre outros ex-votos oferecidos pelos fiéis, como representação de devoção e agradecimento. Por outro lado, a água, recolhida na Gruta dos Mártires como também é chamada, é levada para casa por esses fiéis e tida como curativa de doenças diversas, principalmente dos olhos (CASTRO, 2008, p. 10).

Na frente ao acesso à gruta foi construída uma praça, geralmente conhecida como esplanada que é cercada por grades, separando o Santuário da rua principal. Nos períodos de maior fluxo de fiéis, as grandes celebrações, são realizadas nesse local (Fig. 23).



**Fig. 23 – Esplanada e entrada do Santuário de Bom Jesus da Lapa**

Foto: Raimundo Pinheiro, set. 2013

Castro (2008), ainda, identificou a dimensão da religiosidade popular nesse local onde muitas práticas religiosas são criadas ou reinventadas pelo imaginário dos fiéis que vivenciam o ambiente. A pedra do sino, no morro da Lapa, é um fragmento rochoso que emite um som característico, quando é atritado por outra pedra, e é respeitada por muitos, que a consideram parte do seu roteiro devocional, informou esse autor. “Bater na pedra do sino é, para alguns peregrinos, uma obrigação equivalente a visitar as grutas ou assistir às missas” (CASTRO, 2008, p. 9).

Tudo aquilo que não é entendido pelos fiéis, se torna místico, classificado como santo e assim cultuado. A água que escorre nas grutas não é uma água qualquer, mas de um lugar especial.

A maior parte dos frequentadores do Santuário pertence à massa popular brasileira ou baiana, em específico, como agricultores, trabalhadores da construção

civil e aposentados rurais. Geralmente, são pessoas relacionadas entre si, conhecidos ou vizinhos, que se organizam para fazer a viagem à Lapa.

Os romeiros se deslocam em caminhões “pau-de-arara”, ou ônibus fretados pelos organizadores das romarias. Segundo Steil (1996), os organizadores são pessoas responsáveis por manter contato com os administradores da paróquia local, para saber a programação e datas importantes do culto no Santuário.

As distâncias percorridas chegam a centenas de quilômetros e a estadia é de, no máximo, três dias na cidade de Bom Jesus da Lapa. Entre os visitantes, que frequentam a cidade, além dos fiéis fervorosos, existem aqueles que participam da peregrinação por curiosidade, mantendo um certo distanciamento dos rituais, buscando, por sua vez, divertimento nos ambientes profanos.

Os votos e promessas fazem parte do ambiente simbólico, vivido pelos humanos, que reafirmam, em Bom Jesus da Lapa, o catolicismo tradicional popular. O surgimento, desenvolvimento e existência das romarias, até os dias de hoje, está associado à dependência dos fiéis, principalmente das classes mais populares, ao sobrenatural, pelo que é bendito e possível ritualizar.

## **CULTO E DEVOÇÃO**

Os cultos rotineiros são marcados por celebrações, oficiadas pelos padres Redentoristas de Bom Jesus da Lapa, considerados especialistas em cultos e assistência religiosa a santuários. Eles, no entanto, pregam uma liturgia menos popular, buscando, ao contrário, impor um racionalismo ante o misticismo característico dos fiéis que chegam àquela cidade. Nesse sentido, Steil (1996) considerou fundamentais as diferenças de posições, entre o catolicismo popular e o ortodoxo, para a sobrevivência dos fluxos constantes de fiéis.

É justamente enquanto um palco de trocas culturais e de ideias, um ponto de encontro entre crenças ortodoxas e dissidentes, um universo de difusão de costume e valores antigos e novos, um lugar de transações rituais e econômicas e uma arena de disputas de discursos seculares e religiosos que a romaria se constitui numa questão extremamente relevante e atual (STEIL, 1996, p. 86).

Nos Santuários evidenciam-se exemplos de resistência da fé dos frequentadores que, na sua maioria, preserva as tradições do catolicismo popular, cuja fé e misticismo superam as pregações modernas das religiões.

As esmolas são associadas a todo o cerimonial transcorrido na cidade (Fig.24). A ajuda aos mendigos, por exemplo, faz com que o visitante se sinta fortalecido espiritualmente por ajudar o mais carente, embora, pelos cartazes, - exibidos no Santuário e pelo serviço de som, os padres façam campanha contra essas doações.



**Fig. 24 - Pessoas pedindo esmolas nos portões do citado Santuário**  
 Fonte: Raimundo Pinheiro, set. 2013

A zona urbana tem sua rotina transformada durante as principais festas religiosas, e o impacto maior é evidenciado no comércio. Castro (2008) classificou os comerciantes de Bom Jesus da Lapa em três categorias: em primeiro lugar, os distribuidores, que vendem mercadorias a barraqueiros e moradores; em seguida, os que comercializam temporariamente no segmento informal, que vendem predominantemente mercadorias destinadas aos romeiros e às vezes, para os moradores da cidade; por último, os vendedores fixos residentes, que oferecem os seus produtos, predominantemente aos moradores, no pós-fluxo com o que lucram com as rendas daqueles que ganharam com as romarias.

A sacralização dos lugares é muito evidenciada no sertão baiano. A religiosidade popular, assim como em Bom Jesus da Lapa, foi a responsável pela transformação da Serra do Piquaraçá, em Monte Santo, lugar que nasceu e se desenvolveu em função da simbologia sagrada.

## CAPÍTULO 4

### SIMBOLOGIA RELIGIOSA EM MONTE SANTO

Vindo da missão de Maçacará, o maior apóstolo do Norte, Apolônio de Todi, impressionou-se tanto com o aspecto da montanha, "achando-a semelhante ao calvário de Jerusalém", que planeou logo a ereção de uma capela. Ia ser a primeira do mais tosco e do mais imponente templo da fé religiosa (CUNHA, 1963, p. 64).

Esse caminho é para levar ao céu a alma dos inocentes (ROCHA, 1964).

Religiosidade e comportamento humano sempre estiveram relacionados nas diferentes sociedades. Em muitos lugares, as cidades ou pequenos núcleos habitados, sofreram, - ao longo do seu surgimento e crescimento -, forte influência do deslocamento de pessoas, influenciadas por rituais e devoções associados à determinada crença.

Bom Jesus da Lapa é um exemplo de cidade que surgiu, cresceu e vive até hoje sob influência das peregrinações ao santuário local: Santuário do Bom Jesus.

A cidade de Monte Santo detém seu valor cultural ligado à sua condição de testemunho de importante acontecimento da história brasileira no início do período republicano do Brasil. Tem, também, grande significado no processo de ocupação e povoamento da Bahia, a partir do século XVII. Os poucos exemplares do patrimônio arquitetônico remanescente, especialmente dos séculos XVIII e XIX, são de grande significado local e necessitam de um esforço público de manutenção, que preserve, não só o seu valor patrimonial, mas também as suas particularidades estilísticas. O valor, porém, vem da serra ou do Monte Santo, no qual peregrinos sobem e descem, muitos para pagar promessas, numa demonstração de fé e abnegação.

Os sacro-montes tiveram seu maior desenvolvimento na Península Ibérica, no período barroco. O Santuário do Bom Jesus do Monte localizado na cidade, de Braga, em Portugal, é um exemplo de santuário católico dedicado ao Senhor Bom Jesus constituindo-se num conjunto arquitetônico e paisagístico integrado por uma igreja e um escadório onde se desenvolve a Via Sacra do Bom Jesus (Fig. 25 ).



**Fig. 25 - Santuário do Bom Jesus do Monte**

Fonte: <http://www.forum.bracarae.com>

Nessa cidade do interior da Bahia, a serra se transformou em local dedicado à “Santa Cruz” por conta do esforço do missionário capuchinho Apolônio de Todi, em lembrar a Paixão de Cristo no monte Calvário. Regni (1988) diz que o religioso italiano, fundador do santuário, se inspirou nas tradições dos “montes sagrados” da sua terra natal como Varallo, Varese, Orta e Bérico. O autor afirma que

um particular interessante que revela a originalidade do frei Apolônio com relação à forma tradicional dos montes sagrados da Itália, é ter ele unido o motivo da devoção à Paixão de Cristo com a das Dores de sua Mãe Santíssima, colocando como limiar da via-sacra, as estações das Sete Dores de Nossa Senhora (REGNI, 1988, p. 276).

Azevedo, em “Um sacro monte no sertão baiano”, afirmou que o melhor exemplo, desse paisagismo religioso, está em Portugal, e destacou a obra de frei Apolônio de Todi, na Bahia.

Surgidos na Itália, durante o Renascimento, os sacro-montes tiveram seu maior desenvolvimento durante o período barroco. Em Portugal, esses conjuntos paisagísticos, que tentavam recriar o Monte Calvário, se difundiram no norte do país, nos séculos XVII e XVIII. O sacro-monte baiano é a primeira manifestação deste tipo no Brasil e se inspira diretamente na tradição italiana, inclusive no nome adotado. Ele precede Bom Jesus de Bouças de Matozinhos<sup>25</sup>, em Minas Gerais, que só foi transformado em sacro-monte entre 1802 e 1818. Embora rústico, o exemplar baiano se impõe por sua escada orográfica e força telúrica. Frei Apolônio de Todi pretendeu construir outro sacro-monte em Mairi (AZEVEDO, 1982, p. 161).

---

<sup>25</sup> Na verdade apenas Bom Jesus de Matozinhos.

De acordo com Silva (1982, p.16), foram os capuchinhos, vindos da Europa, principalmente da Itália que, em missões ambulantes, se aproximaram dos seus moradores, já no século XVIII. Nessa mesma época, foi criada a única freguesia da cidade. Fernandes (1982, p. 27) dizia que o aspecto penitencial foi sempre muito forte no catolicismo do sertão

expressando-se de forma muito concreta por intermédio dos grupos de penitentes, esse traço foi largamente trabalhado pelos missionários ambulantes durante as “santas missões” que, enfatizando nas pregações o sacrifício, de certo modo preparam as romarias – marchas marcadas pelo “sacrifício voluntário”, noção chave na economia da salvação cristã, valor consagrado por todos os santos.

Catequizar, civilizar e evangelizar, de forma diferente daquela dos tempos dos primeiros jesuítas, essa era a missão dos frades, baseada na civilidade europeia. Os capuchinhos se encarregaram de aprofundar o catecismo nas comunidades. Utilizavam da religião para evangelizar, visto que os leigos não tinham acesso á bíblia. Vinham, também, reforçar a Igreja Católica Apostólica Romana, moralizada nos finais do século XIX, com a vinda de religiosos alemães, para acabar com a degradação dos religiosos regulares do Brasil.

Os capuchinhos permaneciam nas comunidades, buscando a aproximação dos cristãos católicos distantes da igreja. Essa ação pastoral, dirigida pelo Arcebispado, ao ver de Regni (1988, p. 274), ia além do anúncio da palavra, acompanhando atividades de renovação religiosa e civil do povo. Na região de Monte Santo, frei Apolônio Todi implantou as Santas Missões nas localidades que hoje pertencem a Jeremoabo, Tucano, Cícero Dantas, Massacará e Rodelas (SILVA, v.5, 1933, p. 235). Foi chamado o Apóstolo dos Sertões.

É no Nordeste, principalmente nos locais onde a seca sempre castigou o povo, que se encontrava em total abandono, que a ação dos frades trouxe certo conforto espiritual. De acordo com Regni (1988, p. 226), “este sentimento de confiante abandono nas mãos de Deus não indica uma aceitação passiva e resignada de uma estrutura social, baseada na injustiça, na opressão e no desfrute da classe pobre” [...]. Por isso mesmo, os frades apoiavam movimentos de contestação das populações.

O sertanejo sempre foi fortemente religioso, porém ficava afastado do culto oficial pregado pela igreja romana. As devoções a santos e comemorações populares, as promessas, as procissões e a busca por milagres faziam parte desse cenário criado pela sua vivência.

O Santuário da Santa Cruz, localizado na serra do Piquaraçá, foi construído no século XVIII e teve muita influência no surgimento e crescimento do povoado, depois vila e cidade.

### **FREI APOLÔNIO DE TODI**

Desde 1785 os capuchinhos italianos tinham missões na região, ocasião em que frei Apolônio de Todi, visitou a fazenda Lagoa da Onça. Por falta de condições ambientais, o religioso resolveu instalar sua missão no Piquaraçá, principalmente por causa da existência de água potável (IBGE, 1958, p. 44)..

Na obra Memórias históricas e políticas da Província da Bahia encontra-se a interpretação da carta, enviada pelo frei Apolônio de Todi, - que construiu a capela original no Monte Santo -, ao Dr. Baltazar da Silva Lisboa. A interpretação foi feita por Braz do Amaral (SILVA, 1933, v.5, p. 235).

A carta segundo a interpretação, relata que em 1785 o autor chegou aos pés da Serra do Piquaraçá, achando uma fazenda de gado e uma casinha de palha, que atendia ao vigário, o qual aparecia de quatro em cinco anos e que era usada como Casa de Oração. O capuchinho logo começou a armar uma capela de madeira e fazer uma latada para a Missão. Mandou fazer cruzes grandes e no fim da Missão, no Dia de Todos os Santos (1º de novembro de 1780), fez o Sermão da Procissão da Penitência, e daí, às três horas da tarde, se principiou a Procissão, colocando as cruzes de modo e na distância que ordenam os Sumos Pontífices. E quando se chegou à metade da colocação das Cruzes de Nosso Senhor, repentinamente se levantou, de uma baixa que descia do Monte, um furacão de vento tão violento, que não só apagou as lanternas que cada um trazia, mas foi preciso botarem-se no chão, especialmente as mulheres, que vinham atrás.

Continuava Apolônio de Todi:

E assim como todo o povo ficou espantado, gritei que não temessem, mas que invocassem Nossa Senhora do Amparo que aqui traziam, e no mesmo instante, fazendo o sinal da Santa Cruz com a mesma Santa Imagem sossegou e prosseguimos à procissão, se acenderam as lanternas, se acabaram de colocar as Cruzes, e procissionalmente sempre rezando se desceu do Monte, e às oito horas da noite se chegou ao lugar da Missão, subi o púlpito, fiz o Sermão da conclusão da Procissão da Penitência, e no fim exortei o povo que no Dia Santo viesse visitar as Santas Cruzes, já que vivia em tão grande desamparo das coisas espirituais, morrendo todos sem confissão, e os meninos sem batismo. E aqui sem pensar em nada disse, que daqui em diante não chamassem mais Serra do Piquaraçá, mas sim Monte Santo.

Frei Apolônio de Todi (Fig. 26) se dedicou, principalmente, aos índios na Bahia. Suas missões marcaram lugares, como as cidades de hoje, abaixo citadas, pois sempre deixava algum sinal da sua passagem.



**Fig. 26 - Frei Apolônio de Todi**  
Fonte: REGNI, 1988, p.271

Frei Apolônio nasceu em Ripaioli, vizinho a comuna de Todi, na região da Úmbria<sup>26</sup>, a 23 de janeiro de 1747. Seu nome de batismo, Pedro Paulo em referência aos dois grandes apóstolos do cristianismo, poderia indicar o roteiro, que o religioso traçaria, ao longo de sua vida, pois percorreu quase todo o território dos atuais estados da Bahia e Sergipe, “espraiando o reino de Deus” no dizer de Regni (1988, p. 271-272)

Regni (1988) informou que, em 1772, com 25 anos de idade, foi ordenado sacerdote na Itália. Sete anos depois, após pedir permissão aos seus superiores,

<sup>26</sup> Região onde nasceu São Francisco de Assis, isto é em Assis, na Úmbria.

passou a atuar como missionário, sendo enviado, inicialmente, para São Tomé e Príncipe, nas ilhas da África, na condição de núncio apostólico, e tendo como principal tarefa reorganizar aquela missão decadente. Após as reformas pombalinas, foram os agostinianos ou capuchinhos que substituíram os jesuítas, carmelitas e franciscanos nos antigos aldeamentos indígenas. Em maio de 1783, a Congregação da *Propaganda Fide*, de Cardeais, de Roma<sup>27</sup>, o autorizou a realizar o seu apostolado em terras brasileiras, nas quais ele já se encontrava há sete meses (REGNI, 1988, p. 272).

Apolônio de Todi viveu dez anos com os índios de Massacará, na Bahia, dedicando-se “à formação e ao desenvolvimento da gente sertaneja derramada pelo infundo sertão baiano” (REGNI, 1988 p. 270) e até o fim da sua vida se dedicou a conviver em lugar junto com as comunidades das vilas e lugarejos pelos quais que passava.

Os Massacarás<sup>28</sup> habitaram Monte Santo, enquanto Cumbe e Uauá pertenciam ao seu território. Em 1785, começou a ser formado o povoado do frei Apolônio de Todi, com o nome de Santíssimo Coração de Jesus e Nossa Senhora do Monte Santo. O religioso construiu várias igrejas, sempre homenageando Nossa Senhora das Dores, quer por sua devoção, quer por recomendação da igreja reformada de Roma, desde o Concílio de Trento, bem como à Paixão de Cristo. Transformou alguns montes<sup>29</sup>, como havia acontecido na Europa e em outras partes do Brasil, em Montes sagrados, especialmente rememorando o do Calvário, como é hoje visto no Santuário da Santa Cruz. Faleceu, aos 82 anos de idade, no dia 14 de julho de 1828, na freguesia de Nossa Senhora das Dores, de Monte Alegre na vila de Mairi (BA).

A *Via Crucis* em Monte Santo foi construída, sob a supervisão direta do Frei Apolônio de Todi, substituído, em sua ausência - quando missionava em Rodelas (BA) -, por José Antônio e Antônio de Almeida, homens de confiança do capuchinho.

---

<sup>27</sup> Criada em 1622, pelo Papa Gregório XV, para propagar a fé cristã nas missões estrangeiras. Existente até hoje (VATICANO, s.d.)

<sup>28</sup> Esses índios ainda subsistem, com o nome de Kaimbé do Massacará, no atual município de Euclides da Cunha, com a re-emergência étnica da população de índios nordestinos (KAIMBÉ, 2011).

<sup>29</sup> A exemplo da cidade de Cícero Dantas.

As cruzes fincadas na serra representavam a principal devoção do século XVIII, voltada para o Cristo Crucificado e à missão do Frei Todi.

Silva, afirmou que, a partir da visitação feita às cruzes, principiou a era de Monte Santo, pontilhada de graças e milagres. O autor citou, ainda, uma passagem da citada carta do frei Apolônio, que relatava os seguintes fatos.

Apareceu, na extensão das cruzes, arco-íris de cinco cores: azul, amarelo, branco, roxo e vermelho. As gentes das redondezas passaram a frequentar as santas cruzes e os doentes ficavam bons dos seus males quando beijavam a cruz do Calvário. Espalhou-se a notícia dos milagres. De longe também vinham cegos, aleijados, conduzidos em redes. E todos ficaram bons. Apolônio sentiu que se tornava necessária sua presença em Monte Santo, para ampliação da obra que, cristãmente, iniciara. Tudo se tomou “fácil e breve”, no dizer do frade, porque o povo lhe prestou o auxílio necessário.

Os Passos foram fechados como capelinhas e se ergueu a igreja bem no alto daquele monte. Também apareceram painéis para os Passos (SILVA, 1982, p. 3).

As cruzes foram substituídas, em 1787, por capelas (SILVA v. 5, 1933) que, até hoje, são símbolos de devoção para os visitantes fervorosos que sobem ou descem o monte.

Tradicionalmente, os edifícios religiosos eram cuidados pela própria população. Eram, especialmente os componentes da Irmandade, que assumiam essas obras. Para legalizar a Irmandade e dar sustento e manutenção ao Santuário, frei Apolônio de Todi fez um requerimento, em 1789, à sua excelência reverendíssima arcebispo da Bahia, D. Frei Antônio Correia, pedindo a confirmação do Compromisso<sup>30</sup> da Irmandade dos Santos Passos do Nosso Senhor Jesus Cristo e das Dores, (SILVA, v.5, 1933, p. 236).

A Irmandade era responsável pelas obras, limpeza e conservação, tanto do Santuário, quanto da Igreja Matriz, esta construída sob a direção de frei Apolônio de Todi, dedicada a Nossa Senhora da Conceição e ao Santíssimo Coração de Jesus (Fig. 27) sofrendo inúmeras reformas durante o século XX (REGNI, 1988, p. 279).

---

<sup>30</sup> Os estatutos que regulavam as irmandades eram registrados em um livro denominado “Compromisso”.



**Fig. 27 – Igreja Matriz na atualidade**  
Foto: Raimundo Pinheiro, out. 2014.

Para construção, ornamentação e obras eram permitidas oblações e ofertas particulares, “feitas por voto, contrato ou deixadas em testamento de última vontade. Essas doações eram passíveis de ser cobradas judicialmente” (FLEXOR, 2009, p. 15), pela justiça eclesiástica. Serviam ainda, para o sustento do pároco e para a construção e os reparos necessários posteriormente.

Na Secretaria da paróquia do Sagrado Coração de Jesus existem livros manuscritos, que registram fatos da história das irmandades, das Santas Almas Benditas, da Santa Cruz, do Santíssimo Sacramento e do Sagrado Coração de Jesus, bem como a atuação das mesmas ao longo dos anos de 1868 até o ano 2003. Analisando esses livros de atas e de receitas e despesas, tem-se a noção de como a sociedade se comportava, e quais providências envolviam moradores e religião em épocas diferentes.

## **AS IRMANDADES**

As irmandades, de acordo com Souza Júnior (2009, p. 2), fizeram parte da expansão católica na América Portuguesa. Reuniam leigos, com base na devoção a um determinado santo ou santa, ou entes indicados pela Igreja, remanescentes das indicações do Concílio de Trento como, por exemplo, a do Santíssimo Sacramento, do Coração de Jesus, da Santa Cruz e das Almas em Monte Santo, que desenvolviam diversas atividades.

Este mesmo autor (SOUZA JÚNIOR, 2009, p. 2) indicou que as irmandades eram instituições regidas por um estatuto, ou compromisso, que deveriam ser confirmados pelas autoridades eclesiásticas e, quando fosse o caso, e pelos monarcas.

No ano de 1870, de acordo com os registros encontrados no Livro de Compromisso da Irmandade das Santas Almas do Purgatório, da freguesia (1870, fl.3), no Arquivo da Matriz do Santíssimo Coração de Jesus e Nossa Senhora da Conceição, de Monte Santo, esta Irmandade era classificada como uma corporação religiosa, composta de número ilimitado de fiéis denominados irmãos e irmãs. Tinha a função de promover a honra e glória de Deus e as Almas com funções assistencialistas e mutualistas. Cuidavam, inclusive, do enterro e da alma do seu componente. Para ser irmão, ou irmã, bastava ser bom cristão e ter meios para pagar as joias<sup>31</sup> de dois mil réis, ao entrar, e quatrocentos reis anualmente. Consta ainda, que aqueles que quisessem mais missas, após sua morte, para a salvação de suas almas, de parentes ou escravos, deveriam pagar um mil réis de anuidade (LIVRO DE COMPROMISSO, 1870, fls. 2-3).

A mesa administrativa, eleita pelos seus membros, era composta por um juiz, um procurador geral, um tesoureiro, um escrivão e doze irmãos mesários, - entre os quais um era nomeado zelador e outro escriturário. Mensalmente, era nomeado um irmão para recolher esmolas, com uma “sacola”, percorrendo as residências da freguesia. As vestimentas, ou melhor, os hábitos, eram diferenciados e obrigatórios em alguns atos (LIVRO DE COMPROMISSO, 1870, fl. 4). O uso de capa, de tafetá verde, por exemplo, era feito para assistir os ofícios divinos e as exéquias dos irmãos falecidos. Os irmãos falecidos tinham direito de serem enterrados com esse hábito.

Essa Irmandade realizava os serviços fúnebres, assim como se encarregava das missas solenes pelas almas dos mortos, porém, o tratamento dependia da quantia paga anualmente. Garantia aos irmãos, mortalha, velório, acompanhamento,

---

<sup>31</sup> Podia ser pago em espécies, para quem não tinha dinheiro, para ser admitido como irmão, depois de seu nome ser aprovado pela comunidade.

sepultura e enterramento<sup>32</sup>. Era rezada uma missa de corpo presente e outras nos terceiro, sétimo e trigésimo dias do seu falecimento, além do aviso do falecimento do irmão com o toque do sino da Igreja. O sepultamento era feito no piso da Igreja Matriz, em lugar escolhido pelo falecido e registrado no testamento (LIVRO DE COMPROMISSO, 1870, fl. 4).

Segundo o Compromisso da Irmandade, aqueles que não comparecessem aos atos, promovidos por ela, durante cinco anos, e que não pagassem as obrigações, eram expulsos da mesma (LIVRO DE COMPROMISSO, 1870, fl. 3).

No caso, esses Compromissos da Irmandade deveriam ser aprovados pelo Arcebispado da Bahia, pelo Presidente da Província e, ainda no século XIX, pela autoridade imperial, para depois ter direito de se constituir e funcionar (SOUZA JÚNIOR, 2009, p. 2). A aprovação da Irmandade das Santas Almas do Purgatório foi feita por D. Manuel Joaquim da Silveira, Arcebispo, da Arquidiocese Metropolitana e Primaz do Brasil, em 22 de abril de 1870. O Barão de São Lourenço, Presidente da Província da Bahia, Francisco Gonçalves Martins, autorizou a criação da Irmandade das Almas, em consequência do parecer do Desembargador Procurador da Coroa Soberania e Fazenda Nacional, D. Francisco Balthazar da Silveira, em 23 de janeiro de 1871 (LIVRO DE COMPROMISSO, 1870, fl. 4).

Os bens declarados, no Livro de Tombo, da Irmandade das Santas Almas do Purgatório, de 1868, eram os seguintes: alfaias não especificadas, capas novas e velhas, caixões para os falecidos, toalhas de linho para o caixão, uma caixa grande para guardar as capas e a fazenda Cassucá com vinte e oito cabeças de gado. A prestação de contas ao Provedor de Capelas e Resíduos, Antônio Simões da Silva, está registrada nesse livro (LIVRO DE TOMBO, 1868, fl. 4).

As atividades da Irmandade do Santíssimo Sacramento e Coração de Jesus também estão documentadas em Livros de Ata e de Receitas e Despesas, com registros que datam de 1870 em diante. Estão guardados na secretaria da Paróquia do Sagrado Coração de Jesus, na casa paroquial. No Livro de Receitas e Despesas existem registros diversos, desde a entrada de vários irmãos, pagamento de joias,

---

<sup>32</sup> A forma de velório e enterramento, bem como a sepultura eram pré-estabelecidos em testamento, sendo as despesas, também, pagas com a quantia da 3ª parte do total dos bens, ou monte-maior, a que o defunto tinha direito.

gastos com o vigário, na época, o padre Luís da França Guimarães, pela celebração de missas, além dos gastos com concertos da igreja e serviços de costureiras.

A receita era registrada no mesmo livro de acordo com a arrecadação das esmolas, arrecadadas pela “bolsa” passada durante as missas. Não há referências a ajuda por parte do governo, nem arrecadação, por conta da ministração dos Sacramentos de batismos, casamentos e extrema-unção. Todo o movimento contábil devia, periodicamente, receber o aval do Provedor de Capelas e Resíduos, nesse ano a cargo de Francisco Rodrigues Soares, que julgava e aprovava as contas da irmandade, prestadas por Manoel Alexandre da Fonseca, então tesoureiro da Irmandade, (LIVRO DE DESPESAS, 1870-1889, fl.32).

Várias prestações de contas estão anotadas, assim como a receita, proveniente de anuidades, esmolas, aluguéis de túmulos, ou dos chamados de carneiros e negócios das fazendas, como vendas de gado (LIVRO DE DESPESAS, 1870-1889, fl. 2-15).

Está registrado o pagamento de celebrações feitas, em 1874, pelo padre Emilio Joaquim Pereira de Azevedo, que rezou sete missas, na Semana Santa desse ano. Também estão registrados, nesse Livro de Receitas e Despesas, a compra de cavalos, pagamento de missas ao padre Luís da França Guimarães, compra de cera e azeite, além de pagamentos feitos ao sacristão e cantores contratados para essa ocasião (LIVRO DE DESPESAS, 1870-1889, fls.10-14).

Em 1874, existiam três Irmandades em Monte Santo: a da Santa Cruz, das Santas Almas do Purgatório e a do Santíssimo Sacramento. Entretanto, as datas de criação dessas Irmandades não constam nos livros consultados. Nesse mesmo ano de 1874, foi registrada no Livro de Atas e Deliberações da Irmandade do Santíssimo Sacramento, a construção de uma casa que serviria para guardar materiais utilizados pelas mesmas, assim como, a realização de reuniões. Consta ainda, a união da Irmandade da Santa Cruz com a do Santíssimo Sacramento (LIVRO DE ATAS, 1874-1905, 102 fl.23).

Em 1879, consta a rejeição de contas, por causa da venda de cabeças de gado, sem autorização de sua proprietária, a Irmandade do Santíssimo Sacramento. Foi aberto processo contra o tesoureiro o senhor Manoel Alexandre da Fonseca. (LIVRO DE ATAS, 1874-1905, fl.28).

Em fevereiro de 1905, consta no Livro de Atas da Irmandade Santíssimo Sacramento, que o padre Ártico Euzébio da Rocha promoveu a visita do Arcebispo da Bahia, Augusto Alvares da Silva, Cardeal da Silva, a Monte Santo (Fig. 28).



**Fig. 28 – Visita do Arcebispo da Bahia a Monte Santo**  
Foto: Acervo de Hildegardo Cordeiro – 1905

No mesmo mês, foi realizada uma reunião, para tratar do problema da crise das Irmandades, então com anuidades dos irmãos atrasadas, principalmente a do Santíssimo Sacramento e, pela falta do Compromisso das demais que, praticamente, estavam com as atividades paralisadas. Esses fatos evidenciam dificuldades econômicas para sobrevivência das Irmandades.

Os livros das Irmandades estão bem organizados. Cada irmão possuía seu número de inscrição e, sempre, alguns apresentavam novos candidatos para integrar uma das irmandades, tanto de povoados, quanto de outras cidades. Havia recomendações sobre estarem em dia com as anuidades das irmandades, em relação ao pagamento das joias, as datas de entrada dos irmãos e, também, sinalização dos que já haviam falecido. (LIVRO DE INSCRIÇÃO, 1907, 90 fls.).

Os registros, feitos no Livro de Receitas e Despesas da Irmandade do Santíssimo e Santa Cruz, entre 1907 e 1947, mostram, além da união das duas Irmandades, as formas de arrecadação das receitas, como joias, anuidades dos

irmãos, aluguel de sepulturas ou carneiros no cemitério, administrado pela Irmandade, e de doações diversas. O cemitério era localizado a uma distância de, aproximadamente, quinhentos metros da Matriz.

Algumas fazendas, pertencentes à Irmandade, são citadas, com os respectivos gastos de manutenção, pagamento de vaqueiros, além de compra e venda de animais. Dentre as fazendas, a Irmandade era proprietária da Junco do Ferrer, fazenda Junco dos Peixinhos, - esta doada à Irmandade da Santa Cruz por Sotério Barbosa -, fazenda Fortuna, fazenda Flores, - doada por Paulino Cardoso da Silva -, e a fazenda Lagoa do João Ferreira (LIVRO DE RECEITAS, 1907-1947).

Souza Júnior (2009, p. 5), referindo-se às atividades religiosas das irmandades, dizia que a devoção e as festas podiam ser vistas como elementos integrantes das irmandades. Os símbolos, rituais e significados, que eram reapropriados e internalizados pelos irmãos e irmãs, eram marcantes em determinadas datas, como as comemorações da Semana Santa e do Corpo de Deus.

Em 1924, foram registradas missas, celebradas no Natal, no Santuário e as cerimônias foram pagas a missionários de Senhor do Bonfim e à filarmônica, na tradicional festa do Corpo de Deus. A compra de velas para a capela da vila de Cansação e velas para a Igreja da vila do Cumbe mostra o envolvimento da Irmandade fora da cidade (LIVRO DE RECEITAS, 1907-1947). Em 1933, é citado o pagamento a Francisco Cesar Berenguer, vigário que chegou à cidade para se tornar pároco e monsenhor. Permaneceu à frente da paróquia por mais de 30 anos<sup>33</sup>.

O padre Francisco Berenguer, implantou, em 7 de janeiro de 1934, na Igreja Matriz, o Apostolado do Sagrado Coração de Jesus. As ações realizadas em nome do Apostolado estão registrados no Livro de Atas do Apostolado (1934-1951). O Padre Berenguer conseguiu reunir fiéis, os chamados zeladores e zeladoras que, ao entrarem para o Apostolado, recebiam um diploma e uma medalha que era utilizada durante as orações na Matriz. Em reuniões, de acordo com os registros, discutiam-

---

<sup>33</sup> Em 1934 o Padre Berenguer realizando reformas no santuário, autoriza a colocação do gradil nas laterais e frente da Igreja da Santa Cruz (LIVRO DE RECEITAS, 1907-1947, fl.35). Em 1936, com auxílio do Governador da Bahia Juracy Magalhães, para construção do altar de Santa Terezinha e da cúpula da torre da Igreja Matriz (LIVRO DE ATAS, 1934-1951, fl. 33).

se as atividades programadas para cada mês, como a obrigatoriedade de participar da procissão do Santíssimo Sacramento que se fazia todos os primeiros domingos do mês. Destacava-se, também, a obrigação dos pais enviarem seus filhos para o catecismo na Matriz, às quintas-feiras. Ao final de todas as reuniões, eram apresentados aos presentes, os números de atividades desenvolvidas na Igreja como missas, comunhões, visitas ao Santíssimo, terços, mortificações, atos de caridade, atos de zelo e jaculatórias (LIVRO DE ATAS, 1934-1951, fl. 52).

A ausência da maioria dos zeladores e zeladoras, no mês de maio de 1934, fez com que o padre pedisse muitas orações à mãe de Deus, pelas pessoas ausentes, que estavam sendo vítimas da febre tifoide, que assolava a cidade. No mês de junho deu notícias da freguesia, flagelada pela febre tifoide, da ausência de zeladores e pedido de misericórdia a Nosso Senhor, (LIVRO DE ATAS, 1934-1951, fl. 23).

Em agosto, do mesmo ano, consta o registro de pedido de orações, ao Santíssimo Coração de Jesus, pela nova Constituição Federal e se solicitava para os homens que não fossem eleitores, providenciassem o título, para reforçar os partidos apoiados pela Igreja Católica. Havia, ainda, a preocupação com o espiritismo e o Candomblé, chamado de feitiçaria (LIVRO DE ATAS do Apostolado do Sagrado Coração de Jesus, 1934-1951, p. 26). Em compensação, foi anotado nas atas com muito entusiasmo e satisfação, o sucesso que teve a festa do Sagrado Coração de Jesus, considerada uma verdadeira apoteose de fé do povo de Monte Santo, no ano de 1935.

A maioria das missas, que foram registradas como gastos da Irmandade do Santíssimo Sacramento e Santa Cruz era realizada no Santuário (LIVRO DE RECEITAS, 1907-1947).

O padre Berenguer fez empréstimos com o dinheiro da Irmandade do Santíssimo Sacramento e Santa Cruz, para alguns irmãos, que passavam por dificuldades financeiras, em 1937, bem como aos vaqueiros da fazenda Junco do Ferrer. Nesse mesmo ano, Paulino Cordeiro Silva deixou, em testamento, uma fazenda e gado para a Irmandade. Em seguida foi registrada a venda do gado da propriedade, feita pelo padre Berenguer. Esse mesmo padre Berenguer, que possuía uma grande influência política, de um lado, vendeu gado da propriedade da Irmandade e, por outro, foi vítima de violência, por parte de policiais, em Massacará.

Foi registrado um voto de repúdio dos fiéis a esse ato (LIVRO DE ATAS, 1934-1951, fl. 26).

Além de capitalizar os rendimentos da Irmandade, a partir de 1940, foram registradas doações constantes, da Prefeitura para a Irmandade, no valor de 300 cruzeiros bimestrais, além do perdão das dívidas de impostos, devidos pelas fazendas da irmandade (LIVRO DE RECEITAS, 1907-1947).

O patrimônio da Irmandade do Sagrado Coração de Jesus e Santa Cruz aumentou com a compra de outras fazendas, que totalizaram seis, além de duas casas na cidade, localizadas na Avenida Euclides da Cunha e na Rua Senhor dos Passos. Foram comprados cofres de ferro, para serem colocados no Santuário, por conta do aumento de esmolas deixadas por visitantes em dias comuns e na Festa de Todos os Santos, data em que havia a maior quantidade de doações em dinheiro (LIVRO DE RECEITAS, 1907-1947).

Politicamente, e entre as ações que transcorreriam na guerra e no após 2ª Guerra Mundial, o padre, no sertão, pedia aos fiéis que orassem para que o comunismo, chamado por ele de “miséria”, não infestasse o País, seguindo uma campanha já desenvolvida pela Igreja Católica em todo o País (LIVRO DE ATAS, 1934-1951, fl. 42). Desencadeou-se, também, uma campanha de repúdio à maçonaria, proibindo, quem fosse maçom de ser padrinho de batismo, crisma ou casamento, comungar, confessar. Os catecismos, para crianças, se intensificam as quintas e domingos na Matriz (LIVRO DE ATAS, 1934-1951, fl. 28).

As Santas Missões do Imaculado Coração de Maria ocorreram, em 1936, na cidade de Monte Santo e na Vila de Cansanção, sendo encerradas com procissão do Santíssimo Sacramento. Nas terças-feiras, da Semana Santa, os velhos e doentes da cidade recebiam a visita do padre, para confissão e comunhão (LIVRO DE ATAS, 1934-1951, fl. 36).

Houve um grande destaque para a Festa dos Vaqueiros no mês de junho 1940, - que de acordo com os registros, era uma atividade rotineira. Nos anos anteriores a 1940 foram feitas obras na Matriz. No início da nova década inauguraram-se as reformas da Igreja Matriz, com a presença de Joaquim da Rocha Medeiros, então Secretário de Agricultura, representando o governador Landolfo Alves, que doou quantia significativa para essa reforma, porém os valores não foram declarados nas atas (LIVRO DE ATAS, 1934-1951, fl. 40).

## A SIMBOLOGIA DO SAGRADO

Assim como acontece em Bom Jesus da Lapa, as imagens dos santos e figuras sagradas também ocupam os altares da Igreja Matriz de Monte Santo, mas se evidenciam, principalmente, nos altares do Santuário da Santa Cruz, sendo que neste último a impressão de idolatria é muito maior.

No Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados, realizado pelo IPHAN, de 1995, encontram-se catalogados o conjunto paisagístico, urbanístico e arquitetônico de Monte Santo. Os pertences móveis, do Santuário da Santa Cruz (Fig. 29) e da igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus (Fig. 30), são detalhados nesse documento.



**Fig. 29 – Igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus**  
Foto: Raimundo Pinheiro, jun. 2014.



**Fig. 30 - Santuário da Santa Cruz**  
Foto: Raimundo Pinheiro, set 2013

O Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC, 1999), do Estado da Bahia, também apresentou um levantamento das características dos bens e acervo da cultural local.

A Igreja Matriz, datada do século XVIII, sofreu inúmeras reformas principalmente no século XX, o que descaracterizou completamente o edifício original. Possui um altar-mor, dois altares colaterais e quatro altares laterais distribuídos, à esquerda e à direita da nave que, junto com o púlpito, foram refeitos em alvenaria, com decorações em argamassa (Fig. 31). As características estilísticas identificadas com resquícios de arte deco, simplificados por uma interpretação popular (IPAC, 1999, p. 49).



**Fig. 31 – Interior da Matriz do Sagrado Coração de Jesus**  
Foto: Raimundo Pinheiro, jun. 2014.

As imagens estão distribuídas entre o altar-mor abrigando Nossa Senhora da Conceição, Sagrado Coração de Jesus e São José (Fig.32) e os altares no corpo da nave da Matriz. O altar colateral direito abriga as imagens de São Pedro, na parte superior, e São Benedito, em dimensões menores, na parte inferior (Fig. 33); no colateral, do lado esquerdo, está o Cristo Crucificado (Fig. 34); o da imagem de Santana Mestre e São Miguel (Fig. 35); o de Santo Antônio com Menino (Fig. 36).



**Fig. 32 - Altar-mor da Igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus**  
Foto: Raimundo Pinheiro, jun. 2014.



**Fig. 33 – Retábulo colateral de São Pedro e São Benedito**  
Fonte: Raimundo Pinheiro, jun 2014



**Fig. 34 – Retábulo colateral esquerdo: Cristo Crucificado**  
Fonte: Raimundo Pinheiro, jun 2014



**Fig. 35 – Altar lateral direito: Santana Mestra e São Miguel e Nossa Senhora da Conceição**  
 Fonte: Raimundo Pinheiro, jun 2014



**Fig. 36 – Altar lateral direito: Santo Antônio com Menino Jesus**  
 Fonte: Raimundo Pinheiro, jun 2014

As imagens são do século XX, em gesso pintado, com exceção de Santana Mestra e São Miguel Arcanjo, ambos do século XIX, enquanto Santo Antônio com Menino Jesus, e o Cristo Crucificado são do século XVIII. Também Nossa Senhora da Conceição é do séc. XVIII, e está junto com Nossa Senhora Santana. Ainda foram catalogadas arcas, nichos, sinos e outros móveis.

As imagens representativas da Paixão de Cristo compõem o Santuário da Santa Cruz. Steil (1996, p.223) associou o surgimento dos santuários à devoção à cruz, que se iniciou no século XVI e se estendeu pelos dois séculos seguintes.

O Santuário da Santa Cruz é composto por uma capela principal denominada Capela do Calvário ou Igreja da Santa Cruz, (Fig. 37). Localizada na parte mais elevada da serra, sofreu grandes reformas em 1948, quando foi ampliada, tomando

parte da área do antigo adro. É composta pela capela-mor, nave retangular, com bancos ocupando parte do seu corpo e sala dos milagres (Fig. 38). De acordo com o IPAC (1999, p. 178) o curioso nesse santuário são os retábulos em estuque, existentes na Capela do Calvário e na Capela de Nossa Senhora das Dores.

Junto ao Santuário estão duas outras capelas maiores, a do Senhor dos Passos com altar e nicho central (Fig. 39) e a de Nossa Senhora das Dores com uma pequena nave, - ocupando o caminho, o que obriga os fiéis a seguirem por seu interior -, com mesa de altar e nicho (Fig. 40).

Somente essas três capelas maiores do Santuário possuem imagens de roca, ocupando lugar de destaque nos altares. O restante do percurso, caminho abaixo, é marcado por vinte e duas capelinhas, que possuem planta quadrada, recobertas por telhados de duas águas (Fig. 41). No interior de cada capelinha há uma cruz e existia um painel pintado, representando uma cena do sofrimento de Maria, e da Paixão de Cristo (IPAC, 1999, p. 8-9).



**Fig. 37 - Capela do Calvário do Santuário da Santa Cruz**  
Fonte: Raimundo Pinheiro, set. 2013



**Fig. 38 – Interior da Capela do Calvário**  
 Fonte: Raimundo Pinheiro, out. 2013



**Fig. 39 – Capela do Senhor dos Passos**  
 Fonte: Raimundo Pinheiro, out . 2013



**Fig. 40 – Capela de Nossa Senhora das Dores**  
 Fonte: Raimundo Pinheiro, out 2013



**Fig. 41 – Capelinha que compõe o Santuário**

Fonte: Raimundo Pinheiro, set 2013

As imagens se destacam nas capelas maiores do Santuário. A imagem do Senhor dos Passos, localizada na capela maior de mesmo nome, é de roca, em madeira, com cabeça, mãos e pés esculpidos, encarnados e pintados e uma cruz de madeira, com as duas partes encaixadas e fixadas com pregos (Fig. 42). A imagem tem olhos de vidro e cabeleira natural. Passou por várias restaurações nas últimas décadas. “Representa, junto com outras imagens desse tipo, as cenas da Paixão na Semana Santa. Aqui está representada a síntese das quedas do Cristo a caminho do Calvário” (IPHAN, 1995, p.35).



**Fig. 42 – Imagem do Senhor dos Passos**

Fonte: Raimundo Pinheiro, abr. 2014

A imagem de Nossa Senhora das Dores, que se encontra na capela maior de mesmo nome, também é de roca, em madeira policromada, tronco e braços em

escultura simplificada, com braços articulados e mãos semi-abertas. Os olhos são de vidro e cabeleira natural. É recoberta por tecido azul (Fig. 43).

Teve larga divulgação no século XIX. Origem nos setecentos, mas esteve mais presente neste século, especialmente nas procissões da Semana Santa, em que a teatralidade dava ênfase ao sacrifício de Cristo, se procurou despertar a fé na população. Esta invocação está associada à imensa solidão de Maria ao perder seu filho. A sua identificação se dá pelos braços cruzados trazendo nas mãos um lenço (IPHAN, 1995, p.37).



**Fig. 43 – Imagem de Nossa Senhora das Dores**  
Fonte: Raimundo Pinheiro, abr. 2014

O Cristo Morto é uma imagem de vulto de madeira, encarnada e pintada, do século XIX, quase de tamanho natural, com articulação nos ombros em couro fixado com taxas que emprestam à imagem a dupla função de Cristo Morto e Crucificado (Fig. 44). Mãos e pés possuem orifícios, próprios do Crucificado. Encontra-se na Capela do Calvário. A imagem de Cristo e de Nossa Senhora da Soledade sempre participaram das comemorações da Semana Santa.



**Fig. 44 – Imagem do Cristo Morto**  
 Fonte: Raimundo Pinheiro, abr. 2010

Nossa Senhora da Soledade, é uma imagem de roca, em madeira, com as extremidades encarnadas e pintadas, do século XIX, com olhos de vidro e cabeleira natural, vestida em azul escuro (Fig. 45). Está no altar da Capela do Calvário. “Esse tipo de imagem se prestava a movimentos coordenados, troca de vestes e cabelos, em gestos teatrais próprios a provocar piedade” (IPHAN, 1995, p.39).



**Fig. 45 – Imagem de Nossa Senhora da Soledade**  
 Fonte: Raimundo Pinheiro, set. 2013

São João Batista é uma imagem de roca, esculpida em madeira, armado em ripas fixadas na base, com cabeça, mãos e pés encarnados e pintados. Vestido em

vermelho e verde, se encontra no altar da Capela do Calvário (Fig. 46). É utilizada nas procissões da Semana Santa.



**Fig. 46 – Imagem de São João Batista**  
Fonte: Raimundo Pinheiro, abr. 2010

No Santuário, as imagens e os rituais nutrem a vida dos visitantes de todos os lugares, principalmente nos festejos periódicos. Dessa forma, o catolicismo popular é revivido e renovado todos os anos pelos milhares de frequentadores.

## CAPÍTULO 5

### ROMARIA E LUGARES SAGRADOS: LEITURAS E MEMÓRIAS

A via-sacra dos sertões, macadamizada de quartzito alvíssimo, por onde tem passado multidões sem conta em um século de romarias. A religiosidade ingênua dos matutos ali talhou, em milhares de degraus, coleante, em caracol pelas ladeiras sucessivas, aquela vereda branca de sílica, longa de mais de dois quilômetros, como se construísse uma escada pare os céus (CUNHA, 1963, p. 112).

As cidades que, temporariamente, assumem a função religiosa exigem acréscimo de atividades que precisam ser analisadas. O papel do romeiro e a sua permanência temporária na cidade promovem uma reorganização dos seus espaços nos períodos de peregrinação ou romaria.

Para Rosendahl (2012), a romaria faz parte da prática religiosa de muitos fiéis da Igreja Católica. A visita periódica a lugares de peregrinação caracteriza-se por uma demonstração de devoção. “Essa visita é feita a um lugar e vem acompanhada de comportamento religioso de pedir graças ou agradecer por uma graça obtida” (ROSENDAHL, 2012. p. 38).

As romarias em Monte Santo acontecem duas vezes por ano, coincidindo uma das datas, em outubro-novembro, seguida pelos dias de festividades em comemoração à fundação do Santuário. A outra acontece em dias variáveis, de acordo com as festividades da Semana Santa, que não é uma comemoração com data fixa.

A dimensão desses eventos pode ser entendida, a partir da análise, feita por Fernandes (1982) que retratou as romarias à Pirapora, Minas Gerais:

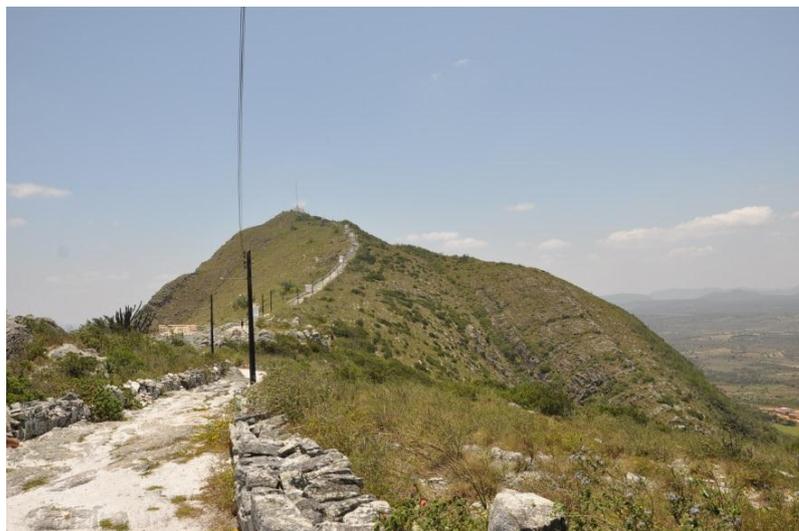
A romaria faz no espaço o que a mística realiza no tempo, ultrapassando ambos os limites do profano e aproximando o devoto do domínio do sagrado. Enquanto a viagem mística se manifesta por uma série de transformações psicológicas, a romaria expressa o mistério de uma forma objetiva, conduzindo as pessoas por uma viagem no sentido literal, onde é a paisagem que se transforma. Tem por isso as atrações de uma aventura, cujo fim, no entanto, é predefinido, fechado ao viajante o fascínio da estrada e impondo-lhe o reconhecimento de um destino que tem para ele uma significação interior (FERNANDES, 1982, p. 43).

O que atrai os romeiros aos santuários, segundo Castro (2008) é a busca da proximidade com o sagrado para que o crente se sinta mais fortalecido na sua fé

podendo, assim, conseguir alcançar os resultados dos seus pedidos, quer espirituais, materiais, pessoais, quer individuais, familiares ou coletivos.

Na obra *Os sertões*, publicada em 1902 por Euclides da Cunha (1963), encontra-se a descrição da fé do sertanejo, vivenciada pelo escritor, bem como notícias sobre o surgimento do santuário, em 1785. É no sertão que os peregrinos transformam o ato religioso numa festividade de destaque, em povoados, vilas ou cidades, que a memória social e coletiva mantém viva.

No Estado da Bahia, principalmente no sertão, os festejos religiosos têm um destaque importante. Em Monte Santo, esses festejos atraem, anualmente, muitos visitantes. São milhares de pessoas que se deslocam, a partir de diversos lugares da Bahia e do Brasil, como, por exemplo, de Salvador, Feira de Santana, Amargosa, Senhor do Bonfim, e de Estados como Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Alagoas, Pernambuco. São atraídos pelo simbolismo, criado a mais de 220 anos, do Santuário da Santa Cruz. O local que é considerado, ainda hoje, como sagrado por conta de todo seu histórico está relacionado a milagres e graças alcançadas, relatadas, comprovadas ou não, por aqueles que o visitam (Fig. 47).



**Fig. 47– Caminho do Santuário da Santa Cruz**  
Foto: Raimundo Pinheiro, 2012

Na visão de Rosendahl (1996, p. 43), as romarias feitas nas cidades, - que possuem tradição religiosa -, pode-se dizer que

trata-se de uma demonstração de fé que adquire uma nítida espacialidade, pois envolve o deslocamento de um lugar a outro, deslocamento este que em muitos casos é marcado por uma periodicidade regular. Envolve assim, espaço e tempo, fixos (os lugares sagrados) e fluxos (a peregrinação). As peregrinações constituem um fenômeno notável comum à maioria das religiões, inserindo-se assim em diversos contextos culturais.

Monte Santo está incluída no conceito de cidades-santuários, de Rosendahl (2003, p. 82). Como várias outras, é assim considerada devido ao número de peregrinos, em duas ocasiões anuais e por significarem importantes eventos culturais, para o Estado da Bahia.

Os Livros de Visitas, do Santuário da Santa Cruz, - disponíveis na Secretaria da Paróquia -, registram depoimentos, inúmeros pedidos e agradecimentos por graças alcançadas, de visitantes, de diversas partes do estado e do País. Desde 1883, esses livros registram, tanto a origem dos visitantes, quanto promessas feitas e graças alcançadas demonstrando assim, o quanto a romaria é importante para os fiéis advindos de diversos destinos. Eles demonstram que famílias inteiras subiram o Monte, assim como turmas de estudantes, entre os vários tipos de visitantes. Muitas demonstrações de devoção são expressas, não apenas pela população rural e pobre, mas também por médicos, intendentess, estudantes, professores, artistas e militares, dentre outros. Entre estes últimos, encontram-se, desde o soldado raso ou praça a oficiais, certificados nas páginas de um Livro de Visitas, num dos quais, de 1886, está reproduzida abaixo (Fig. 48) <sup>34</sup>. Alguns, como os que assinaram o documento ilustrativo, marcaram sua visita ao Santuário, antes do enfrentamento, no dia 29 de dezembro, contra Antônio Conselheiro, no conflito de Canudos.

Na relação entre os mais de cem membros da Irmandade da Santa Cruz, de 1907, por exemplo, constam muitos militares, como major, tenente e diversos coronéis da Guarda Nacional que participaram da Campanha de Canudos, (OLIVEIRA, 2002).

---

<sup>34</sup> A segunda expedição, encarregada de enfrentar Antônio Conselheiro, continha mais de 600 militares, composta por militares do 9º Batalhão de Infantaria, do Exército da Bahia, e outros de Alagoas, Sergipe, médico, farmacêutico e enfermeiro, com dez oficiais, sob o comando de Febrônio de Brito (HISTÓRIA, s.d.).

Cruz. A 23 de Dezembro de 1896, visitamos a Santa  
 Cruz. Officiaes do Regim. Policial em operacões contra  
 o fanatismo - Antonio Conselheiro -  
 Cap. Sandoval Subst. Perreira de Barros.  
 Cap. Cirillo de - S. da -  
 Tenente Senechal Otonio Leal  
 Major Polycarpo Vieg. da Costa.  
 Dep. Ignacio de -  
 Brigada José de Almeida

Fig. 48 – Registro no Livro de Visitas do Santuário de 1896

Foto: Raimundo Pinheiro, jun. 2013

Em 1977, Vargas Llosa recontou a Guerra de Canudos em um romance que seguia um roteiro diferente. O autor fez profundas pesquisas em arquivos, mas, a sua ida ao cenário foi fundamental para concluir a obra intitulada “A guerra do fim do mundo” (1999). Em um trecho dessa obra, Llosa narrou a história da Guerra, retratando os cenários da região e demonstrando a importância do Santuário da Santa Cruz para o sertanejo. Uma das personagens, Maria Quadrado, era uma fiel que buscava o caminho sagrado de Monte Santo.

Ao sair da Bahia, decidida a peregrinar até o milagroso Calvário da Serra do Piquaraçá, onde dois quilômetros escavados nos flancos da montanha e orvalhados de capelas, em lembrança das Estações do Senhor, conduziam para a Igreja da Santa Cruz de Monte Santo, aonde tinha prometido chegar a pé em expiação de seus pecados. (VARGAS LLOSA 1999, p. 12)

A descrição da Serra do Piquaraçá, dos símbolos religiosos e das comemorações também foi apresentada no livro.

Ao chegar à costa da que viu, ao fim, o prêmio de tanto esforço — a escadaria de pedras cinza e brancas da Via Sacra, serpenteando entre os tetos cônicos das capelas, que rematava lá encima no Calvário por volta do que cada Semana Santa confluíam multidões de todos os limites da Bahia e, abaixo, ao pé da montanha, as casinhas de Monte Santo apinhadas em torno de um lugar com dois copiosos tamarindos em que havia sombras que se moviam (VARGAS LLOSA 1999, p. 13).

## **SURGIMENTO DAS ROMARIAS**

As romarias foram introduzidas no Brasil pelos conquistadores portugueses, - que traziam da Europa uma tradição recorrente desde a antiguidade cristã, representada pelo catolicismo romano, religião oficial do Reino português, ao qual o Brasil pertenceu, até os princípios do século XIX. As manifestações populares surgiram, e se fortaleceram, ou não, de acordo com as imposições da Igreja de Roma, mas especialmente dos reis portugueses, por administrarem as coisas da Igreja, como Grão-Mestre da Ordem de Cristo, por força do Padroado<sup>35</sup>. O Brasil fez parte de todo um programa de expansão da religião Católica Apostólica Romana, disseminada a partir do movimento de Contrarreforma Católica, dos meados do século XVI, iniciando o processo com a chegada dos jesuítas e, logo de imediato, de outras ordens religiosas.

As festas religiosas em comemoração aos santos, sempre foram um exemplo de encontro do modelo oficial com o popular<sup>36</sup>, da mesma forma como acontecia com as procissões e romarias. Os rituais eram variados, porém, admitidos com cautela por parte pela Igreja, que utilizava dessas práticas como uma forma de administrar o seu território religioso, já que, em muitos lugares, as manifestações do catolicismo popular se adaptavam à liturgia oficial. Flexor (2009) lembrou que a população baiana aceitou os dogmas e práticas cristãs sem discussões.

O catolicismo foi influenciado pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, de 1707. Enquanto não fossem feitas as Constituições baianas, obedecia-se às Constituições de Lisboa, do século XVI. Exemplo disso foram as ameaças prometidas nos compromissos das diversas irmandades, punindo quem não aparecesse aos atos públicos ou não se comportasse devidamente (FLEXOR, 2009,

---

<sup>35</sup> O Padroado era um acordo entre o Papa e os Reis católicos em que o Papa delegou aos Reis de Portugal, a administração das atividades religiosas de seus domínios. O Padroado foi instituído no início da expansão marítima portuguesa, nos meados do século XV, e foi confirmado pelo Papa Leão X, em 1514, vigorando até o século XIX, nos territórios lusos (GONÇALVES, 2014).

<sup>36</sup> Entre a fundação da cidade da Bahia (Salvador) e 1707, o Brasil obedecia as normas impostas pelo Concílio de Trento, sob a forma de Constituições dos bispados e arcebispados portugueses. O Brasil, até o ano citado, obedeceu às Constituições de Lisboa. A partir de então foram publicadas as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, que normatizou, não só as ações da Igreja, mas o próprio comportamento e vida social da população. Em alguns casos, as Constituições, promulgadas pelo arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide, mantiveram práticas religiosas que foram popularizadas nos séculos anteriores, criando manifestações com características adaptadas pela população, que deram origem a uma prática popular, aceitável pela igreja oficial (FLEXOR, 2009, p.14).

p. 10). Em relação às punições e limitações impostas pelas Constituições, Flexor observou que,

além das penas pecuniárias, de prisão, excomunhão, as Constituições prometiam severos castigos a quem blasfemasse contra Cristo e sua Mãe, como o degredo. E sendo plebeu, por não ter como pagar a pena pecuniária, 'pela primeira vez estará um dia inteiro em corpo com as mãos atadas, e com uma mordaza na boca á porta da Igreja da parte de fora; pela Segunda será açoutado sem efusão de sangue; e na terceira será mais gravemente castigado, e condenado ao degredo para galés, pelo tempo que parecer' e os religiosos com a perda das dignidades e prisão (FLEXOR, 2009, p. 10).

Ainda hoje a manifestação do catolicismo popular se mantém viva, - muitas vezes resguardando normas tão antigas quanto as das Constituições acima citadas - , o que é de suma importância para a reprodução das relações sociais das classes menos favorecidas, localizadas, na sua maioria, em zonas rurais e periferias das cidades. Vale ressaltar que essas comunidades continuaram a obedecer, de maneira conformista, às práticas impostas secularmente, só que de maneira mais simples, por causa de sua condição socioeconômica e da familiaridade criada com o divino. Tudo está na mão de Deus. "Deus quis assim", é uma expressão constante, criada pela prática conformista. E isso permanece até hoje.

Uma das maiores devoções populares de Portugal, imposta pelo Concílio tridentino, foi a Santíssima Trindade, com foco maior na Paixão de Cristo, seguida por Nossa Senhora da Conceição. No período embrionário do Brasil, os missionários foram alguns dos responsáveis por implantar, de forma estratégica, os rituais que envolviam as devoções portuguesas.

Com a expulsão dos jesuítas em 1759 e a retirada dos religiosos regulares dos aldeamentos indígenas, houve a criação de muitas freguesias, nos lugares que não tinha população suficiente para a criação de uma vila, de acordo com o plano executado, decorrente do Tratado de Madrid, de 1750. Como componentes desse programa, os capuchinhos foram convocados.

De acordo com Silva (SILVA, 1982, p. 37), as Missões dos capuchinhos substituíram esses antigos missionários nas ações junto às povoações que possuísem igrejas ou capelas. Eles alcançavam, no máximo, a alma dos sertanejos. "Os missionários tinham uma expressão dramática, geradora de fortes emoções, de decisões intempestivas e generosidades imprevisíveis", afirmou o autor. As populações humildes rurais eram, por eles escolhidas, para serem

alimentadas por uma cultura oral que representava a boa nova no sertão. Ainda, segundo o mesmo autor,

no sertão nordestino as 'Santas Missões' aconteciam quando missionários apareciam para reunir as ovelhas desgarradas, para as emoções do crisma, para purgar os pecados da vida rude, isolada, sem assistência religiosa, para congregar gente de longa distância. As 'santas missões' invocavam o temor do inferno, voltavam-se contra os pecados individuais que contrariavam os Dez Mandamentos (SILVA, 1982, p. 38).

Na missão de Frei Apolônio de Todi, ele próprio fez construir o Santuário da Santa Cruz inspirado na cultura portuguesa, ressaltando as demonstrações do sofrimento de Jesus Cristo, a caminho do Calvário, utilizando o alto da Serra do Piquaraçá. Flexor (2014) afirma que, no século XVIII, a rocha, o rochedo ou a roca, fizeram parte do cenário religioso em várias situações. Toda vida de Cristo está ligada a montes, como Gólgota ou Calvário, das Oliveiras, etc<sup>37</sup>.

Desejar viver num ambiente sagrado faz com que o homem religioso materialize o seu mundo santificado na construção do espaço. Eliade dizia, em 1959, que as técnicas de construção iam além do trabalho humano. "O ritual pelo qual o homem constrói um espaço sagrado é eficiente à medida que ele reproduz a obra dos deuses" (ELIADE, 2012, p. 32).

De forma estratégica, a intenção de frei Apolônio de Todi era eternizar a prática de adoração às cruzes, subir o monte, como forma de sacrifício, similar ao de Jesus Cristo. Esse ritual começou a ser feito pelos moradores e visitantes, no dia de Todos os Santos. Essa intenção foi concretizada, e ainda complementada pela comunidade local monte-santense que, além da véspera do dia de Todos os Santos, transformou a Semana Santa numa outra data de vivência e devoção. Essa data sempre foi caracterizada pelo simbolismo que passou a envolver a veneração aos santos, adoração a Cristo do Santuário, e o deslocamento dos fiéis para a cidade para compor procissões com as suas imagens pelas ruas da cidade nesse período.

As festividades religiosas marcavam as atividades promovidas pela Irmandade do Santíssimo Sacramento e Santa Cruz. Nessas ocasiões, os gastos

---

<sup>37</sup> A partir do Concílio de Trento, vários montes, reproduzindo a vida de Cristo, foram recriados na Europa e mesmo na América, como o caso de Congonhas do Campos, em Minas Gerais, para que todos tivessem oportunidade de visitar um deles, já que não podiam ir para a Terra Santa.

eram avantajados, conforme consta no Livro de Receitas e Despesas da Irmandade do Santíssimo Sacramento e Santa Cruz (1907-1947).

Os gastos com a conhecença<sup>38</sup> paga aos vigários, pelas celebrações feitas na Quaresma e Semana Santa; por missas celebradas, em outras datas, como na do Corpo de Deus estão registrados, bem como os da limpeza, conserto e pintura das muralhas do santuário, manutenção e compra das cabeleiras e andores das imagens, gratificação do zelador, entre outros. Periodicamente era feita a prestação de contas da Irmandade ao Tribunal Eclesiástico e à Secretaria do Arcebispado (LIVRO DE RECEITAS, 1907-1947).

Músicos da Filarmônica Lyra Monte-santense eram contratados para as celebrações da Semana Santa. A compra de velas, incenso, fogos, cera e azeite de oliva, para as lamparinas da Igreja Matriz e do Santuário, são sempre citados como gastos (LIVRO DE RECEITAS, 1907-1947).

## **FESTA DA SEMANA SANTA**

A festa não se dá em data fixa, por ser uma das várias cerimônias religiosas que têm datas relacionadas à Páscoa<sup>39</sup>. As imagens do Santuário da Santa Cruz, que representam as cenas da Paixão e Morte de Jesus Cristo, são utilizadas nesse período nas procissões. Flexor (2005, p. 166) afirmou que foram as Constituições Primeiras que determinaram quem devia promover cada tipo de procissão. A Ordem 3ª do Carmo era encarregada de fazer a procissão de Cristo Morto, na 6ª feira Santa. Tinha inspiração nos modelos espanhóis, “com base na roca solitária, denominação espanhola de rocha, elemento fundamental na composição de lugar,

---

<sup>38</sup> Taxas que faziam parte dos direitos próprios dos párocos.

<sup>39</sup> Os feriados da Igreja Católica são calculados a partir da data da Páscoa, menos o Natal. O domingo da Páscoa coincide, mais ou menos, com o primeiro domingo após a lua cheia, a partir do equinócio da primavera, no hemisfério norte ou o equinócio do outono no hemisfério sul. A Semana Santa antecede, imediatamente, à Páscoa. A terça-feira de Carnaval é marcada contando-se 47 dias que precedem à Páscoa. O Concílio de Niceia, em 325 d.C., definiu a data da Páscoa por uma lua, imaginária, a Lua Eclesiástica, o que permitiu estabelecer uma tabela não real da lua cheia, mas que regulamenta as festas, chamada Tabela Eclesiástica, até o presente (USP. Astronomia, 2014).

ou cenário, principalmente das cenas da Paixão de Cristo” (Flexor, 2005, p. 166)<sup>40</sup>. A série de procissões, recomendadas, começava com a de Cinzas, realizada pela Ordem 3ª de São Francisco. A mais importante era a do Triunfo da Cruz, sob os auspícios da Ordem 3ª de São Domingos.

Nesse período existe uma participação maior das comunidades rurais e moradores da sede do município do que de pessoas vindas de outras cidades. Nessa data, a população é acordada de madrugada, pelas 4 horas, ao som de matracas para participar da alvorada. Cobertos com túnicas vermelhas, os homens da Irmandade do Santíssimo Sacramento e Santa Cruz se concentram na Igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus para, em seguida, encabeçarem a procissão, empunhando uma cruz de tamanho grande rumo ao Santuário. O silêncio do caminho é cortado por rezas e cantos daqueles que seguem a irmandade. A lenta caminhada, de quase uma hora, é penosa para velhos, crianças e turistas, mas facilmente suportada por homens e mulheres, que atravessam estradas e caatingas distantes, a pé, até chegar a Monte Santo.

Os pagadores de promessas misturam-se aos demais fiéis, curiosos e a população local. Alguns se vestem com túnicas brancas para pagarem promessas, levam crucifixos ou terços nas mãos, ex-votos e fogos para serem queimados durante o percurso até o Santuário (Fig.49). Ambulantes vendem água, refrigerante e lanches. O caminho é ornado por vinte e cinco capelas e o percurso é de 1.969 metros, do pé do Monte ao Santuário.

---

<sup>40</sup> Flexor (2005, p. 167), com base em leituras de Webster (1999), afirmou que a procissão da Semana Santa usou esculturas em tamanho natural, com cenas da Paixão de Cristo, que eram, e ainda são, carregadas pelas ruas, nessa semana, comemorada antes da Páscoa.

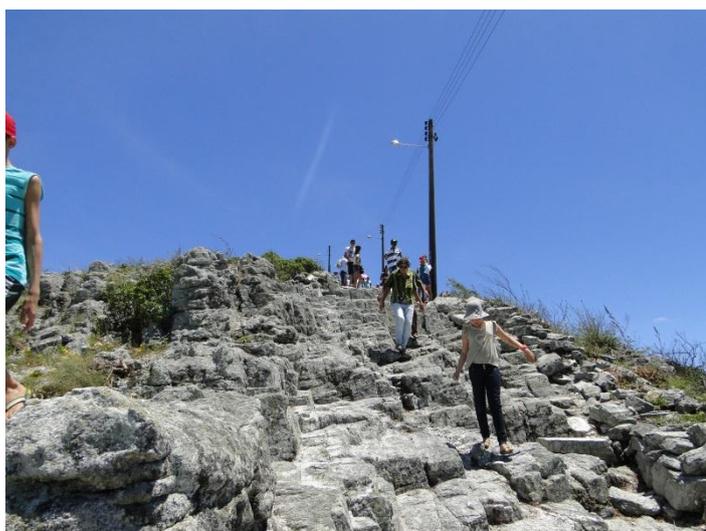


**Fig. 49 – Peregrinos no caminho da Santa Cruz**

Foto: Raimundo Pinheiro, abr. 2013.

A largura, obedecendo às características das elevações do sertão, é variável, medindo de 2,20m em seu início alcançando, em alguns trechos 4,50m.

O caminho inicial é formado por uma escadaria de pedra bruta, seguida por degraus irregulares, feitos de acordo com a própria configuração da serra, existindo alguns trechos, já bastante desgastados em virtude da grande movimentação de peregrinos, que visitam diariamente o Santuário (Fig.50).



**Fig. 50– Trecho irregular do caminho do Santuário**

Foto: Raimundo Pinheiro, out. 2013

Muitas velas são acesas nas laterais externas e no interior das igrejas do Senhor dos Passos, de Nossa Senhora das Dores e na Capela do Calvário da Santa Cruz.

As ofertas dos fiéis sempre foram feitas aos santos ou às igrejas. No passado, peças como olhos, braços, peito, pés eram produzidos, em pequenas dimensões, em prata. Posteriormente predominou outros materiais, para serem depositados, nos altares das igrejas, ou lugares pré-estabelecidos, como pagamento de voto pelas graças alcançadas. No Santuário da Santa Cruz essas peças, ou ex-votos, passados por uma triagem, são deixados em um lugar específico, hoje chamado de Sala dos Milagres (Fig. 51 e Fig. 52).

A Sala de Milagres encontram-se nas laterais e ao fundo do Santuário. No guia de bens tombados da Bahia (SOUZA, 1993, p. 116-117) há uma referência a esse local.

A coleção de ex-votos existente no santuário é formada de vários tipos, o maior número deles, entretanto, corresponde aos esculpidos em madeira. De extrema singeleza de forma, compreende peças de variados tamanhos, tipos de madeira – mulungu, umburana, aroeira, a maioria – e apresentam-se no formato de pernas, pés, braços, mãos, cabeças, seios, corações, por vezes corpos humanos inteiros, com notável simplificação anatômica. São inúmeras também as peças modeladas em barro, gesso e cera, além de algumas confeccionadas em tecidos.



**Fig. 51 – Ex-votos na Sala dos Milagres**

Foto: Raimundo Pinheiro, set. 2013.



**Fig. 52 - Ex- votos na Sala dos Milagres**  
Foto: Raimundo Pinheiro, set. 2013.

A religiosidade dos devotos é ancestral e as manifestações se repetem há mais de dois séculos (Fig. 53).



**Fig. 53 – Descida do Santuário na Sexta Feira Santa, na década de 1940**  
Foto: Acervo de Hildegardo Cordeiro, 1943

## FESTA DE TODOS OS SANTOS

Essa festa, como já foi citada reiteradas vezes, acontece na véspera do Dia de Todos os Santos, data em que se comemora o dia da criação do Santuário da Santa Cruz, e quando ocorre o maior fluxo de visitantes à cidade.

D. Elenita Moreira, proprietária do Hotel Grapiúna, no centro da cidade, destacou a década de 1950 como um marco na reafirmação da religiosidade local, quando o Padre Francisco Cesar Berenguer, juntamente com o Bispo da Diocese, D. José Alves de Sá Trindade, celebrava as missas na capela-mor do Santuário, fazendo assim, com que a Festa de Todos os Santos fosse resgatada como a grande romaria do sertão. O que impressionava, segundo ela, era que a maioria dos romeiros vinha a cavalo e as ruas que davam acesso ao Santuário, ficavam interditadas, por conta da quantidade de animais (MOREIRA, abr. 2014).

A Irmandade do Santíssimo Sacramento e Santa Cruz, zeladora do Santuário, se encarrega de organizar os festejos religiosos da Festa de Todos os Santos. Os atos sagrados ficam a cargo do pároco local, atualmente o queniano Stanley Muriuki e daqueles religiosos enviados pela Diocese, localizada na cidade de Senhor do Bonfim. A Prefeitura, representada pela Secretaria de Infraestrutura, dá apoio estratégico aos atos, ligados à devoção, como a segurança no Santuário feita pela guarda municipal, o ordenamento dos vendedores ambulantes, no entorno do Santuário de da Igreja Matriz, e a distribuição de mingau de milho e água potável para os romeiros.

No pé da serra do Santuário e, também, perto da Igreja Matriz, existe comércio de produtos, não especificamente ligados ao sagrado, o qual é aquecido nas épocas das romarias (Fig. 54).



**Fig. 54 – Comércio de produtos diversos na Praça Monsenhor Berenguer**  
Foto: Rita Barreto, 2012

Em outros locais, mais distantes do circuito considerado sagrado, o espaço profano se evidencia mais, ocupado por barracas de comidas e bebidas, além dos bares, acompanhados com som de veículos automotivos, sempre com volume excessivo, tocando as músicas da moda nas mídias, como rádio e TV.

Durante a maior romaria, na véspera da Festa de Todos os Santos, este ambiente se apresenta de maneira mais evidente à medida que se afasta dos lugares sagrados, principalmente do Santuário da Santa Cruz. Entretanto, o comércio fixo e temporário, as diversas barracas e toda a caracterização desse novo espaço, dependem dos romeiros que protagonizam a data religiosa. Nesse sentido ao ver de Rosa (2007, p. 51), “o sagrado e o profano coexistem no mesmo espaço, sendo que no tempo sagrado não dá para definir com clareza onde termina um e começa outro”.

Atualmente, a cidade atrai, anualmente, centenas de visitantes que buscam socorro espiritual. Esses visitantes sobem o caminho do Santuário, pagam suas promessas, renovam os votos feitos a seus santos e se envolvem com os atos da Igreja, como as missas e procissões. Esses romeiros são os protagonistas temporários do espaço local, que apresentam a fé como principal característica. Com a espetacularização da Festa, verifica-se que, além dos peregrinos, muitas pessoas se deslocam para a cidade com o intuito apenas de assistir às atrações musicais e frequentar os bares da cidade, caracterizando, assim, outro perfil de

visitante, que remodela as manifestações da data que era, até então, considerada sagrada.

Os verdadeiros devotos, participantes das romarias, na sua maioria são moradores das zonas rurais. Esses personagens têm um perfil humilde, e aparência de pessoas sofridas, que buscam auxílio divino para seus problemas, na falta de assistência, sobretudo do poder público leigo.

Ônibus fretados, ou oferecidos por políticos, caminhões pau-de-arara, - que apresentam grande perigo e nenhum conforto -, são os meios de transporte preferidos, utilizados para chegar à cidade. As pessoas, de melhores condições financeiras, utilizam automóvel próprio. Empresas de transportes intermunicipais oferecem também alternativas de deslocamento de diversas cidades, do estado ou de fora dele, para Monte Santo.

Os romeiros se organizam antecipadamente, tanto para arregimentar os interessados no ato religioso, quanto às formas de deslocamento, pagamentos e até uniformização dos grupos. As camisetas, que os romeiros vestem, mostram que as viagens são organizadas por comunidades, com antecedência, e contando com programação prévia. Em depoimentos, colhidos entre os visitantes, muitos afirmam que “ficam contando os dias”, para a viagem acontecer e para chegar ao Santuário da Santa Cruz, cujo protetor é evocado para protegê-los durante o percurso. Os cantos, que são entoados nos ônibus e caminhões, normalmente são em homenagem aos santos e à Divina Santa Cruz como é chamada.

Chegando à cidade no início da tarde, os ônibus e caminhões cumprem a tradição de dar três voltas ao redor da Igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus, que é o primeiro local de contato do romeiro com o ambiente sagrado. Após esse ritual, o caminho do Santuário da Santa Cruz é o destino dos inúmeros peregrinos que só retornam no início da noite.

A devoção dos romeiros é expressa desde as suas vestimentas, pela parada e concentração em cada uma das vinte e cinco capelas, que compõem a Via Sacra, nas quais costumam acender velas e rezar em silêncio (Fig. 55). Alguns sobem o caminho íngreme de joelhos, e carregam cruces nas costas, como o marceneiro Márcio Silva. Esse peregrino justificou a sua ação, revelando que sua mãe estava doente, sem caminhar, mas, graças a uma promessa, feita por ele, a mesma

melhorou. Carregar uma cruz até o santuário foi a forma que encontrou para pagar a graça alcançada (Fig. 56).



**Fig. 55 – Devota acendendo vela e rezando numa capela do caminho do Santuário**

Foto: Rita Barreto, out. 2005.



**Fig. 56 – Marceneiro Márcio Silva pagando promessa**

Foto: montesanto.net, 2010

As missas são celebradas, no Santuário as 10:00h e na Igreja Matriz às 11:00, 16:00 e 19:00hs. O espaço físico, tanto no Santuário, como na Igreja Matriz não comporta a quantidade de pessoas que ocorre para a celebração. Depois de assistir missa e descer o Monte, os fiéis se concentram na Matriz, para assistir às celebrações e benzer objetos, trazidos na viagem ou comprados no comércio local. Nessa época, as ofertas são bastante variadas, concentrando, tanto vendas de

objetos religiosos, quanto outro tipo de produtos, como comidas típicas e bebidas diversas, nas barracas e bares.

À noite, os mais fervorosos, que constituem a maioria, assistem às missas e buscam diversos locais improvisados na cidade, para dormir. Os mais festeiros se deslocam para a Praça de Eventos, localizada nas proximidades da Estação Rodoviária da cidade, e distante do espaço sagrado, para assistir aos *shows* das atrações nacionais, contratadas pela Prefeitura, para a festa profana.

As romarias mudam a cidade e transformam o cotidiano das pessoas e do lugar. A fé e devoção, dos milhares de visitantes, promovem, por algum tempo, uma remodelagem do espaço geográfico, confirmando o que Corrêa (1997, p. 280) já afirmava: o fato de que “os deslocamentos de pessoas fazem parte das interações espaciais que integram a reprodução e transformação social do espaço”. Ainda, segundo esse autor, a periodicidade das peregrinações, aos lugares sagrados, apresenta o tempo como um fator importante, tal como o espaço na lógica de deslocamento de pessoas. Segundo ele (CORRÊA, 1997, p. 295), “os diferentes fluxos (pessoas) que articulam os fixos (lugares) socialmente criados são caracterizados por lógicas espaço-temporais que se reportam a organização social e a seu desigual movimento de transformação”. E, no ver de Rosendahl (1996, p. 48), “os peregrinos, enquanto agentes modeladores nas cidades-santuário têm a importante tarefa simbólica de produzir e reproduzir o arranjo espacial urbano”.

A mobilidade, promovida pelos peregrinos, gera uma reconfiguração momentânea dos serviços, oferecidos na cidade, que se direciona ao atendimento às necessidades dos devotos ou outros fins. O comércio temporário dos barraqueiros é o que mais se destaca na cidade (Fig. 57). A maioria desses barraqueiros é natural de outras localidades, pois o comércio monte-santense é ainda muito precário, quanto à variedade de produtos. Boa parte se posta na Praça Professor Salgado, Rua Senhor dos Passos e Praça Monsenhor Berenguer, disputando espaços com os visitantes.



**Fig. 57 - Barracas, com produtos variados, na Rua Senhor dos Passos**  
Foto: Raimundo Pinheiro, out. 2013.

Aqueles que não têm oportunidade de ficar na Casa dos Romeiros e não tem condições financeiras para se hospedar em outro lugar, têm pouca ou quase nenhuma opção de escolha. Isso é evidenciado pela quantidade de pessoas que repousam ou dormem nos ônibus ou em redes armadas nos caminhões paus-de-arara que os transportaram.

Por falta de opção para hospedagem dos muitos peregrinos, os moradores alugam quartos, “vendem banho”, transformam a casa em bar ou restaurante. O comércio de artigos religiosos, - como era de se esperar nas ocasiões da grande concorrência de fiéis peregrinos -, praticamente não existe, o que contraria a qualidade turística principal da cidade. As imagens de santos, e outros artigos tidos como religiosos, - como as fitinhas, rosários, medalhas, e mesmo postais do Monte Santo -, são encontrados apenas nos períodos das romarias, em barracas montadas por comerciantes, principalmente de Feira de Santana, acostumados a instalar as barracas em festas religiosas em várias partes do Brasil, conforme o testemunho desses barraqueiros.

Contrariando o destino de turismo religioso de Monte Santo, o maior investimento, feito pela Prefeitura, se destina à montagem de toda a estrutura de espetáculo, - como palcos, camarotes e diversas barracas de bebidas -, que são instalados para a festa profana que ocorre a noite na Praça de Eventos (Fig. 58).

Ivan Santana, ator, escritor e diretor da Companhia de Teatro Noite de Reis, - que atua de forma ativa para resgatar a cultura local -, dá um depoimento muito realista sobre a situação das comemorações religiosas da cidade.

A cultura tradicional de Monte Santo, que passa principalmente pela religiosidade, infelizmente tem perdido a sua força, tem se afastado dos seus valores culturais e simbólicos. A festa de Todos os Santos tornou-se uma festa-espetáculo, o grande circo que garante a manutenção do poder dos representantes políticos. A festa, que é sustentada, e que existe graças à fé espontânea do romeiro, que aqui chega para pagar promessa, vem, ao longo dos anos, perdendo a sua força. Não há nessa ocasião, quase que nenhuma infraestrutura de acolhimento a esses romeiros. Se gasta muito pensando apenas na parte profana da festa. O espaço para a cultura, para a expressão do povo, é ocupado pela massificação de uma festa com atrações que nada dizem da nossa identidade local, que nada contribuem para a formação de valores, sobretudo da juventude que vive alheia, apática quanto à sua própria identidade (SANTANA, abr. 2014).



**Fig. 58 – Multidão na festa profana com a apresentação de artistas nacionais**  
Foto: montesanto.net, out. 2012.

O espaço urbano, transformado pelo sagrado e pelo profano, que todos os anos atrai milhares de pessoas, vem contando, há alguns anos, com a presença de políticos em campanhas eleitorais ou não (Fig. 59).



**Fig. 59 - Ex-governador da Bahia, Paulo Souto, na romaria ao Santuário**

Fonte: Monte Santo. Net. 2010

As práticas devocionais, dessa época, tinham, no passado, características diferentes. De acordo com Santos (1997), monte-santense, que hoje mora em São Paulo e viveu sua infância e adolescência na cidade, tratava-se de festa popular, com a participação do povo nas manifestações de folclore e no comércio. O autor se refere às “Missões”, que antecediam às comemorações de Todos os Santos, na década de 1940, que recebiam dezenas de frades, para difusão da fé católica, com os atos de catequese.

Os frades se tornavam, ao longo da permanência na cidade, figuras íntimas, de potencial esclarecedor para aquela população tão carente, tão sensível, diante de uma luz de esperança, de bondade divina, de amor comum ao Ser Supremo. E eles semeavam tudo isso, era uma força enorme a fazer renascer o ânimo, a crença, a espera, o perdão, nas confissões tão disponíveis e receptivas. Havia um frei em especial de uma eloquência rara, de transparência ímpar e de fé contagiante que, em sermão enternecia e envolvia a todos os presentes e ouvintes (havia a transmissão por meio de alto-falantes espalhados por todas as ruas da cidade). Era empolgante a sua fala, a ternura e a segurança que transmitia, carismática que era. Não me lembro se era mesmo o frei Henrique. Ele, que já deve estar no andar de cima, sabe a quem me refiro (eu tinha pouco mais de 8 anos) (SANTOS, 1997, p. 35).

Nesse período, a cidade se transformava numa imensa feira de venda e troca de mercadorias, além disso, no dia de Todos os Santos, o hino de Monte Santo era cantado em todas as cerimônias religiosas, segundo Santos (1997).

Contatos e entrevistas com alguns visitantes, durante a realização da Festa de Todos os Santos, em 2013, proporcionaram a verificação de informações que os visitantes sabiam a respeito da cidade. Um membro do grupo, originário da cidade de Olindina, distante cerca de 174km. de Monte Santo, afirmou que há mais de quatro anos repete o mesmo ritual da peregrinação. Destacou a falta de

estacionamentos e guias para orientar os visitantes sobre os locais de visitação. Outro membro da excursão, de moradores de Araci, distante 144km, no mesmo estado, disse que a cultura local   muito rica, porém não   explorada turisticamente. Os fiéis visitantes reclamam, inclusive, da falta de sinaliza o de orienta o na cidade, áreas de lazer e uma melhor organiza o no acolhimento.

Da cidade de Senhor do Bonfim, a 136 km, outro grupo ficou encantado com a beleza da Serra de Piquara a. Ao tecer comentários sobre a história da cidade, os visitantes reclamavam da falta de lixeiras, de guias, de banheiros públicos, de pousadas e sugeriram a cria o de uma casa de apoio. Afirmaram o risco que a cidade corria, por não atrair mais fiéis, devia-se às festas do lado profano, que está tomando "conta do lugar", como enfatizaram. Quatro pessoas, originárias de Belo Horizonte/MG, 1.487km., por terra, criticaram os restaurantes e a segurança pública da cidade, afirmando que os monte-santenses estavam unindo os atos religiosos aos profanos pelo quarto ano consecutivo.

Ao perguntar a origem de vários dos outros visitantes, foi constatado a de pessoas das seguintes cidades na Bahia: Cansan o, Euclides da Cunha, Quijingue, Uauá, Canudos, Massacará, Andorinha, Nordestina, Queimadas, Itiúba, Caldas do Jorro, Cicero Dantas, Salvador, Araci, Senhor do Bonfim, Cipó, Ribeira do Pombal, Olindina, Valente, Concei o do Coité, Retirolândia, Santa Bárbara, Feira de Santana, Milagres, Paripiranga, Nova Soure, Jaguarari, Irecê, Central, Jacobina, Campo Formoso Santa Luz, Barrocas, Juazeiro Itaparica, Santo Antônio de Jesus e mesmo Bom Jesus da Lapa. Foram identificadas, ainda, pessoas vindas em excursões a partir de Lagarto/SE, Poço Verde/SE, Presidente Dutra/MA, Belo Horizonte e São Paulo.

Sandro do Carmo Ferreira, ex-sacerdote, que por muito tempo ocupou o lugar de padre da paróquia de Monte Santo, comentou sua experiência, enquanto foi sacerdote local. Informou que   grave o problema da religiosidade local e ainda cogitou sobre a influência política e de políticos nas festas.

A avalia o que faço sobre a religiosidade de Monte Santo   de uma decadência gradativa, parece que esta religiosidade tradicional está inserida em rostos diferentes. O grande número de Igrejas Evangélicas, Pentecostais que estão surgindo em nossa cidade   um alerta para isso, onde muitas pessoas deixam a Igreja Católica para seguir essas Igrejas. A festa apresenta um caráter político, a manuten o dos gastos com a organiza o da festa faz com que os políticos locais se sintam como

detentores do poder. Usam das artimanhas para arrecadação de votos que é o interesse maior dos políticos locais. Pela expansão e popularidade das festas religiosas, em nossa cidade, era para ter uma dimensão positiva no desenvolvimento local. A falta de interesse do poder público local faz com que a cidade viva enormes contradições sociais. Não é do interesse deles a organização local, é melhor ter pessoas ignorantes e dependentes economicamente, assim traz o sucesso para a elite política (FERREIRA, abr. 2014).

Nessa romaria, considerada a principal comemoração religiosa, a Prefeitura vem oferecendo, atualmente, uma festa com estrutura igual a dos festejos leigos, comuns em várias cidades baianas e brasileiras, com apresentação de artistas conhecidos nacionalmente, revelados pela mídia, sendo este o evento que recebe o maior investimento público anual na cidade.

## CAPÍTULO 6

### PROCISSÕES, IMAGENS E MILAGRES

Nos estudos de Flexor, a autora afirma que a Reforma protestante, que combatia os santos, estimulou as ações católicas na Contrarreforma. “Os santos se tornaram uma bandeira de luta, instando os fiéis a cultuá-los, a seguir seus exemplos e mesmo tocá-los” (FLEXOR, 2009 p. 17). Constata-se que uma prática muito recomendada desde o século XVI, aos católicos ligados a Roma, ainda hoje persiste no costume religioso popular. Na Sexta-Feira Santa, em Monte Santo, a multidão quer ver e tocar as imagens do Senhor Morto, Nossa Senhora da Soledade e São João Batista (Fig. 60), cujas imagens são conduzidas na descida do caminho da Via Sacra, carregadas pelos irmãos, da Irmandade do Santíssimo Sacramento e Santa Cruz, acompanhadas pelo povo, em direção da Igreja Matriz, da cidade. Nessa Matriz, as imagens de Nossa Senhora das Dores e do Senhor dos Passos, também do Santuário, levadas com antecipação, esperam para acompanharem a grande procissão da Sexta-feira Santa (Fig. 61 e Fig. 62). A mesma autora (FLEXOR, 2005) destacou, também, o realismo das imagens e seus ornamentos, que causavam muita emoção e levavam os fiéis ao choro, apontando a época em que foram introduzidas no Brasil.

Em 1556, o místico espanhol, São João de Ávila, salientou as possibilidades afetivas das confrarias, destacando, como complemento indispensável o conjunto da Senhora da Soledade, ou Nossa Senhora das Dores, para provocar mais ainda, a piedade e a devoção nos fieis, com os já referidos efeitos miméticos. Para tanto, cravavam-lhe uma ou várias espadas no peito. De forma ilusória se revivia, fisicamente, a Paixão de Cristo e a dor de Maria. E a ilusão e os gestos teatrais eram componentes barrocos. Vitalizadas, no século XVI, pelos espanhóis na Península Ibérica, as imagens de vestir e as de roca tiveram seu maior uso no Brasil no século XVIII, chegando a atingir o século XIX. Sua introdução na Bahia, com certeza, se deu no período de união das coroas ibéricas (FLEXOR, 2005, p. 171).



**Fig. 60– Nossa Senhora da Soledade, São João Batista (no altar) e o Senhor Morto – imagens da Capela do Calvário**

Foto: Raimundo Pinheiro, abr. 2014.



**Fig. 61 – Irmandade do Santíssimo Sacramento e Santa Cruz, descida do Santuário**

Foto: Raimundo Pinheiro, 2005.



**Fig. 62 – Imagens percorrem a Via Sacra, carregadas por fiéis.**  
Foto: Raimundo Pinheiro, 2005.

Flexor (2005, p. 165), comentando a posição da Igreja, em relação à adoração à Santíssima Trindade, em específico a Paixão de Cristo diz que no século XVIII, podiam-se fazer procissões para o orago (santo) das igrejas, mas deviam pedir licença ao Arcebispado. Só a partir do início do século XX, com a separação da Igreja do Estado é que começam a ser feitas as procissões dos santos padroeiros com regularidade para difundir a paróquia e a devoção. O mais comum eram representações de cenas da Paixão de Cristo.

Flexor (2005, p.165) diz que foram recomendações mais destacadas, pela Contrarreforma por influência do Concílio de Trento. No Concílio de Trento, a Igreja excluiu alguns santos e incluiu outros, principalmente os jesuítas e franciscanos, mártires das missões.

A Contra-Reforma e o Concílio deram ênfase à proliferação das imagens como multiplicadoras da própria fé. Elas se faziam presentes sob diversas formas, em todos os espaços religiosos, ou nos espaços de manifestação pública e coletiva de religiosidade, como as procissões (FLEXOR. 2005, p. 165).

A autora ainda destacou o papel das imagens de roca nas procissões, como uma forma de estabelecer melhor comunicação entre os santos e os fiéis, já que

essas imagens permitiam expressões e gestos teatrais, capazes de envolver mais ainda os devotos.

Segundo Rosendahl, um cortejo religioso público pode ser considerado procissão.

Elementos do clero e do povo são dispostos de forma ordenada em alas que desfilam por um trajeto pré-determinado: ruas, praças, avenidas, retornando para a igreja de que partiu ou para outra que está a espera (ROSENDAHL, 2012, p 64).

Ainda, sobre as procissões, em especial do século XVIII, Flexor destacou os tipos de procissões que eram realizadas.

Algumas procissões tinham valor extraordinário, como aquelas dedicadas à Paixão de Cristo ou cerimônias correlatas. Os cultos pela Paixão e pela Virgem Dolorosa foram gerais nas vésperas da Reforma e foram recuperados pela Contra Reforma, sendo introduzidos no Brasil no movimento de expansão desta em terras descobertas. Nesse culto à Paixão de Cristo, toda a atenção estava voltada para as diversas passagens do sacrifício do Filho de Deus, chamados Passos ou Mistérios e que eram então em número de sete. Com o crescimento e popularidade dos Passos, a tendência foi aumentar a teatralidade dos personagens barrocos, criando um grande impacto emocional na assistência (FLEXOR, 2009, p. 8).

Toda a cerimônia, ainda hoje realizada, em especial na Semana Santa, reproduz as mesmas ações do século XVIII, incluindo atitudes dos romeiros e fiéis locais, e cujos protagonistas são o Cristo carregando a Cruz ou Cristo Morto e Nossa Senhora das Dores ou da Soledade<sup>41</sup>.

## PROCISSÕES

Nas procissões é que se evidencia o máximo de fervor na fé católica da população. Tradicionalmente, nas procissões sempre foram usadas as imagens de roca que eram vestidas para que houvesse uma melhor comunicação do santo com os fiéis. Essas esculturas, que permitiam a troca de trajes, eram feitas com armação de madeira, o que reduzia o seu peso, para serem conduzidas nas procissões. As

---

<sup>41</sup> Em geral, as cenas de Cristo Crucificado, sempre foram reproduzidas incluindo outros personagens, como São João Batista e Maria Madalena. No caso de Monte Santo, apenas se conta com a imagem de São João Batista.

Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, de acordo com Flexor (2009, p. 9), “referiam-se às antigas [imagens] que se costumavam vestir, que significava que a sua utilização antecedia à aprovação dessas Constituições, em 1707”.

Embora não tenham sido obedecidas, as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia ordenavam, a partir de sua aprovação, que as imagens de vulto fossem de corpo inteiro, e feitas de tal maneira, que não precisassem de vestidos e para que ficassem mais decentes. Apesar de mal vistas pelo Arcebispado, as imagens de vestir e de roca foram divulgadíssimas por toda a Bahia nos setecentos e primeira metade do século seguinte (FLEXOR, 2009, p. 9)<sup>42</sup>.

O depoimento de Carmem da Silva Barreto (BARRETO, dez. 2013), com seus 100 anos de idade, é bem detalhado. Dizendo que sempre participou das celebrações religiosas, ela guarda em sua surpreendente memória as lembranças da Semana Santa. Referindo-se à década de 1940, disse que “era realizada a ‘Missas das Cinzas’ quando o padre Berenguer rezava a missa em latim”. Na semana anterior à Semana Santa, os fiéis se concentravam na Capela de Nossa Senhora das Dores, onde era realizada uma missa. Logo em seguida, a imagem que dá o nome à capela, era conduzida em procissão percorrendo o caminho do Santuário e da Rua Senhor dos Passos até chegar à Igreja Matriz, onde permanecia para veneração dos religiosos. O “Domingo de Ramos” era a data em que todos os católicos ornamentavam as casas por onde passaria a procissão originária na Matriz. Com galhos de palmeira nas mãos, os participantes seguiam o percurso até voltar à Matriz, onde os altares e retábulos eram cobertos por véus negros como prenúncio de luto (BARRETO, dez. 2013).

Os painéis pintados, na época de Frei Apolônio de Todi<sup>43</sup>, eram utilizados na procissão da “Quarta Feira de Trevas”, marcando a Via Sacra, distribuídos pelas residências escolhidas pela Irmandade. Os missionários que vinham a serviço da Irmandade faziam sermões no final das procissões, nas escadarias da Matriz, última estação que simbolizava o sofrimento de Jesus (BARRETO, dez. 2013).

---

<sup>42</sup> O seu uso foi aprovado pelas Constituições por se tratar de costume antigo na Bahia.

<sup>43</sup> Os 25 painéis pintados sobre metal, datam do século XVIII. Ficavam expostos no interior das 22 capelinhas e das três capelas maiores. Foram completamente descaracterizados com uma grotesca repintura realizada na década de 80. Atualmente, se encontram depositados na sacristia da Igreja Matriz (IPAC, 1988 p.11).

A partir da “Quinta-Feira Maior”, segundo a mesma depoente, as celebrações envolviam mais ainda os participantes. Nesse dia, pães eram distribuídos às crianças. Os sinos da Matriz eram tocados pela última vez, antes de sair a primeira procissão

por volta das quatro da tarde formada somente por homens, em direção à rua Senhor dos Passos, no Santuário, para buscar a imagem carregando a cruz. A imagem descia e seguia em procissão, levada pelos membros da Irmandade do Sagrado Coração de Jesus, que além das tradicionais capas portavam tochas nas mãos. Partia também outra procissão da Igreja Matriz, quando somente mulheres levavam a imagem de Nossa Senhora das Dores, em direção oposta, já programada. Num determinado local ocorria o encontro das procissões e das imagens, momento de muita emoção e devoção, justificando o nome da cerimônia: “Procissão do Encontro”, quando a mãe Maria encontrava seu filho, carregando a cruz. Ali ocorria o “Sermão do Encontro”, com muita emoção, encerrado pelo canto da Verônica, o primeiro que seria repetido no dia seguinte (BARRETO, dez. 2013).

Na Sexta-Feira da Paixão, as cerimônias estavam voltadas para a celebração do “Enterro” com o sermão da crucificação. A imagem pregada na cruz encoberta com uma manta roxa era exibida durante as falas dos vários missionários. Em seguida era retirada da cruz e colocada no esquife.

A emoção era maior nessa hora, quando Verônica tomada de intenso sentimento, abria a toalha e mostrava o rosto do Cristo marcado por sangue pela última vez cantando em latim. O sermão era encerrado e a procissão se iniciava em silêncio, por todas as ruas das cidades, carregando as imagens. Voltando para a Igreja Matriz, se iniciava a vigília com o velório do Santo Cristo, durante toda a noite até o sábado até às 22 horas, quando se celebrava a Ressurreição de Jesus, com a Missa da Aleluia. Após a meia noite, havia a queima do Judas, em sinal de repúdio a traição de Judas Escariotes, ocasião festiva com a queima de fogos.

Por fim, vinha o Domingo de Páscoa com uma missa especial e festiva fora da Igreja Matriz, que nesse dia ficava toda florida, por dentro e por fora, para comemorar o sacrifício do Senhor e sua Ressurreição (BARRETO, dez. 2013).

Em Monte Santo, atualmente, as procissões da Semana Santa são iniciadas desde a sexta-feira anterior, em homenagem a Nossa Senhora das Dores, cuja imagem é levada da capela, localizada no Santuário para a Igreja Matriz. Na Quarta-feira da Semana Santa se faz a procissão do Senhor dos Passos (Fig. 63), que se inicia na capela que leva o mesmo nome, no Santuário da Santa Cruz, percorrendo diversas ruas da cidade. Nesse deslocamento, são feitas paradas em algumas

residências, que preparam pequenos altares nas calçadas, representando a Via Sacra de Cristo<sup>44</sup>. No final da procissão, a imagem é levada até a Igreja Matriz.

Na Quinta-feira Santa, após a tradicional cerimônia do “Lava-pés”, é efetuada a Procissão do Encontro (Fig. 64), quando componentes da Irmandade carregam a imagem do Senhor dos Passos e as irmãs, da mesma Irmandade, transportam a imagem de Nossa Senhora das Dores, por diferentes percursos partindo da Matriz. No início da Rua Senhor dos Passos, se juntam as duas procissões, - e se dá o encontro da Mãe com o Filho carregando a cruz. É feito, então, o “Sermão do Encontro” pelo pároco local e o “Canto da Verônica” é apresentado, por uma jovem escolhida pela Pastoral da Criança ou da Pastoral da Juventude Rural.

Na Sexta-feira Santa é realizada a procissão do Senhor Morto, quando a imagem é conduzida, junto com a de Nossa Senhora da Soledade e a de São João Batista, por diversas ruas da cidade (Fig. 65). No Sábado de Aleluia, na Matriz, é realizada uma missa à noite e se dá a tradicional “queima do Judas”. A romaria termina no Domingo de Páscoa, com uma nova procissão percorrendo a Via Sacra, levando de volta as imagens, que estavam na Matriz, para as o Santuário, onde são colocadas novamente nos seus altares e respectivas capelas. À noite é realizada a missa em homenagem ao Cristo Ressuscitado.



**Fig. 63 – Procissão do Senhor dos Passos**  
Foto: Raimundo Pinheiro, abr. 2014

---

<sup>44</sup> Em Salvador se armavam sete cenas da Paixão de Cristo, com imagens de vestir, em alguns lugares estratégicos da cidade, para que os fiéis, que acompanhassem a procissão do Senhor Morto, parassem e fizessem suas orações (FLEXOR,2014).



**Fig. 64 – Procissão do Encontro do Senhor dos Passos e Nossa Senhora das Dores**  
Foto: Montesanto.net, 2014



**Fig. 65 – Procissão do Senhor Morto**  
Foto: Rita Barreto, 2010

## MILAGRES E IMAGENS

O milagre, geralmente está associado a uma graça alcançada fora do espaço sagrado. Steil, afirmou que os relatos de milagres são fundamentais para o desenvolvimento e permanência do culto nos Santuários. “os relatos dos milagres são como que documentos que ajudam a sustentar o sistema de relações instituídas entre os santos e o devoto e entre os próprios romeiros” (STEIL, 1996, p.105).

Os romeiros fazem promessas aos santos, buscando uma relação direta com o sagrado. O pagamento das promessas é o cumprimento do “acordo” feito entre o fiel e o santo. Em Monte Santo, subir de joelhos, carregar uma cruz, se vestir de

branco e oferecer ex-votos, entre outras formas, representam a demonstração de agradecimento pela graça recebida.

Os sertanejos precisam das imagens para tocar, sentir, principalmente nas procissões. Elas são consideradas milagrosas, segundo vários testemunhos, que foram beneficiados. Tem-se o caso de Marcos Vinícius da Silva Cordeiro, de Monte Santo que depositou dois olhos de vidro no altar da na capela principal do Santuário da Santa Cruz, por acreditar que Nossa Senhora das Dores concedeu-lhe um milagre. Ele perdeu a visão de um dos olhos e, com o outro, só via vultos, passando a enxergar tudo, perfeitamente, depois do milagre. “Eu fiquei quase cego. Andava pela casa batendo nas quinas, porque não enxergava quase nada. Eu só podia sair na rua de óculos escuros porque o sol machucava”, contou (CORDEIRO, mai. 2013). Tratou-se em Salvador. Seis meses depois, ouviu o médico perguntar-lhe se acreditava em milagres. O médico o informou que não havia explicação científica para o que tinha acontecido.

A dona de casa, Joanita Alvina Campos de Monte Santo, que participa das procissões de Monte Santo desde os 12 anos, dos seus mais de 80, conta que era possuidora de um mioma no útero, sendo advertida sobre a impossibilidade de cura, pelo médico. Submeteu-se a uma cirurgia, mas atribuiu a cura a um milagre: “foi Nossa Senhora das Dores que me curou. A medicina aqui é muito atrasada”, afirmou. Fez a promessa para percorrer o Santuário até a Capela de Nossa Senhora das Dores, vestida de branco, acendendo velas e queimando fogos (CAMPOS, mar. 2013).

Josefa Maria da Silva da zona rural de Monte Santo, também atribuiu o milagre da cura a Nossa Senhora das Dores. Era portadora de câncer no colo do útero que, segundo a informação do médico era “maligno e muito violento”, afirmou. “fiz radioterapia, por quatro meses, mas foi Nossa Senhora quem me curou”. Em agradecimento, acendeu velas na Capela de Nossa Senhora das Dores pela sua cura (SILVA, mar. 2013).

O zelador da capela de Nossa Senhora das Dores, Idalício José dos Santos, presenciou o fervor da fé no Santuário: “os romeiros raspam a pedra para fazer chá (Fig. 66)”. Informou “que é bom para queda de cabelo e hemorragia de mulher”.



**Fig. 66 – Romeiros ao lado da parede de pedra da Capela de Nossa Senhora das Dores**

Foto: Rita Barreto, out. 2006

O culto a essas imagens foi ameaçado por atos de vandalismo no ano de 2003. Vários jornais, do Brasil e da Bahia, noticiaram o atentado e destruição de imagens do Santuário. Esse acontecimento revoltou os fiéis, mas, ao mesmo tempo, revelou a crise da religiosidade pela qual o município estava passando.

A foto na capa e a manchete da reportagem da Folha de São Paulo, de 13 de setembro de 2003, chocaram os leitores (Fig. 67). Dizia:

As imagens do Senhor dos Passos e de Nossa Senhora das Dores (Fig. 68), esculpidas em madeira, em tamanho natural, foram arrancados de suas capelas, trancadas a cadeado, e queimados. Sobraram as cabeças das duas imagens. Segundo o jornal, as imagens datadas do início do século XIX do calvário de Monte Santo, no sertão da Bahia, passaram incólumes pela guerra de Canudos (1896-97), pelos ataques da Coluna Prestes nos anos 20, pelas correrias do bando de Lampião uma década após, mas não resistiram aos conflitos do século 21. Sobraram as cabeças das duas imagens, e do Cristo um pouco mais do braço direito e o tronco chamuscado (CARVALHO, 2003, p. 18).



**Fig. 67 – Capa do jornal, Folha de São Paulo, com manchete sobre as imagens quebradas**  
 Fonte: Folha de São Paulo, 14 set. 2003



**Fig. 68 – Imagens do Senhor dos Passos e Nossa Senhora das Dores**  
 Foto: Raimundo Pinheiro, 2002

A destruição das imagens causou comoção na população de Monte Santo. A reportagem informou que as imagens destruídas foram encontradas no mato, no meio das cinzas (Figs. 69 e 70).



**Fig. 69 – Imagem do Senhor dos Passos danificada**  
Foto: Arte Foto Brasil, 2003



**Fig. 70 – Destroços da imagem de Nossa Senhora das Dores**  
Foto: Arte Foto Brasil, 2003.

Procissões/protesto foram organizadas, pela população, levando as partes que sobraram das imagens, para demonstrar a revolta dos fiéis e, ao mesmo tempo, reforçando a sua fé (Figs. 71 e 72). A primeira dessas procissões, segundo a paróquia da Matriz, reuniu cerca de 3.000 pessoas, praticamente um terço dos moradores da zona urbana da cidade. Na segunda procissão, num intervalo de 30 dias da anterior, havia perto de 1.000 pessoas, segundo informações do pároco da Igreja Matriz.



**Fig. 71 – Procissão/protesto com destroços das imagens**  
Foto: Arte Foto Brasil, 2003.



**Fig. 72 – Revolta da população contra o vandalismo e destruição das imagens**  
Foto: Arte Foto Brasil, 2003

Ainda, na reportagem da Folha de São Paulo constam depoimentos, colhidos entre os moradores, membros da Irmandade do Sagrado Coração de Jesus e Santa Cruz e de restauradores, enviados pelo Instituto do Patrimônio. "Em 22 anos de restauração eu nunca tinha visto nada parecido, tamanha a fúria, tamanha a barbárie", enfatizou Huides Cunha, restaurador do IPHAN, superintendência de Salvador, e que fez a perícia nas peças. O que mais o impressionou foi a violência contra a face do Cristo: "Há um afundamento no nariz e, os olhos de vidro, feitos em Portugal, raríssimos, foram esmagados ou com marreta ou tranca de porta". Pelos cálculos do técnico, "sobraram apenas 30% da imagem de Nossa Senhora e 50% do Cristo" (CARVALHO, 2003, p. 18).

A primeira reação dos católicos de Monte Santo, segundo o jornal, foi atribuir a culpa do vandalismo aos evangélicos. "Acho que isso é coisa dos crentes da Universal. Eles já protestaram aqui na cidade, dizendo que imagem de santo não presta", afirmou o aposentado, e militante do Partido dos Trabalhadores (PT), Rodolfo Andrade, na reportagem. Segundo o pároco local Cláudio Cobalchini, já tinha acontecido um precedente, que poderia sugerir intolerância religiosa. Em 2000, cortaram o cabelo de Nossa Senhora das Dores e defecaram na sua capela, no alto do Monte.

"O povo ligou a destruição das imagens com o chute na santa [Nossa Senhora da Aparecida] <sup>45</sup>", de acordo com o padre e Claudio Cobalchini, da Igreja Matriz de Monte Santo, referindo-se ao episódio ocorrido em 1995. "Mas não dá para culpar ninguém sem provas, é leviano" (CARVALHO, 2003, p. 18), afirmou.

A suspeita, atribuindo o fato aos evangélicos era tão forte que, a primeira providência do IPHAN, não foi de caráter técnico: "Fomos lá para apaziguar os ânimos. Quase não conseguimos fazer a perícia, porque havia uma aglomeração grande na igreja e um clima profundo de revolta", lembrou Huides Cunha (CARVALHO, 2003, p. 18).

Para evitar que o clima de intolerância aumentasse, o Patrimônio Histórico proibiu que as peças saíssem da Igreja em procissão, porque a população criou boatos de que um novo protesto seria realizado, em outubro, na maior romaria da cidade. Pretendiam sair com as imagens danificadas. "Usar as cabeças em procissão só serviria para incitar o ódio", afirmou o restaurador (CARVALHO, 2003, p. 18).

Outra hipótese é que as imagens poderiam ter sido destruídas a mando de fazendeiros. Antes do atentado, duas fazendas do município tiveram suas cercas derrubadas e as suas sedes incendiadas. Os camponeses acusavam, na época, os fazendeiros de grilar suas terras e cercar pastos coletivos, usados para criar bode.

---

<sup>45</sup> Nesse episódio, componente da Igreja Universal do Reino de Deus aproveitou o dia de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil, em 12 de outubro de 1995, para criticar o culto que a Igreja Católica dedica às imagens de santos. Os programas da TV Record mostraram imagens de peregrinos na cidade de Aparecida. O pastor Sérgio Von Helder, da Igreja Universal, atacou o culto aos santos, ao lado de uma imagem de Nossa Senhora Aparecida, na qual disferiu três socos e onze chutes (FOLHA DE SÃO PAULO, 1995).

Esses camponeses faziam parte dos movimentos sociais do campo, apoiados pela Comissão da Pastoral da Terra, ligada à Igreja Católica.

Quanto às origens dessas imagens atingidas, elas foram citadas numa Ata da Igreja Matriz, de 1825, mas podiam ser mais antigas. Há uma referência, no entanto, a um Cristo e a uma Nossa Senhora das Dores, num documento de 1799, mas, segundo o técnico do IPHAN, podem se referir a outras imagens (CARVALHO, 2003, p. 18), e não às afetadas.

A restauração e reconstrução das imagens foram realizadas pelo IPHAN, trabalho que durou, aproximadamente, um ano, ficando a tradição das festas anuais, comprometida com a falta dessas imagens principais. Nem a polícia nem o IPHAN, descobriram quem fez os estragos nas imagens.

Felizmente, as imagens foram restauradas e recuperou-se um pouco da tradição, voltando-se a realizar as procissões nas duas datas principais da cidade. Não fossem recuperadas, poder-se-ia temer pelo rompimento de uma tradição bicentenária, fato que poderia provocar, junto com o comportamento na atualidade dos monte-santenses, o fim das tradicionais romarias ao Monte Santo.

A vivência do espaço sagrado é expressa no espaço que revela a fé dos visitantes e moradores. O centro de peregrinação envolve não só o Santuário da Santa Cruz, mas o circuito das procissões e o interior da Igreja Matriz.

Normalmente, no século passado, a população tinha seu altar particular em casa, demonstrando suas principais devoções. Em todas as casas existia um altazinho de verdade ou improvisado, com a imagem de Cristo Crucificado, da Virgem, especialmente da Conceição e, depois, os principais santos de devoção. Na atualidade, a relação dos fiéis com os Santos - com exceção de algumas famílias tradicionais -, se dá diretamente na Igreja Matriz e no Santuário da Santa Cruz.

## **CAPÍTULO 7**

### **ROMARIAS E SEUS MÚLTIPLOS SIGNIFICADOS**

A chegada dos capuchinhos italianos no Nordeste do Brasil representou um grande acontecimento no final do século XVIII. A proposta de levar o cristianismo aos rincões mais distantes acolhia os mais pobres e humildes que, juntos, realizavam diversos serviços nas comunidades.

A passagem de frei Apolônio de Todi, no sertão da Bahia nesse século, fez com que a fé se fortalecesse, principalmente com a ocorrência do primeiro milagre, durante a procissão, que o mesmo organizou, na serra do Piquaraçá. Logo, o lugar passou a ser considerado sagrado e transformou-se em Monte Santo. Ali, no lugar da cruz, nasceu o Santuário da Santa Cruz.

Passados mais de duzentos anos de criação do Santuário da Santa Cruz, a peregrinação e a busca por milagres são recorrentes, especialmente nas datas que se consolidaram como períodos convenientes para sua realização.

A programação da viagem, o deslocamento, a estadia, os momentos de fé e modos de pagar uma promessa, fazem com que outro tempo, diferente do seu cotidiano, seja vivido.

Para entender as festas sagradas de Monte Santo na atualidade, tem-se que buscar referências nos diversos atores que participam desses eventos, como os romeiros, fiéis, visitantes, moradores, padres e políticos. Por essa razão, se faz, a seguir, uma leitura sobre a dinâmica devocional e festas sagradas na atualidade.

Em Monte Santo a tradição das romarias acontece todos os anos. Romeiros aproveitam esses tempos sagrados para reviver o sofrimento de Jesus no Calvário, onde as capelas representam essa passagem no Santuário.

Esse ritual repete-se todos os anos, durante a Semana Santa (Fig. 73) e em 31 de outubro (Fig. 74), véspera de Todos os Santos, - quando milhares de pessoas dirigem-se à cidade, para pagar e/ou renovar promessas, se juntar aos peregrinos ou mesmo aproveitar a festa profana, ultimamente ofertada pelo poder público local.



**Fig. 73 - Pagadoras de promessa, na Sexta Feira Santa**  
Foto: Raimundo Pinheiro V. Filho, 2013.



**Fig. 74 – Romeiros no Santuário, no dia 31 de outubro**  
Foto: Raimundo Pinheiro V. Filho, out. 2013.

## ROMEIROS E VISITANTES

Romeiros e visitantes são confundidos com fiéis e turistas. A diferença está ligada às manifestações tradicionais, que alguns ainda preservam, tanto nas vestimentas discretas, como nos rituais do acompanhamento religioso, que são repetidos constantemente nas peregrinações, em especial na véspera de Todos os Santos. Essas pessoas contribuem, com sua atitude devota e simbólica, para as romarias ou peregrinações, principalmente os pagadores de promessas (Fig. 75). A promessa é uma forma de comunicação mais expressiva, por ser um contrato direto do fiel com os Santos, Maria, Cristo ou Deus, não necessitando de intermediários. Muitas vezes Maria serve de intercessora com os demais.



**Fig. 75– Pagadores de promessas acendendo vela no Santuário**

Foto: Rita Barreto, 2009

O perfil do frequentador de Monte Santo pode ser classificado como romeiro-turista, que se diferencia do romeiro-devoto ou simplesmente turista, em diversos aspectos.

Os rituais dos períodos consagrados são programados oficialmente pelo pároco Stanley Muriuki<sup>46</sup>, da Igreja Matriz. Tanto a subida e descida do Monte em direção ao Santuário ou de volta ao pé do morro, quanto as procissões organizadas pelo pároco ou Irmandade, fazem parte das encenações e representações secularmente consagradas, que ocorrem todos os anos na cidade (Fig. 76).

---

<sup>46</sup> Missionário Queniano, jovem, pertencente às Missões da Consolata.



**Fig. 76 – Procissão na Semana Santa, organizada pela Irmandade do Santíssimo Sacramento e Santa Cruz**

Foto: Pedro de Souza, 2012.

Os frequentadores dos festejos do período da Semana Santa são diferentes daqueles que visitam a cidade na Festa da véspera de Todos os Santos.

Reesink e Reesink (2000) diferenciavam também o romeiro do turista, classificando os lugares de peregrinação em dois tipos: os concêntricos, que possuem grande relevância estruturante, acolhendo o peregrino e o turista ao mesmo tempo; e os periféricos, que estão à margem dos melhor privilegiados da sociedade ou cultura dominante. Assim, os autores consideraram que

o “deslocamento”, simbólico e geográfico, para “dentro de si” é típico da categoria romeiro; enquanto o “deslocamento” para “fora de si” é típico da categoria “turista”.

Existiria ainda uma categoria intermediária, aquela em que um indivíduo se desloca dentro da sua sociedade, ou cultura, para um centro de peregrinação periférico, que seria, então, uma combinação das duas categorias para formar o romeiro-turista. O ponto de união entre estas diferentes categorias seria o “deslocamento”, o ponto de separação seria a “motivação” desse movimento, para dentro, para fora ou um meio termo, nem fora e nem dentro (REESINK; REESINK, 2000, p. 208).

Em Monte Santo, essas noções vêm se confundindo, ou sendo anuladas, considerando-se que as demonstrações do catolicismo tradicional, ou popular, a cada dia estão perdendo a sua autenticidade histórica, como consequência das imposições de natureza variada, da contemporaneidade.

As celebrações oficiais da Semana Santa, por exemplo, vem apresentando nos últimos dez anos uma marcante descaracterização do simbolismo, ligado às relações dos populares com as imagens do Santuário da Santa Cruz. Por influência dos religiosos do Instituto da Consolata para Missões Estrangeiras<sup>47</sup>, o Santíssimo Sacramento é tido como um símbolo de renovação e salvação da humanidade e, com isso, a sua devoção é contraposta a uma forma explícita de combate ao catolicismo popular, da mesma forma como vem ocorrendo em Bom Jesus da Lapa (STEIL, 1996). Como consequência, os visitantes são levados a seguir uma nova forma de demonstração de fé, distante da tradição de veneração, obrigados a afastar-se da adoração popular dos santos.

Apesar disso, o comportamento dos romeiros no Santuário é diferenciado dos demais visitantes. Inclusive, eles apresentam atitudes que se aproximam da superstição. Por exemplo, apanham partes de plantas no percurso da subida para o Santuário, afirmando que as mesmas servem para banhos e chás milagrosos. Falam sobre seu deslocamento de horas, num caminhão pau-de-arara, e dizem que a promessa e a fé compensam as distâncias percorridas, reafirmando a convicção de que retornarão no ano subsequente. Os idosos e os doentes são carregados por parentes ou amigos, para percorrerem com muito sacrifício, todo o caminho do Santuário.

O paredão de pedra situado atrás da capela de Nossa Senhora das Dores é constantemente escavado, e os pedaços de rocha são levados, também, para fazer chás que, segundo os fiéis, curam doenças (Fig. 77). Muitos sobem o Monte de joelhos, reforçando o sacrifício do pagamento de sua promessa. Nessa ocasião, muitos indigentes se concentram, ao pé do Monte e do caminho do Santuário, para pedir esmolas (Fig.78).

---

<sup>47</sup> É uma comunidade de evangelização dos povos, que foi criada em 1901 pelo padre José Allamano na Itália. (CONSOLATA, 2014).



**Fig. 77 – Fiéis escavando o paredão atrás da Capela de Nossa Senhora das Dores.**  
Foto: Rita Barreto, out. 2010.



**Fig. 78 – Indigentes pedindo esmola no Santuário**  
Foto: Raimundo Pinheiro, out. 2013.

## **DINÂMICA DEVOCIONAL ENTRE ROMEIROS E MORADORES**

Os “de dentro e os de fora”, esse é o entendimento do morador da cidade para se autotransclassificar, tanto quanto aos romeiros, quanto aos turistas, os de fora. Quem é de fora é estranho, não pertence à cidade.

Mas, Reesink e Reesink (2000) dizem que em Monte Santo existem modelos predeterminados de imagem dos romeiros. Na visão dos moradores, fato verificado em informações colhidas diretamente entre os mesmos, foi constatado que são utilizadas referências ligadas ao dinheiro e à fé, para distinguir os visitantes. Aqueles que têm tempo para gastar dinheiro e participar dos festejos profanos de forma mais

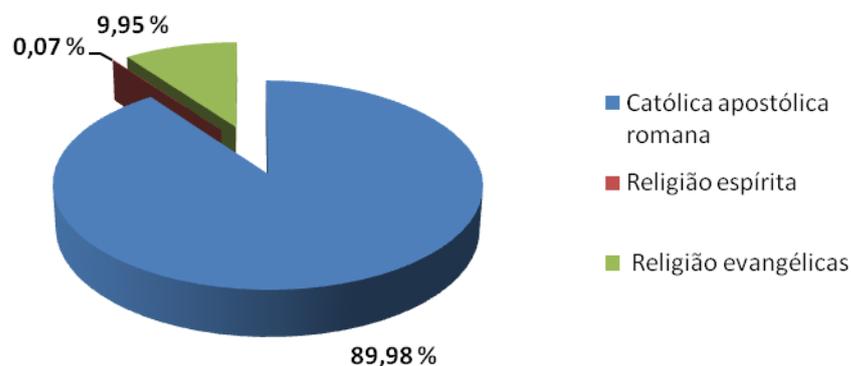
intensa, são mais valorizados que os que visitam a cidade somente para pagar promessas e pedir bênçãos. Esta é a imagem construída do turista e do romeiro, na visão dos moradores.

Nas representações coletivas - construídas quer por experiências e imagens vividas, quer por imagens fornecidas por outras fontes -, romeiros sempre terão como motivação a fé, o que se associa a uma imagem de sofrimento, sendo o sacrifício aquilo que permitiria o cumprimento dos atos de fé. Já os turistas terão como motivação o lazer – o que se vincula à ideia do prazer –, lazer este que é proporcionado pelo dinheiro, o que traz a imagem de que turistas têm condições e estão dispostos a gastar (REESINK; REESINK, 2000, p. 212).

Os moradores de Monte Santo não vivem mais a realidade religiosa do passado, que envolvia a todos e definia o rumo das vidas e atividades da cidade, nas datas festivas. Os rituais, que eram seguidos pelos fiéis, foram abandonados pela maioria da população, apesar dela se declarar católica<sup>48</sup>, conforme se pode averiguar no Gráfico 8. A diminuição das demonstrações públicas da fé, as novas ideias evangelizadoras dos padres, a multiplicação de formas de comunicação e lazer, leva os moradores a constatar que a fé não sustenta a vida financeira da população. Contribui também para isso, os investimentos públicos nulos em atividades ligadas ao turismo religioso.

---

<sup>48</sup> De acordo com o Censo (IBGE, 2010), dos 52.338 residentes em Monte Santo, 42.113 se declararam da religião católica apostólica romana, 4.660 evangélicos e 27 espíritas.



**Gráfico 8 – Proporção de crenças religiosas em Monte Santo 2010**

Fonte: IBGE - (2010), elaborado por Raimundo Pinheiro.

Janaína Sabina Cardoso que trabalhou no Museu da Cidade de 2005 a 2007, afirmou que é preciso “um olhar mais aguçado” para poder sentir a necessidade da divulgação da história local, destacando o patrimônio religioso.

No Museu do Sertão eu percebia que a referência que a maioria dos turistas ainda possuía eram os filmes, feitos em Monte Santo, como o Pagador de Promessas, por exemplo. Muitos nem sabiam da existência das imagens, o real significado do Santuário da Santa Cruz, enquanto ponto turístico. Precisaria de guias turísticos, alguém que receba esse turista e explique o potencial de nossa cidade, que fale das histórias de fé etc. (CARDOSO, abr. 2014).

O estudante Sidmar da Silva Oliveira constata que não existe, principalmente por parte dos moradores e dos políticos, uma boa relação com os visitantes.

A Igreja ainda tem a Casa dos Romeiros e faz o que pode para acolher o visitante. Não dá para entender como um local tão visitado, não tenha uma casa qualificada, que seja ofertada pelo poder público, para os visitantes. Já os moradores locais, pouco se importam ou interagem com os visitantes. (OLIVEIRA, abr. 2014).

As romarias são vistas como “algo de fora” que não envolve “os de dentro”. A fé externa dos romeiros não corresponde à dos fiéis locais. Steil (2003) afirmou que esse comportamento cria um novo senso comum, sobre as romarias, nas quais o misticismo é diluído pela visão do morador, que desconsidera as tradições,

enxergando os ambientes e símbolos religiosos, como um centro de atração de turistas, que podem dar retorno financeiro para a cidade.

O professor Eduardo Araújo depôs sobre a falta de atenção do poder público, - que não cuida da estrutura necessária da cidade para receber romeiros e/ou turistas -, e chama a atenção para o abandono da área de tanta importância na cidade.

Os romeiros, que têm parentes na localidade, são acomodados com conforto já, aqueles que não têm parentes e nem têm poder aquisitivo para hospedagem em hotel, ficam à mercê das intempéries, sob as árvores e dentro dos ônibus e caminhões. Seria relevante a disponibilização de espaços específicos para esse pessoal. O espaço do ginásio de esportes seria uma alternativa, mas nada é feito. O Centro de Lazer, que seria alternativa, está abandonado e isso é uma pena (ARAÚJO, mar. 2014).

## **ROMARIA OU FESTA? SAGRADO OU PROFANO?**

Os romeiros, visitantes e/ou turistas, - qualquer que seja a denominação dada aos que frequentam o Santuário da Santa Cruz nos períodos de festividades religiosas -, todos se confundem em meio aos rituais e manifestações religiosas ou festejos outros que ocorrem. Na realidade, diante do aumento considerável de pessoas em relação ao número original de habitantes da cidade, nessas festas é difícil distinguir, visualmente, o que é religioso e o que é profano.

Steil (2003, p. 251) afirmou que “os estudos sobre peregrinações, de um modo geral, enfatizam a dimensão festiva e orgiástica como constitutiva desse fenômeno”, o que se tornou comum, rotineiro e consensual entre a população e entre grande parte dos visitantes. A isso se pode conjugar, também, a diversidade de comportamentos dos moradores de Monte Santo frente às explicitações físicas e visuais do religioso e do profano. As épocas de festas, para muitos montesantenses, não a maioria, se tornaram um tempo aguardado e, em princípio, só têm ligação com os rituais religiosos devido à repetitividade dos atos tradicionais do catolicismo.

Para Patias (2007), no mundo contemporâneo existem dois modelos de sagrado: o tradicional, com um centro controlador que, no caso, seria o Santuário e/ou Irmandade, e o sagrado moderno, com um poder de influência menor, dos lugares sagrados sobre a sociedade.

Contribuíram para esta situação o avanço das explicações científicas e a perda do poder e do prestígio das instituições religiosas, que eram os únicos “centros organizadores” na sociedade. Contribuíram também, o surgimento de vários centros organizadores (religiosos, científicos, políticos, sociais, inclusive a mídia) em concorrência mútua, uns com os outros, como “modelos” e “germes” do sentido do mundo. O ser humano passou a ter com todos eles, pequenas distâncias sacrificiais.

.....  
 [...] o ser humano agora passa a ser o centro de um novo sagrado (pouco ou não sacrificial). Isso representa uma mudança de paradigma, uma vez que a verdade das religiões sofreu uma fragmentação em muitas pequenas verdades individuais (PATIAS, 2007 p. 5).

Esse autor (PATIAS, 2007) afirmou, ainda que, em muitos casos, o comportamento repetitivo e padronizado dos rituais, é negativo para muitas sociedades. Os ritos profanos substituem os sagrados demonstrando o afastamento das pessoas da sua identidade e base cultural tradicional. Essas mudanças estariam, cada vez mais, fora de controle, pois a intensidade emocional se altera, fugindo do contexto religioso e buscando outros conceitos modernos de cultura, como a espetacularização das festas.

O profano estaria relacionado ao comércio e ao lazer que possui relações diretas e indiretas com as cerimônias religiosas. Dessa forma, a romaria e a procissão, por exemplo, revelariam o sagrado, ao mesmo tempo em que a bebedeira, os sons automotivos, os bares, a dança e os artistas nacionais se apresentando nas datas religiosas, testemunham o profano.

A mudança de visão da ritualização, presente em Monte Santo, está promovendo o enfraquecimento da configuração original da religiosidade local. As diferenças nos tipos de frequentadores e a incoerência de fé dos moradores locais com a dos romeiros, traduzem essa realidade. Essas mudanças ficaram evidentes na última celebração da Semana Santa. As imagens, tiradas do Santuário e levadas para a Matriz, em 2014, foram desconsideradas e deixadas em segundo plano, pelos próprios padres<sup>49</sup> que realizaram as celebrações em um palco montado na porta daquela igreja. Como vem acontecendo em Bom Jesus da Lapa, se evidencia a proposta dos padres na mudança da forma de demonstração e exteriorização de devoção dos fiéis. Estes já se confundem nas formas de reverenciar as imagens sagradas.

---

<sup>49</sup> Padre Muriuki e os celebrantes convidados.

Nos últimos anos, desde o início de 2003, o Santíssimo Sacramento, retrocedendo ao ritual tridentino, foi colocado à frente das tradicionais formas de demonstração de fé, como a adoração aos santos e procissões com a presença dos mesmos, rituais estes, seculares, que estão se enfraquecendo cada vez mais. Essa prática era comum no passado, nos idos anos de 1940, quando o Padre Francisco Berenguer seguia as recomendações oficiais da Igreja Católica, porém, respeitando as manifestações do catolicismo popular.

Nas comemorações, ocorridas na Semana Santa, neste presente ano de 2014, ocorreram as procissões tradicionais. Contudo, se pôde verificar que somente os visitantes e os participantes da Irmandade do Sagrado Coração de Jesus e Santa Cruz, além de alguns católicos locais, compareceram à procissão com o objetivo de realizar os rituais tradicionais. Dentre esses rituais tradicionais, por exemplo, continuou o costume das mulheres e dos homens de acompanharem o préstito ao lado das imagens, com os pés descalços, vestidos com roupas brancas ou pretas. Os demais participantes percorreram o trajeto mais por obrigação do que por devoção.

As celebrações deste ano tiveram a participação de apenas um dos três padres, que fazem parte da paróquia do Sagrado Coração de Jesus. Tanto nas missas celebradas na Igreja Matriz, como nas procissões com a participação de missionários enviados pela Diocese de Senhor do Bonfim, evidenciou-se a falta de demonstração do tradicional entusiasmo e compromisso, que sempre marcaram essas datas.

Em contraposição, o poder público representado pela Prefeitura, vem enfatizando e fortalecendo a vertente profana na cidade, - com a contratação de artistas nacionais de sucesso no mesmo período da principal romaria -, provocando, fortemente o enfraquecimento das tradições e, em consequência comprometendo, de forma negativa, a cultura local. Os investimentos financeiros feitos em festas desse segmento nos últimos anos evidenciam a desatenção, senão desprezo, aos aspectos culturais locais.

A religiosidade vem sendo utilizada apenas como pretexto para a promoção da comemoração profana, voltada para uma nova parcela específica de público, os visitantes. A maior parte dos romeiros não participa dos espetáculos profanos, montados na “praça de eventos”, local que na festa do dia 31 de outubro, véspera de

Todos os Santos, se transforma na atualidade num lugar do espetáculo profano em detrimento do religioso tradicional, dirigido ao Santuário da Santa Cruz (Fig. 79. e Fig. 80).



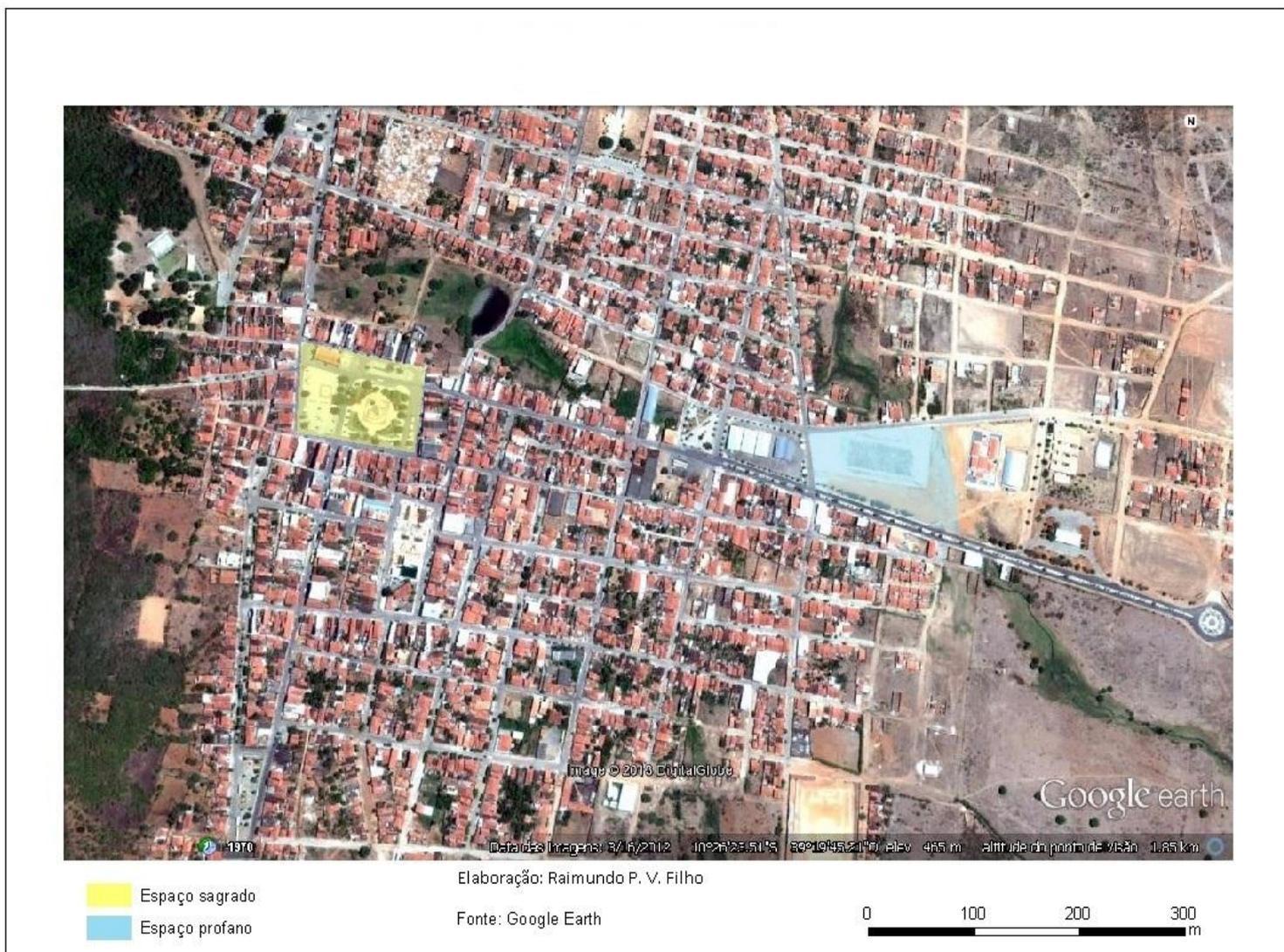
**Fig. 79 – Portal especialmente montado na praça de eventos**  
Foto: Raimundo Pinheiro, out. 2013



**Fig. 80 – Shows musicais no palco principal da Praça de Eventos**  
Foto: Raimundo Pinheiro, out. 2013

O entorno da Igreja Matriz é o local de concentração daqueles que vieram à cidade, impulsionados pela fé e que, após cumprirem seus rituais aguardam o transporte para retornarem aos seus lugares de origem. A delimitação do espaço sagrado e do espaço profano está evidenciada na Fig. 81, na qual se vê que os eventos se dão em espaços distintos das práticas religiosas e festivas profanas, separadas por mais de cinco quarteirões uma da outra.

O perímetro da área destacada em amarelo corresponde à região central da cidade, onde se destaca a Praça Monsenhor Berenguer, a Igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus e a Rua Senhor dos Passos, que dá acesso ao Santuário da Santa Cruz. Nessa área, o comércio é intenso e associado ao circuito religioso, tendo como principais frequentadores, na sua maioria, fiéis que se destinam ao Santuário. Barracas de produtos religiosos, e não religiosos, além do comércio ambulante de comidas e bebidas, são instalados nesse local.



**Fig. 81 – O sagrado e o profano em Monte Santo**  
Fonte: Google Earth, 2013.  
Elaborado por Raimundo Pinheiro

No espaço, destacado em azul na figura acima, está localizado a praça de eventos, local que concentra todas as grandes festividades, que ocorrem anualmente. A festa da véspera de Todos os Santos é realizada nos dias 30 e 31 de outubro.

A praça é toda cercada com placas de ferro, e no seu interior é montada uma grande estrutura, envolvendo cerca de 30 barracas individualizadas entre os comerciantes para a venda de bebidas. Além disso, são construídos dois palcos e um grande camarote para abrigar os convidados da Prefeitura que só tem acesso mediante a apresentação de convite personalizado. Do lado de fora da estrutura, ambulantes com e sem licença da prefeitura se amontoam, comercializando gêneros alimentícios e bebidas. A distância entre os dois espaços destacados é de aproximadamente 500 metros.

A falta de serviços por parte da cidade é suprida por barracas improvisadas, que oferecem refeições com preços acessíveis aos romeiros. A Prefeitura providencia uma barraca para distribuir água e mingau de milho para os visitantes (Fig. 82). Muitos trazem alimentos prontos e os dividem entre si nos próprios transportes.



**Fig. 82 – Estrutura, montada pela Prefeitura, para acolhimento dos romeiros**  
Foto: Rita Barreto, out. 2006

Retomando a opinião de Ivan Santana, a falta de educação adequada no município, dentre outras, é uma das causas dos graves problemas pelos quais as tradições locais estão sendo abandonadas, em favor da promoção dos espetáculos

profanos. Ele culpa o sistema educacional do município, que não obriga as escolas a repassarem para os jovens, os valores e costumes tradicionais. A cultura tradicional e popular, como acontece em todo o Brasil é suplantada por um modismo duvidoso, promovido pelo poder público que, por sua vez, não dialoga com a sociedade e não quer manter os nossos valores, afirma Santana.

Não há ainda no currículo escolar, nem como disciplina, nem como tema transversal, um estudo que trate de nossa história, que faça o jovem entender o seu papel nesta comunidade, marcada por uma história que a distingue das demais cidades do sertão. O que impera hoje é o modismo, a sustentação de uma aparência vazia, no qual vale o ter e não o ser. Os jovens, crescidos dentro de uma tradição, não conseguiram assimilar o seu valor. Estão alheios e apáticos ao que chamamos de simbólico, aquilo que nos torna pertencentes a esta comunidade, à nossa identidade local. As duas festas tradicionais, e mais importantes da cidade, Semana Santa e Todos os Santos, não foram ainda potencializadas para reforçar a identidade local. Não se pensa nessas festas como oportunidade para se garantir um fluxo maior de turismo, nem para projetar a cidade, de forma positiva, nos meios de comunicação. Essas duas festas têm perdido muito do seu caráter simbólico, em favor dos modismos, da falta de atenção que poderia ser despendidas às mesmas. Não há uma promoção, a partir do seu caráter religioso. Promove-se o profano e esquece-se daquilo que torna a festa um diferencial, que são os seus ritos, os seus símbolos, o seu caráter religioso mais genuíno, fruto da expressão fé espontânea do povo. Não há uma reestruturação dos espaços da cidade para que comportem os eventos religiosos (SANTANA, abr. 2014).

O arquiteto e urbanista, Timóteo Andrade, monte-santense, que estudou as construções históricas, além de propor uma forma de resgate cultural de Monte Santo, disse que a festa profana supera o sagrado e que o caráter político de autopromoção é marcante nas datas de comemorações.

As atrações musicais famosas passaram a ser marcas da Festa de Todos os Santos. A maior preocupação da Prefeitura é com esse aspecto, pois a intenção é a promoção do espetáculo em seu favor como valorização política. Andrade considera um grande erro do poder público o abandono a que condena as manifestações religiosas, nesse mesmo período.

O olhar para a cultura foi desviado e focado simplesmente na “politicagem” e incentivos políticos. As festas populares, na sua maioria, têm uma característica de sobreposição entre o profano e o sagrado, sendo que ambos devem ser analisados em conjunto.

Não vivemos em um mundo sem política, contudo, ela não pode prejudicar heranças religiosas. Geralmente são as fronteiras do sagrado e profano que ainda estão pouco definidas, que acabam constituindo-se em momentos importantes de sociabilidade, e às vezes, de resistência e contestações,

oferecendo margem às orações, às simpatias, às práticas devocionais, igualmente à diversão, ao lazer e à bebedeira. Entretanto, nesse cenário, quando se fala de Monte Santo, ainda há uma falta de investimento e preparação da cidade para crescimento e disseminação da religiosidade aliada ao crescimento econômico local (ANDRADE, abr. 2014),

O arquiteto afirma que a ideia de festa como símbolo maior da diversão é o que vem predominando em Monte Santo. Os gastos exorbitantes de dinheiro público, não deixam nenhum legado construído e de uso para a sociedade, enquanto um evento cultural e popular de tanta amplitude como a festa de Todos os Santos, deveria ser privilegiado. É um absurdo.

Na maioria das vezes o que se vê é uma cidade despreparada, quanto à infraestrutura, para recebimento do público, estrutura viária, hoteleira e de incentivo turístico. Há uma falta de interesse clara dos governantes quanto a isso (ou um interesse político), uma negação das festividades e manifestações culturais locais, que são variadas. Não há espaços públicos de lazer que ofereçam outras atividades, é como se depois da festa tudo voltasse ao caos e ao sertão. Vejo a festa de Todos os Santos como uma oportunidade de divulgação da cultura e bens imateriais variados que possuímos. Até mesmo os moradores desconhecem a riqueza e diversidade cultural que possuímos. A busca da identidade local é necessária, é preciso que entendamos os valores locais para que seja possível transcender os mesmos. É necessário que a população enxergue e valorize a riqueza cultural. Vivemos num período de perdas e, ao mesmo tempo, de buscas de valores. A fé, a religiosidade, a valorização da cultura e das crenças, é algo necessário para o ser humano (ANDRADE, abr. 2014).

E ainda, tratando das festas, Timóteo Andrade reforça que “é preciso planejamento estratégico, gestão cultural e valorização do que, de fato, seja religiosidade e fé. As festas religiosas movimentam todas as classes de uma cidade” (ANDRADE, abr. 2014).

Para os visitantes, atraídos pelos megaeventos periódicos, não é relevante conhecer de forma profunda o que está sendo comemorado na festa profana. Por isso, não importa viver a experiência das tradições históricas que trazem os rituais religiosos e místicos que no passado envolviam a memória coletiva e os simbolismos materiais e imateriais relacionados ao Santuário propriamente dito, assim como os rituais que compõem as romarias. O poder público preocupa-se então, em apoiar a vertente estética da espetacularização, tendo como fundo a data maior de comemoração e memória cultural local.

## CAPÍTULO 8

### IGREJA E PODER PÚBLICO

A Igreja e o Estado sempre tiveram papéis importantes no crescimento dos territórios. Para entender essa relação, em Monte Santo, se faz necessário uma análise da evolução dos dois protagonistas locais, igreja e prefeitura.

No mundo português, incluindo suas conquistas, como o Brasil<sup>50</sup>, a partir do século XVI, as Constituições dos Bispados e Arcebispados é que determinaram quais e quem fazia as procissões, como, por exemplo, a Ordem 3<sup>a</sup> do Carmo era habilitada para fazer do Enterro de Cristo Morto, a Ordem 3<sup>a</sup> de São Francisco, a procissão de Cinzas, a Ordem 3<sup>a</sup> de São Domingos a do Triunfo da Cruz. Cada igreja paroquial podia fazer suas procissões, mas, pedindo licença, primeiro ao bispo e a partir da sede metropolitana, ao arcebispo. Além disso, no Brasil, a Câmara, até 1828 ficou encarregada de realizar as procissões, chamadas “Del Rey”, regidas pelas Ordenações Filipinas. Eram procissões oficiais e promovidas pelo Senado da Câmara: *Corpus Christi*, São Sebastião, São Felipe e Santiago, Santo Antônio de Arguim, São Francisco Xavier, São João Batista, no século XVIII, foram acrescidas a de Nossa Senhora das Candeias, Santa Isabel e Anjo Custódio, no século XIX. (FLEXOR, 1974, p. 23).

Quando o frei Apolônio de Todi chegou ao solo da serra de Piquaracá, estava impregnado de toda a ideologia tridentina, motivo pelo qual, a primeira atitude que teve foi “plantar” uma cruz no cume do lugar que chamaria Monte Santo. Como o movimento da Reforma Protestante foi alvo do Concílio de Trento, cujo principal combate tinha se voltado contra as imagens da Igreja Católica Apostólica Romana, este, num movimento que passou a ser conhecido como Contrarreforma ou Reforma Católica, reforçou o poder dos santos e suas imagens, transformando-as, não como símbolo, mas como se fossem os verdadeiros santos. Aconselhava aos fiéis que as venerassem, como verdadeiros santos, que os tocassem para se contaminarem pelo sua santidade e que buscassem venerar suas relíquias. Toda a ideologia tridentina teve validade no Brasil até os meados do século XIX, quando, aos poucos, Igreja e

---

<sup>50</sup> Até a criação do Arcebispado da Bahia, o Brasil se guiou pelas Constituições de Lisboa, de 1588. Na Bahia as Constituições próprias só foram promulgadas em 1707.

Estado começaram a se separar, culminando essa separação no início do século XX.

Tanto os jesuítas, que desempenharam papel importante no Concílio de Trento, quanto os capuchinhos, que os substituíram depois de sua expulsão em 1759, eram porta-vozes dessa mesma doutrina que Frei Todi ainda cultivava. Só a chegada dos padres Redentoristas deu início à modificação de atos de fé ou cerimônias religiosas. Apesar disso, o que se verificou em Monte Santo foi a continuação da tradição vinda desde a época dos descobrimentos.

A chegada do padre Francisco Cesar Berenguer no início da década de 1920, para assumir a paróquia da cidade, - como pode ser visto nos Livros de registros, reduziu o poder das Irmandades. Berenguer, liderando a Igreja, obteve, pessoalmente, grande influência e poder político. Foi o responsável pelas reformas, tanto do Santuário, como da Igreja Matriz, assim como preservou as tradições religiosas na cidade como o Natal, a festa do Corpo de Deus e a Semana Santa. Pregava um catolicismo racional, com a ideia de uma fé absoluta, valorizando os rituais, realizados pelos romeiros, no Santuário da Santa Cruz (BARRETO, dez. 2013). Em relação a este tipo de comportamento sacerdotal, Steil (2003, p. 259) conjecturou que “a idealização da religião dos romeiros é utilizada como um antídoto contra os constrangimentos da modernidade e a concorrência religiosa”.

Esse monsenhor promoveu, também, a maior divulgação da festa da véspera de Todos os Santos e fez com que o fluxo de romeiros aumentasse cada vez mais. Criou a Irmandade do Sagrado Coração de Jesus e fundou o hospital da cidade, que hoje leva seu nome. Contudo, mesmo sendo figura de destaque na cidade, o seu envolvimento com a política local, passou a apresentar alguns aspectos negativos.

Leônidas de Santana Marques (2013) no seu estudo, sobre os “fundos de pasto” no município de Monte Santo, afirma que o maior esquema de grilagem<sup>51</sup> da história local, foi feito pelo padre Berenguer.

Este, com todo o seu poder de influência e na condição de autoridade máxima da Igreja Católica, grilou grande porção do município de Monte

---

<sup>51</sup> É a ocupação irregular de terras, a partir de fraude e falsificação de títulos de propriedade. O termo tem origem no antigo artifício de se colocar documentos novos em uma caixa com grilos, fazendo com que os papéis ficassem amarelados (por conta dos dejetos dos insetos) e roídos, conferindo-lhes, assim, aspecto mais antigo, semelhante a um documento original. A grilagem é um dos mais poderosos instrumentos de domínio e concentração fundiária no meio rural brasileiro (BRASIL. INCRA, 2014).

Santo que denominou de Fazenda Pedra D'água. Essa apropriação iniciou-se quando a Igreja recebeu o título das terras da Fazenda Coiqui, com o qual o Padre Berenguer se utilizou para ampliar consideravelmente os seus domínios. O padre, que mesmo falecido ainda hoje é figura bastante respeitada no município, se utilizou do título grilado para vender terras para senhores do município de Euclides da Cunha que, por sua vez, repassaram o título da terra para grileiros de Monte Santo (MARQUES, 2013, p. 80).

Monsenhor Berenguer permaneceu à frente da Paróquia de 1924 até 1969 quando veio a falecer. O padre José Dias Lima assumiu a paróquia ficando até 1980, trabalhando de forma similar à do Padre Berenguer.

No início da década de 1980, chegou a Monte Santo o padre Enoque José de Oliveira para assumir a paróquia. Encontrou o município com problemas, ligados a questões agrárias e à miséria social. Oliveira (1997) classificou a vida religiosa local como ignorante e utilizou a característica supersticiosa das suas práticas, principalmente as do Santuário da Santa Cruz, para promover a Teologia da Libertação.

Em texto publicado na revista Canudos, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), de 1997, o padre Enoque de Oliveira depois de muitos conflitos com o poder público, foi expulso da Igreja Católica, classificou Monte Santo como “santuário da fé e paraíso da grilagem”. Segundo ele, foi enviado para a cidade para solucionar os conflitos de terra que ali predominavam.

A relação entre o pároco e o poder público chegou a um ponto crítico no dia 12 de março de 1984, quando a Câmara de Vereadores aprovou "Moção de Desagravo e Repúdio", contra o vigário de Monte Santo considerando-o "*Persona non grata*" (OLIVEIRA, 1997, p. 5).

O padre Enoque Oliveira, (1997) afirmou que, na Quinta-feira Santa desse ano, foi ameaçado de morte caso acompanhasse a procissão do Senhor Morto, na Sexta-Feira da Paixão. Fez um relato das perseguições feitas às pessoas ligadas aos movimentos sociais da igreja. O mesmo ficou preso por cinco dias na delegacia de Senhor do Bonfim, por ordem do Juiz de Direito de Monte Santo, acusado de desacato à autoridade. Os servidores públicos que se enquadravam nesse perfil eram demitidos. No hospital, os atendimentos médicos eram seletivos, ficando sem atendimento quem participava das comunidades de base, Movimentos de Mulheres, Oposição Sindical e Irmandade da Santa Cruz.

Percebendo que as ameaças e difamações não estavam surtindo efeito o prefeito arma um plano mais ousado, Amparado num alvará expedido pelo juiz Antônio Oliveira Martins, se apropria de dois imóveis da Paroquia com o claro objetivo de tirar os abrigos das multidões que vem a Monte Santo nas Romarias, Missão da Terra e Assembleias. Em resposta a mais um ato de truculência do prefeito, foi preparado dia 10 maio de 1985 uma manifestação de repudio a apropriação dos imóveis tomados. A procissão guerreira percorreu a cidade e os fatos foram denunciados. Como estava marcada uma audiência do juiz com onze pessoas das comunidades, o cortejo para em frente ao Fórum. O juiz não cumpre o trato e num golpe sujo manda-me chamar e de revólver à mão tranca-me na sua sala e sob ameaças dá-me ordem de prisão. Alegando "desacato a autoridade". Fiquei cinco dias no Quartel de Bonfim e fui liberado em Queimadas pelo mesmo juiz sob as seguintes condições: "Não celebrar missa na roça, não falar publicamente, não participar de passeatas, não me ausentar da cidade sem autorização do juiz". Dias depois após a prisão fui chamado a Senhor Bonfim e numa reunião com oito padres presidida pelo bispo, acusaram-me de comunista e estava usando a Igreja, sendo aconselhado a deixar imediatamente a paróquia. Só o vigário de Senhor Bonfim, Pe. Luís não se pronunciou. Entendi o objetivo da reunião e como não tinha como me defender, propus que se instaurasse um inquérito sobre o meu passado, que publicaria o veredicto. O rastreamento foi feito pelo bispo. Não encontraram ligação direta com partido de esquerda e o bispo, farisaicamente, silenciou sobre as investigações (OLIVEIRA, 1997, p. 8).

Nesse período, as romarias sofreram interferências negativas do poder público e as tradições foram ameaçadas. O prefeito Ariston Correia de Andrade comprou inúmeras imagens e criou procissões paralelas, sem conhecimento, nem consentimento do Arcebispo Cardeal D. Avelar Brandão Vilela, obrigando servidores públicos a participarem das mesmas. O padre Enoque Oliveira, nessa ocasião, foi atacado nos autofalantes públicos e difamado, fazendo chegar aos romeiros, que vinham à cidade, sendo acusado de pessoa sem fé.

As filmagens da minissérie, "O pagador de promessas", da Rede Globo de Televisão, em Monte Santo, foi a oportunidade que a Igreja teve de aplicar o "golpe mortal", enfatizou Oliveira:

Dias Gomes manteve contato conosco. Foi a Monte Santo, ouviu durante 3 horas uma assembleia de camponeses, percebeu a força libertária do trabalho e escolheu Monte Santo para mostrar ao Brasil a questão central do campo: a terra, e dentro dela, o conflito: latifúndio-posseiro e seus desdobramentos. O misticismo que ele viu foi o relato dramático, recheado de violência contra os camponeses, mas que não dobrou sua altivez. Ouviu a novidade da região: a velha ordem coronelística de que sempre vence o poderoso, ali fora quebrada.

.....

[...] Para evitar que minha presença criasse dificuldades às filmagens, foi combinado que eu ficaria dois meses fora do município e retomaria para uma grande procissão final. No dia que viajo para São Paulo recebo por

telefone uma comunicação de afastamento. O bispo foi taxativo: "não volte mais para a paróquia" (OLIVEIRA, 1997, p. 12 -14).

Após esse episódio, segundo esse autor (OLIVEIRA, 1997, p. 18), o jornal A Tarde, de 25 de março de 1989, afirmou que Monte Santo agora estava livre das intrigas e rixas políticas que tumultuavam as romarias; que as multidões poderiam subir o Santuário da Santa Cruz em paz e em harmonia para pagar suas promessas. Constatava-se uma aliança entre os poderes políticos, da igreja e do jornal A Tarde, - o jornal de maior circulação no Estado e que tinha poder sobre a população das cidades do Sertão -, para atingir a imagem e o trabalho feito pelo padre Enoque Oliveira. "O poder político conseguiu colocar o povo sertanejo novamente no curral, torná-lo silencioso" (OLIVEIRA, 1997, p. 19).

A filmagem do documentário "Monte Santo, o caminho da Santa Cruz", feito pela TV Educativa da Bahia, sob a direção de José Umberto Dias, exibido em junho de 1997, trazia a proposta de aprofundar os acontecimentos que apareciam nos noticiários, na ocasião da Semana Santa. Mostrava a representação popular da Paixão de Cristo, com a realização das procissões dos peregrinos do sertão baiano, até o Alto da Divina Santa Cruz. No documentário, depoimentos e entrevistas são substituídos por imagens e cantorias, a expressão mais fiel desta manifestação (MONTE SANTO, o caminho da Santa Cruz, 1997). Ao ver de Oliveira, a devoção mais simplória de Monte Santo é apresentada nesse documentário, se distanciando da realidade existente. A devoção supera a opressão, os cantos afastam o sofrimento e o Monte Santo apresenta o seu misticismo puro, sem rebeldia, sem organização social e sem justiça (OLIVEIRA, 1997, p. 20).

## **IGREJA E IRMANDADE NA ATUALIDADE**

A paróquia local, desde a saída do padre Enoque Oliveira, em 1988, até os dias de hoje, é administrada por missionários do Instituto da Consolata para Missões Estrangeiras. Em 1989, três padres, de descendência italiana, espanhola e colombiana e três freiras brasileiras, chegaram a Monte Santo com a missão de evangelizar a comunidade.

A construção de capelas em alguns povoados foi uma das realizações desses padres. As freiras introduziram, na comunidade, as ações da pastoral da criança,

direcionadas a problemas como a desnutrição. A casa paroquial, localizada ao lado da Matriz, acolheu os padres, enquanto as freiras passaram a residir na antiga casa das irmandades, na Avenida Euclides da Cunha. Os padres atuais continuam ligados ao Instituto Consolata, porém não contam com o auxílio de freiras que encerraram suas atividades no ano de 2012. A paróquia conta com cerca de 140 locais distribuídos no território do município e são assistidas pelos padres Vidal Moratelli, Olivaldo Lima e Stanley Muriuki.

A Igreja em Monte Santo, como instituição, se encontra acéfala e cheia de conflitos. Os componentes da Irmandade do Santíssimo Sacramento e Santa Cruz acusam o pároco Stanley Muriuki, e os outros dois padres auxiliares, de não levarem em consideração as tradições desse pedaço do sertão e de não se importarem com a expressiva diminuição da fé da população local apresentando uma mudança da maneira de lidar com o sagrado, retirando a familiaridade que a população tem com os santos e mesmo em Deus.

Membros da Irmandade se posicionaram frente aos problemas pelos quais a Igreja local, como instituição, vem passando. Roberto Carlos de Jesus, que já foi provedor da Irmandade do Santíssimo Sacramento e Santa Cruz há dez anos, fala da importância das irmandades para a cidade.

A população, no passado, era ativa nos assuntos religiosos principalmente na conservação do Santuário da Santa Cruz. A igreja, no passado, era atuante quando os representantes tomavam para si a responsabilidade. Hoje, temos padres dispersos, sem envolvimento, quando nós, fiéis, temos que nos consolar tão somente com a nossa fé. Isso é estimulado pela fé dos nossos antepassados, quando a tradição desde frei Apolônio era muito forte. O Santuário não é valorizado e está abandonado pela comunidade. Nós, da irmandade, há oito anos conseguimos, junto à Prefeitura, alguns guardas para zelar pelo Santuário, fazendo com que as imagens, - que estavam trancadas em um quarto na igreja matriz, que sofreram o atentado que em 2003 -, pudessem voltar para as suas capelas (JESUS, fev. 2014).

O ex-provedor, ainda, acusou a Igreja de não repassar recursos para a Irmandade, razão pela qual a manutenção do Santuário se faz com a ajuda de alguns fiéis, que doam materiais e mão de obra. “Todo o dinheiro, que é arrecadado no Santuário, é enviado para a paróquia, que não presta contas e não repassa nada para a Irmandade” (JESUS, fev. 2014). Apontou a omissão do IPHAN, que só se manifesta a cada dez ou quinze anos, quando a mídia expõe o abandono do

Santuário e complementa: “assim, nós estamos trabalhando, tirando o gado que invade o caminho, ajeitando as pedras que caem, consertando uma porta e fazendo outros serviços” (JESUS, fev. 2014). Alerta para o fato de que o Santuário está sendo utilizado como local de encontro de usuários de droga e ponto de prostituição. Fala, ainda, que os fatos são comunicados à paróquia e à Prefeitura, mas que nenhuma atitude é tomada.

O atual provedor da Irmandade, Miguel de Santana Primo, que há quase 50 anos faz parte da Irmandade, - e que está no seu segundo mandato -, se diz decepcionado e triste com a realidade que vivencia em Monte Santo. “Vivemos de esmolas, pedindo a um e a outro dinheiro para pagar um conserto de uma porta ou fazer outro reparo no Santuário”. Segundo ele, alguns irmãos se responsabilizam por cuidar de algumas capelas, mas critica alguns membros mais jovens, que só colaboram com a irmandade no período da Semana Santa, para transportar as imagens nas procissões. Segundo afirma, “eles brigam pelo espaço nessa época só para sair na televisão que vem filmar a Páscoa aqui”.

O provedor se refere às diferentes redes de televisão, que vêm a Monte Santo fazer a cobertura do evento. Vale ressaltar que nas comemorações da Páscoa, de 2014, nenhuma emissora de televisão ou repórter de jornal esteve na cidade para cobrir essa tradição religiosa. Afirma ainda que, no Domingo de Páscoa, quando as imagens retornam para o Santuário, nenhum desses jovens irmãos compareceu para ajudar no seu transporte (PRIMO, abr. 2014).

Em função dos depoimentos, verifica-se que não está ocorrendo uma renovação entre os irmãos, da Irmandade do Santíssimo Sacramento e Santa Cruz, e que o envolvimento daqueles que querem integrá-la demonstra mais um certo exibicionismo do que uma fé efetiva.

O provedor, Miguel de Santana Primo, se mostra preocupado com o futuro do Santuário. Aponta a imagem de Nossa Senhora da Soledade, que está sendo atacada por cupins, ressaltando que um grande buraco está se expandindo na cabeça da imagem. Novamente culpa a ação dos padres, que afirmam terem encaminhado um ofício da irmandade no ano de 2012, solicitando providências, ao IPHAN, mas que essa instituição afirma que nunca recebeu o documento (PRIMO, abr. 2014).

A Igreja Matriz permanece fechada, durante o dia, e só é aberta as quintas-feiras à noite, sextas-feiras, pela manhã, e domingos, pela manhã e à noite. Segundo o ex-provedor, essa é uma das causas negativas quanto à manutenção da religiosidade local. Por outro lado, também, “todos os dias surgem visitantes em Monte Santo, e não encontram a igreja aberta para fazerem suas orações”. Alguns outros fatos marcaram negativamente o catolicismo local e que, ao mesmo tempo, enfraqueceram o poder da Igreja e a fé das pessoas. De um lado, foi o radicalismo do padre Enoque Oliveira, e posteriormente alguns casos considerados indecentes praticados pelos padres da Consolata<sup>52</sup> (JESUS, fev. 2014).

O edifício da Igreja Matriz, e sua decoração estão completamente degradados. As pinturas antigas das paredes<sup>53</sup> foram cobertas com tinta, na década de 1980 sem que os padres responsáveis considerassem “a beleza e arte do passado”, comenta Miguel de Santana Primo. “Os zeladores da capela do Senhor dos Passos e da capela de Nossa Senhora das Dores já estão velhos e daqui a alguns anos não poderão mais cuidar” delas. Essa é uma das preocupações do provedor da Irmandade do Sagrado Coração de Jesus e Santa Cruz, afirmando que, em razão do declínio da participação dos irmãos nas obras e ações, fará com que não tenha substitutos no futuro (PRIMO, abr. 2014).

Com o recuo das ações dos fiéis da Igreja Católica, o elemento profano avança cada vez mais em Monte Santo, afirmam os membros da irmandade. “Na Sexta-feira da Paixão as normas adequadas são desobedecidas, há total falta de respeito. Os jovens, por exemplo, sobem para o Santuário com litros de bebidas e com músicas nos celulares e ficam dançando, no alto, aguardando as festas da noite ou do dia seguinte” disse Roberto Carlos de Jesus (fev. 2014). E continua informando que a cidade precisa de bons representantes na paróquia. “Monte Santo tem três padres e são os fiéis que vão chamar os padres na casa paroquial para abrir a igreja nos dias de missa. Isso é um absurdo!”, exclama (JESUS, fev. 2014).

Continuando o depoimento comenta, ainda, sobre a desconsideração que os padres têm em relação às tradições locais. “Eles não querem mais participar das

---

<sup>52</sup> Roberto Carlos de Jesus afirma que, esses comportamentos, fizeram com que muitos fiéis se afastassem da Igreja e procurassem outras religiões.

<sup>53</sup> De acordo com o Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados do IPHAN, as pinturas de linguagem popular da Igreja Matriz tem data provável do século XX, com visão realista de figurativismo interpretado, tendo tendência ao modernismo (IPHAN, 1995, p. 4).

procissões, condenam a adoração aos santos, às velas acesas e tudo que fazia parte do passado. Para o povo, a fé, que ainda lhe resta, é que o leva à Igreja” (JESUS, fev. 2014).

Para esses dois representantes da Irmandade tudo irá mudar quando os padres Redentoristas<sup>54</sup> que, como eles mesmos afirmam, “revolucionam por onde passam” -, assumirem a paróquia local. Contudo, a falta de união entre os religiosos, enfraquece o movimento em prol da religiosidade e, ao mesmo tempo, fortalece a predominância da postura indiferente dos atuais padres da cidade.

Entretanto, os moradores não acreditam na influência, tanto da Irmandade, quanto da Igreja. Eduardo Araújo, professor do ensino fundamental de Monte Santo, afirma que, no passado sim, eles eram fundamentais na comunidade, mas hoje nem se percebe as suas práticas. Ainda, segundo o professor, somente nos anos 1980 é que a “igreja mostrou sua cara”, com a revolução promovida pelo padre Enoque de Oliveira, porém, “quanto mais se avança no tempo, mais essa religiosidade se perde. Os jovens, por exemplo, sentem mais atração por outras práticas sociais do que aderir às práticas herméticas da Igreja Católica”, conclui (ARAÚJO, mar. 2014).

Os interesses marcam a relação de indiferença da Igreja com o poder público, como afirma Ivan Santana.

A igreja tem sido conivente de todas as ações do poder público, pois não há por parte desta, um posicionamento que cobre dos representantes políticos ações mais concretas voltadas para o bem-estar da população. O poder da igreja está sucumbido, tornou-se alheio, indiferente, contrariando a teologia da libertação, tanto defendidas em décadas passadas pelo padre Enoque Oliveira, que não abria mão de suas convicções em detrimento do poder público que na época oprimia, enganava de forma vergonhosa a população. (SANTANA, abr. 2014).

Quanto à atuação do IPHAN, no mês de fevereiro de 2014, aconteceu a sua primeira e única reunião, na história local, com a comunidade, convocada por esse instituto. Na ocasião, participaram da reunião, secretários municipais, artistas, diretores e professores de instituições de ensino, as ONG e proprietários de hotéis, dentre outros.

---

<sup>54</sup> De acordo com a Irmandade do Sagrado Coração de Jesus e Santa Cruz, os Redentoristas - especialistas em cidades santuários -, mantem contato com a Diocese de Senhor do Bonfim, com interesse em administrar o Santuário da Santa Cruz como fazem em Bom Jesus da Lapa.

A representante da equipe, Maria Adinolf, se pronunciou apresentando um projeto, que seria realizado por uma equipe de Minas Gerais, contratada para fazer o levantamento preliminar do Patrimônio Imaterial, do Inventário Nacional de Referências Culturais do Sertão Baiano, que envolve os municípios de Euclides da Cunha, Monte Santo e Canudos. Salientou que a educação patrimonial é o que está faltando em Monte Santo. Contudo, reconheceu que o IPHAN tem sido omissivo em relação às questões culturais do município e que é necessário uma aproximação da entidade com a comunidade para preservar o patrimônio. Atribuiu os diversos problemas existentes, por conta do número insuficiente de profissionais do IPHAN, para atender a todos os projetos e ações que envolvem a entidade.

Os participantes questionaram os representantes do IPHAN, perguntando se, a partir de então, reconheciam que estiveram distantes do município. Questionaram ainda a representante, perguntando se ela acreditava que poderia mudar a relação entre o IPHAN e Monte Santo, ou se aquela seria a primeira e última aproximação, por conta da pesquisa encomendada, pois se verifica muita burocracia nas ações efetivas da instituição.

Por outro lado, os próprios moradores, interessados no resgate das tradições mesmo para explorá-las para o turismo, demonstram sua insatisfação. Para Ivan Santana, a Igreja tem, teve e teria um papel muito importante na preservação e manutenção das tradições religiosas. São impressões de uma testemunha que sempre esteve envolvido com a cultura local,

o que se vê, são padres estrangeiros que passam pequenas temporadas aqui, sem buscar entender a importância dessas tradições para a comunidade, e assim as realizam de qualquer forma, sem um compromisso efetivo para com a sua manutenção, buscando um diálogo com a comunidade sobre a forma e a dinâmica, como e por que essas tradições acontecem. Ao longo dos anos a igreja esteve alheia às suas próprias tradições, tanto no que tange à sua manutenção, quanto no que diz respeito à sua renovação. As imagens queimadas e quebradas em 2003 mostrou uma ruptura da forte ligação que havia entre a comunidade e a religiosidade ligada ao catolicismo.

A tradição do mês de maio, legado deixado pelo padre Berenguer, praticamente acabou. O natal tornou-se uma festa fria, distanciada da população. A cidade para nesse dia. Os que podem se trancam em suas casas para ceiar, e os que não podem, não saem de casa, pois o poder público não oferece nenhuma atividade cultural para a população nessa ocasião. A única atividade é a apresentação do espetáculo de Natal, realizado pelo meu grupo “Noite de Reis” (SANTANA, abr. 2014),

O ex-padre Sandro do Carmo Ferreira, se referiu, também, aos problemas que a Igreja enfrenta com o enfraquecimento das tradições religiosas.

No passado via-se uma Igreja mais atuante e motivadora em relação às tradições religiosas, com as procissões da Semana Santa, o mês de maio dedicado à Maria. Formavam-se uma aglomeração de fiéis participantes e ajudantes das festividades. Nos dias atuais não vemos tanto interesse e motivação por parte dos líderes da Igreja e também dos fiéis para expressar e praticar as tradições religiosas com eram feitas no passado. Com isso, vai-se perdendo gradativamente as tradições religiosas da Igreja, que é de suma importância para o catolicismo. Alguns tempos atrás existiam várias pastorais em nossa Igreja. Cada pastoral exercia sua função na Igreja e na sociedade em geral. As irmandades tinham como função cuidar das imagens do Santuário, organizar as procissões, recolher as ofertas do Santuário, rezar as novenas (reza do terço) com os fiéis devotos, testemunhar a fé e devoção no cotidiano. Hoje, não existem várias irmandades e, a que restou se enfraqueceu principalmente por que muitas pessoas se mudaram para outras cidades em busca de trabalhos, estudos e outras oportunidades. No entanto, foram diminuindo o número de irmãos participantes, chegando a tal ponto de ter somente uma única irmandade que é responsável pelas funções que citei (FERREIRA, abr. 2014).

## **PODER PÚBLICO E A CIDADE**

Monte Santo é um município pobre, com fontes de renda escassas. A agricultura é basicamente de subsistência e os empregos formais estão associados ao comércio e a Prefeitura. A comunidade e o poder público ainda não encontraram, por exemplo, no incentivo às romarias, uma alternativa para se concretizar o sonho do progresso e crescimento com um retorno de recursos para a população.

A paisagem cultural da cidade está associada, segundo a proposta do Plano Diretor do executivo municipal, ao Santuário da Santa Cruz, aos prédios históricos e ao Museu do Sertão, devendo possuir diretrizes sistemáticas para atração de investimentos em infraestrutura e serviços turísticos, por parte do governo local.

Em princípio, pensa-se que os visitantes devem procurar a cidade, por obrigação religiosa, mas também para dar um passeio complementar atraente, que prolongue suas permanências na cidade. Esse é o desejo que é transmitido pela comunidade, com a ideia, também de criação de outras datas de festejos alternativos na cidade como o São João, para que os religiosos e turistas possam participar. Nas propostas elaboradas pelo legislativo local, estão expostas, claramente, as intenções aqui apresentadas.

No ano de 2005, o Ministério das Cidades lançou a Campanha Nacional do Plano Diretor Participativo, prevendo a elaboração de plano diretor por todas as cidades, com mais de 20 mil habitantes. A intenção era regular a função social da propriedade urbana.

A Constituição Federal de 1988 exigiu uma lei complementar - o Estatuto da Cidade - que foi aprovada apenas 13 anos depois. A Constituição e o próprio Estatuto exigiram ainda que a função social da propriedade e outros preceitos se subordinassem ao Plano Diretor municipal. A maior parte dos PDs municipais, por sua vez, está remetendo os instrumentos que regulam a função social da propriedade para lei municipal complementar. Muitos municípios brasileiros ainda não têm aprovadas essas leis complementares e muitos elaboraram PDs genéricos, cheio de boas intenções, mas sem efetividade. (CARVALHO; ROSSBACH, 2010, p. 22).

Para Villaça (2005), na legislação brasileira existe uma série de determinações que simplesmente obrigam a uma grande variedade de planejamento urbano, não levando em consideração as realidades encontradas em cada município.

A facilidade e mesmo irresponsabilidade com que é exigida a elaboração de planos, muito contribui para sua desmoralização e da própria lei, pois frequentemente a prática acaba por revelar que a lei não é para valer. Apesar disso, essa exigência permanece, já que preenche uma função ideológica e, no fundo, não é mesmo para valer. Exemplo disso é a própria Constituição. Passados já mais de 16 anos de sua promulgação, a maioria das cidades brasileiras com mais de 20.000 habitantes ou continua sem planos diretores ou, quando os têm aprovados por lei, os mantém apenas guardados nas gavetas das prefeituras (VILLAÇA, 2005, p.20).

As principais propostas do Plano Diretor (2006a, p. 15), para Monte Santo, são apresentadas, visando, - como acontece com todos os outros municípios -, a participação da comunidade, nas audiências públicas, valorizando os recursos humanos locais e promovendo o estímulo aos exercícios da cidadania, do acesso à educação e à informação.

A análise do Plano Diretor de Monte Santo, feita por intermédio da Rede Nacional de Avaliação e Capacitação, para Implementação dos Planos Diretores Participativos na Bahia, diz o seguinte:

A Lei do Plano Diretor foi aprovada em 27 de novembro de 2006 e seus conteúdos são bastante sintéticos. A abrangência municipal determinada pelo Estatuto da Cidade é abordada genericamente, não destacando as porções rurais do território municipal que são majoritárias. A Lei reproduz alguns dos princípios do Estatuto da Cidade, utiliza alguns instrumentos da Política Urbana, porém não traz abordagem direta ao mesmo no seu corpo, apresentando conteúdo superficial, não tratando das demandas municipais de forma direta e mais próxima da realidade local (ARRUDA, 2011, p. 2).

No Relatório de andamento do Plano Diretor de Monte Santo, a importância e impacto que o mesmo tem para a comunidade obedecem às normas do Ministério das Cidades e é destacada:

O Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão municipal. A política de desenvolvimento tem como objetivo, ordenar as funções sociais do município e garantir o bem estar de seus habitantes. Assim, o Plano Diretor deve conter um conjunto de diretrizes que irão nortear a administração dos fatos e das coisas que constituem o cotidiano de um município (MONTE SANTO, 2006a, p. 3).

O Plano Diretor de Monte Santo teve a participação ativa da comunidade, nas discussões, realizadas em duas audiências públicas, um seminário, e várias reuniões e encontros regionais, realizadas na sede do município e nos principais povoados como Pedra Vermelha, Lagoa das Pedras, Lagoa do Meio, Lagoa de Cima, Alto Alegre e Saco Fundo, envolvendo uma média de cem participantes por dia conforme mostram os Relatórios de andamento (MONTE SANTO, 2006a) (Fig.83). Em 2002 - período que se iniciaram as discussões sobre o Plano Diretor -, as participações nas discussões foram feitas pela sociedade civil, representada pelos sindicatos e associações, Igreja, poder legislativo e judiciário, além de representantes da Prefeitura e da comunidade como um todo. O plano só foi aprovado quatro anos depois e as resoluções discutidas ainda não foram implementadas até o presente.



**Fig. 83 - Audiências públicas, seminários e reuniões de discussão do Plano Diretor Municipal**

Fotos: Prefeitura de Monte Santo, 2002.

O Relatório final, do Plano Diretor de Monte Santo (2006c, p. 44), traz estratégias para a exploração do potencial turístico da cidade, como meio para a dinamização da vida econômica e social local. Projeta a requalificação do espaço urbano, baseada em diretrizes gerais de preservação e revitalização de seu patrimônio arquitetônico e urbanístico.

As diretrizes para o desenvolvimento das potencialidades dos Setores Urbanos são as seguintes: Delimitar o centro de atividades comerciais e serviços diversificados e do centro de atividades religiosas. Este setor da cidade deverá ser bem definido, com a área de comércio distinta dos espaços de vivência para o Turismo Religioso.

Controlar a ocupação nas proximidades da Serra do Piquaraçá.

Conservação das características residenciais das áreas de expansão até os limites da zona urbana, aplicando um padrão urbanístico.

Criar uma estrutura para recepção dos romeiros e oferta de espaços de vivência para o Turismo Religioso (MONTE SANTO, 2006c, p. 44).

Ainda no Relatório final do Plano Diretor (MONTE SANTO. 2006c, p. 17) fica claro que a atividade turística é um potencial local e não deve ser vista como uma aglomeração de visitantes ou consumidores, mas, como um sistema localmente articulado, para criação de formas para possibilitar a prosperidade e bem-estar regional. Porém, a necessidade de planejamento é destacada no Plano Diretor por conta da carência de serviços e infraestrutura da cidade.

O Relatório do Plano Estratégico do Plano Diretor (MONTE SANTO. 2006b, p. 60), apresenta as seguintes estratégias, associadas às possibilidades do município de Monte Santo:

- a. Incorporação de técnicas de organização que visem uma melhor recepção e permanência do turista no local;
- b. divulgação do calendário das atividades religiosas e atrações, procurando assim, garantir uma oferta anual de oportunidades e um fluxo regular de visitação;
- c. resgate de valores culturais, por meio de estímulo ao artesanato, criação de centros culturais, parques temáticos, dentre outras atrações que envolvam o visitante.

A partir da realidade diagnosticada, o Relatório do Plano Estratégico do Plano Diretor (2006b, p.2) apresentou prioridades para Monte Santo. Estratégias e propostas para o desenvolvimento socioeconômico, sustentabilidade e melhoria da qualidade de vida da população deverão ser implementadas imediatamente, com o objetivo de tornar o município uma referência no que diz respeito à exploração de suas potencialidades.

O potencial existe, foi discutido, avaliado e transformado em prioridade, por meio da Lei do Plano Diretor, aprovada pela Câmara de Vereadores, em 5 de outubro de 2006 (MONTE SANTO, 2006). Conforme o Relatório de andamento (MONTE SANTO, 2006a), as audiências públicas mostraram que todos acreditavam que o Plano Diretor poderia ser um instrumento que melhoraria a cidade. Entretanto, até o momento, 2014, nada que está na Lei foi colocado em prática.

Algumas intervenções, contidas no Relatório do Plano Diretor (2006a, p. 39), se destacam, como as elencadas abaixo:

a. promoção de políticas de atração de indústrias, buscando setores que sejam mais adequados às condições naturais e sociais, como a produção mineral e o aproveitamento de couro, sisal, cerâmica, palha e cipó dentre outros. As ações necessárias são as seguintes:

- concentrar esforços nos setores produtivos, que promovam a geração de emprego e renda;
- estimular a produção de matérias-primas locais, com logística favorável no mercado interno;

- incentivar a mineração e transformação competitiva e ambientalmente sustentável de granitos existentes na região;

- estimular o treinamento da mão-de-obra de baixa qualificação, com a promoção de cursos profissionalizantes;

- preparar, gradualmente, a população para atuar em setores de maior valor agregado e

- ordenar e disponibilizar locais para implantação de indústrias, bem como de infraestruturas.

b. Investir na atratividade física do Município, com as seguintes ações:

- melhorar e investir em infraestruturas de caráter cultural: teatros, museus, áreas de lazer, bibliotecas e arquivo público, dentre outros;

- elaborar política agressiva de *marketing* institucional do Município de forma a evidenciar as suas vantagens competitivas atuais.

c. Manter e preservar o meio ambiente, a partir das seguintes ações:

- criar meios para garantir que todas as futuras urbanizações respeitem e se harmonizem com o meio ambiente natural;

- arborizar os espaços públicos, reduzindo o impacto das altas temperaturas em diversas áreas da cidade;

- estimular a reciclagem do lixo e buscar a criação do aterro sanitário;

- buscar soluções para o saneamento básico do Município;

- estimular o plantio de árvores típicas do semi-árido

d. Promover o desenvolvimento para todos os segmentos da sociedade, com as seguintes ações:

- incentivar a educação na zona rural e periferia urbana;

- estimular investimentos privados no Município;

- descentralizar, geograficamente, o atendimento básico de saúde, criando postos de saúde nos povoados e periferia urbana;

- criar um ambiente seguro para moradores e visitantes;

- aumentar oferta de moradia para população de baixa renda.

- incentivar e investir no esporte como forma de inserção social;

e. Aproveitar o potencial do turismo religioso e cultural, promovendo as seguintes ações:

- preparar infra-estrutura, física e pessoal, para recepção dos turistas;

- implantar sistema municipal de informações turísticas;

- incentivar a pesquisa e a guarda de fósseis no território municipal;

- divulgar atrações turísticas em conjunto com outros municípios do sertão baiano.

O Relatório final do Plano Diretor (2006c, p. 42), ainda, considerava as seguintes diretrizes locais na definição da estruturação urbana da cidade:

- disponibilidade adequada de uma rede de infra-estruturas;

- preservação das arquiteturas históricas;

- oferta cultural e de lazer;

- gestão do crescimento urbano, apoiada na urbanização compacta, com eliminação dos vazios urbanos, para obtenção da boa escala da cidade.

Em se tratando de instrumentos, para o reordenamento da cidade de Monte Santo, o Relatório final do Plano (2006c, p. 44) apresentou as seguintes propostas:

a. programa de implantação dos centros de turismo e lazer. O projeto deverá reservar áreas para os programas de ação cultural, turístico e social;

b. programa de melhorias no sistema viário, e de circulação, como melhoramento campo de pouso/aeroporto; soluções para os problemas de estacionamento, pontos de táxi, moto taxi;

c. estruturação do comércio formal e informal; melhoria na qualidade dos passeios, edifícios e espaços públicos;

d. criação de uma área de proteção do patrimônio arquitetônico, cultural e paisagístico;

e. programa de ordenamento territorial, com implantação de projetos de intervenção em áreas que apresentam pontos críticos na infraestrutura;

f. programas de melhoria na relação áreas verdes/habitante, com implantação/ampliação de projetos de arborização urbana;

g. programas de recuperação ambiental, com implantação de projetos para o sistema de coleta, tratamento e destino final do lixo; projeto para instalação de um novo cemitério.

As diretrizes para o desenvolvimento das potencialidades dos setores urbanos são as seguintes:

- a delimitação do centro de atividades comerciais, serviços diversificados e do centro de atividades religiosas. Esse setor da cidade deverá ser bem definido, com a área de comércio distinta dos espaços de vivência para o turismo religioso.
- a ocupação nas proximidades da Serra do Piquaraçá deverá ser controlada;
- as áreas de expansão, até os limites da zona urbana, devem conservar as características residenciais, porém, deverá ser aplicado um padrão urbanístico;
- estrutura para recepção dos romeiros e oferta de espaços de vivência para o turismo religioso;

Verifica-se, nas propostas do Plano Diretor da cidade, a intenção ou a tentativa de reorganizar, modernizar, reordenar, reconfigurar, enfim, fazer da cidade uma opção real de geração de renda, com atrativos turísticos fortes, comércio organizado e implantação de uma logística de desenvolvimento ambiciosa, incluindo indústria, que poderia trazer bons resultados em longo prazo.

Só que a “modernização se desconfigurou”. Longe de colocar em execução e fortalecer o que está proposto no Plano Diretor, se passou a imitar os eventos, - de grandes espetáculos de caráter cultural discutível -, tanto de Salvador, quanto de outros municípios baianos e brasileiros, descaracterizando e homogeneizando, culturalmente, cada um e todos ao mesmo tempo. Monte Santo não fez diferente e, pior, se juntou e se sobrepôs às festas religiosas tradicionais. Os gastos promovidos, na espetacularização dos festejos, tradicionalmente religiosos, são exorbitantes se forem consideradas as diversas carências do município.

Artistas reconhecidos nacionalmente são contratados para animar a noite da Festa de Todos os Santos (Fig. 84) <sup>55</sup>. As despesas realizadas, em alguns anos com festas (Tabela 4), chamam a atenção pelos custos exorbitantes. Os dados foram extraídos dos gastos da Prefeitura, publicados no Diário Oficial dos Municípios da Bahia (DOMB. 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013). Os dados apresentados refletem bem as preferências de investimentos e gastos públicos, totalmente

---

<sup>55</sup> Vitor e Leo, Zezé de Camargo e Luciano, Fagner, Daniel e Aviões do Forró, são alguns dos artistas e grupos que se apresentaram na Festa de Todos os Santos.

distantes do que pregam os instrumentos de planejamento municipais, inclusive aprovados, e acima dispostos.



Fig. 84 – Artistas nacionais que se apresentaram em Monte Santo de 2008 a 2013

Fotos: montesanto. Net

TABELA 4 - Gastos realizados com festas profanas

ANO	GASTOS (R\$)
2008	344.600,00
2009	587.600,00
2010	946.700,00
2011	1.003.000,00
2012	547.000,00
2013	434.000,00
TOTAL	3.862.900,00

Fonte: DOMB - Diário Oficial dos Municípios da Bahia (2008- 2013)

Em todos esses anos, foram identificados no Diário Oficial dos Municípios da Bahia, Decretos declarando “situação de emergência e de estado de calamidade”, aprovados e publicados pelo executivo, por conta da forte seca, que atingia o município de Monte Santo.

Essas festas são classificadas, por Santana, como a oferta de pão e circo à população, por parte do poder público local.

As festas, realizadas na cidade, - que acontecem como uma proposta de festa-espetáculo -, é a reprodução dos costumes romanos do pão e circo. Não há na programação desses eventos uma preocupação com a inserção dos valores locais, algo mais cultural, que seja condizente com a história e cultura do lugar. São festas de custos altíssimos que contrastam com a pobreza e miséria da população. Poucos benefícios são revertidos para a comunidade. Montam-se camarotes enormes com o dinheiro público, para separar a população mais carente daqueles que chamamos de representantes do povo, ou da elite dominante. Essas festas têm apenas um objetivo, a autopromoção daqueles que estão no poder. Afinal de contas, o povo não elege político que não lhes oferta a cultura do circo (SANTANA, abr. 2014).

O Legislativo, ou Câmara de Vereadores, pouco se envolve com as questões culturais do Município. Os projetos de lei, normalmente, são elaborados na sua maioria pelo executivo e levados à votação na Câmara de Vereadores. Em entrevista, o vereador Gilson Lopes Pinto, que cumpre seu quarto mandato, e foi presidente da Câmara por duas vezes, diz que é triste ver a história e a cultura de Monte Santo se perdendo (PINTO, abr. 2014).

As tradições religiosas estão se acabando, a Igreja está distante de tudo e de todos, o turismo religioso perde a oportunidade de se consolidar, afirma o vereador. Ele afirma que, nos últimos vinte anos, a cidade passou por uma transformação em relação ao comportamento dos fiéis, principalmente com outras religiões, que atraem aqueles insatisfeitos com as pregações da Igreja Católica. Os eventos, promovidos pela Igreja, sempre foram esperados com entusiasmo pelos católicos (PINTO, abr. 2014).

A Igreja tem mantido distância das questões políticas em nosso Município. Quando exerci o mandato de presidente da Câmara Municipal, busquei estreitar esses laços, visando uma parceria com as ações que a Igreja tem realizado, tanto no âmbito social, bem como com ideias para a melhoria do nosso Município, mas não houve o retorno esperado. Tenho questionado constantemente, tanto na Câmara, como junto ao Poder Executivo, e com outros segmentos, que temos aqui uma indústria adormecida, que se chama o turismo, tanto o religioso, bem como o cultural. Nossa história é linda, haja vista termos livros lançados, documentários e filmes espalhados pelo mundo. E, nós não acordamos para impulsionarmos esse segmento. Precisamos de ações urgentes, do contrário continuaremos a perder espaço para outras cidades que estão bem à frente de nós, tanto na estrutura física, - pousadas, hotéis, restaurantes -, como no acolhimento do turista normal, do romeiro (PINTO, abr. 2014).

O distanciamento existente entre Igreja, Prefeitura e Câmara de Vereadores, colabora para que as festividades religiosas venham, a cada ano declinando, ressalta o vereador. A falta de estrutura da cidade é vista pelo legislador com um dos pontos cruciais para o bem estar do visitante. “até hoje considero um absurdo ver romeiros comprar banho, água para beber e muitos descansarem nas calçadas. Tudo isso gera desinteresse para ele retornar” (PINTO, abr. 2014).

Os investimentos nas festas profanas não são recentes. Foram iniciados no final da década de 1980, na administração do prefeito Ariston Correia de Andrade. Pinto (2014) diz que Ariston Andrade, “em litígio<sup>56</sup> com a Igreja, massificou o investimento, - que considero errôneo -, no profano, como forma de atrair público para esses eventos”.

O vereador afirma ainda que, desde então, as festas de Monte Santo servem para o povo ver verdadeiras caravanas de políticos se exibindo, acompanhando as procissões, nos palanques e camarotes, mas, no dia-a-dia, aqueles não fazem nada

---

<sup>56</sup> O prefeito Ariston Correia de Andrade promovia as festas profanas para distanciar os fiéis da Igreja Católica.

para engradecer esses eventos tradicionais. Afirma, também, que os espaços da cidade não são adequados à sua função. “Estamos perdendo a identidade religiosa, sem nenhuma preocupação de dotar a cidade de espaços para eventos, voltada para os festejos e também para um melhor acolhimento ao romeiro e turista” (PINTO, abr. 2014).

Quanto aos gastos, realizados pelo poder público nos últimos anos, o vereador se coloca contra eles, não concorda e sempre combateu esses atos na Câmara.

Sou totalmente contrário a esses gastos. Considero essencial manter as tradições, mas que sejam realizados com a participação da iniciativa privada. Na situação em que se encontra nosso Município, temos que direcionar os recursos para a melhoria de vida das pessoas. Considero uma falha grotesca, dos órgãos fiscalizadores, deixarem impunes gestores que cometem tais gastos, - em momentos tão cruciais para uma região que passa por dificuldades -, como a nossa (PINTO, abr. 2014).

Por força do enfraquecimento da ação social e política da Igreja Católica, diversas igrejas pentecostais e neopentecostais vêm atuando em Monte Santo há mais de dez anos. A expansão dessas novas igrejas contribuiu para o enfraquecimento das romarias. A busca por um novo discurso, que apregoa valores como riqueza ao contrário da pobreza, - como é o caso da Igreja Universal do Reino de Deus, em especial -, tem feito com que diversos fiéis católicos migrem para essas Igrejas. Diante dessa realidade, a relação do poder público com essas igrejas se dá de forma diferente da católica.

A Prefeitura patrocina eventos, totalmente ligados aos atos religiosos dos evangélicos, como o que aconteceu no dia 6 de outubro de 2013, intitulado de “1º Desperta Monte Santo”, que reuniu igrejas ou templos, como a Assembleia de Deus, Batista e Congregação Cristã do Brasil, dentre outras. Centenas de pessoas de Monte Santo, e de outras cidades, participaram do evento cuja estrutura foi toda montada pela Prefeitura (Figs. 85 a 87).



**Fig. 85 - Multidão participante do “Desperta Monte Santo”**  
Foto: montesanto.net, 2013



**Fig. 86 – Barracas montadas pela Prefeitura para igrejas participantes do evento**  
Foto: montesanto.net , 2013



**Fig.87 – Barracas montadas para igrejas participantes do evento**  
Foto: montesanto.net, 2013.

A aparente perda da autenticidade da fé católica local, assim como a desvalorização da tradição cultural histórica, é comentada frequentemente pelos moradores mais antigos e pelos próprios fiéis católicos. O poder público demonstra a

busca de equilíbrio político entre a religião católica e a neopentecostal. Para tanto, o dispêndio público alcançou os eventos evangélicos, assim como ocorre na espetacularização das datas festivas católicas.

Vale ressaltar que a crescente atuação das religiões evangélicas a semelhança das festas e a decadência das tradições católicas fazem parte das mudanças que ocorrem em nível mundial, nacional e regional como no local estudado.

## CONCLUSÕES

Monte Santo como cidade santuário, mesmo que periodicamente, apresenta uma história, baseada no catolicismo popular e no fluxo de visitantes, que percorrem o caminho da Santa Cruz, nos tempos consagrados, por eles determinados, há mais de dois séculos.

Buscou-se compreender como a religiosidade local, e as peregrinações ao Santuário da Santa Cruz influenciaram, e ainda despertam a vida da cidade, contribuindo para uma configuração específica, nos dois períodos marcantes durante o ano, mesmo sem a cidade possuir estrutura adequada para acolher a quantidade de pessoas que se deslocam para ela em romarias.

A busca de milagres ou pagamento de promessas é o que impulsiona a maior parte dos visitantes para Monte Santo. A devoção dessas pessoas muda o ritmo da cidade, criando e delimitando espaços sagrados e espaços profanos, com o aquecimento do comércio e mudando, momentaneamente, a renda da população local que, mesmo demonstrando certa indiferença religiosa, se envolve com essas atividades, com interesse econômico.

A população local, o poder público e a Igreja católica, representada pela Paróquia e Irmandade do Santíssimo Sacramento e Santa Cruz, se mostram interessados em preservar a cultura local e as tradições ligadas às romarias ao Santuário da Santa Cruz. Contudo, além da decadência e indiferença dos representantes da Igreja Católica, o que se evidencia são ideias e atitudes divergentes, em alguns aspectos, principalmente porque a maioria da população, em especial os jovens, desconhece a história e a cultura locais, assuntos ausentes no ensino público.

Acresce aos problemas de ordem cristã/católica o surgimento de outras denominações (evangélicas) que mais contribuiram para um aprofundamento da cisão religiosa já existente, do que como um somatório de forças para defender a melhoria do espaço urbano monte-santense.

Também, não há promoção de eventos culturais impactantes para fazer o monte-santense conhecer sua terra. A população nunca é envolvida em ações de resgate cultural, em consequência, ela não dá o merecido valor ao Santuário, alvo

das peregrinações. Envolvem-se em atividades que deem retorno financeiro. Os romeiros chegam, cumprem seu objetivo e vão-se embora tangenciando a cidade.

A Irmandade, sendo o único grupo organizado, que representa a identidade religiosa da população, culpa apenas os padres pela decadência da fé mas, ao mesmo tempo, não assume atitudes para promover uma transformação. O governo municipal acredita - teoricamente demonstrado no Plano Diretor Participativo Municipal, de 2006 -, que a cidade poderá se tornar um grande centro de turismo regional, com base na exploração do turismo religioso. Entretanto, os investimentos da prefeitura são destinados para os visitantes e não para os romeiros e fiéis da cidade, pois, a estrutura, montada periodicamente, é exclusiva para aqueles que buscam apenas diversão profana. As romarias não têm acolhimento, nem encontram estrutura patrocinada pelo poder público, para acomodá-los no centro da cidade e mesmo fora dele.

O turismo religioso é visto como uma alternativa imediata e, ao mesmo tempo, fácil, para ajudar a superar o atraso e as carências do município. A transformação de romeiros em turistas, que provoquem mudanças no crescimento do comércio, da cidade, é a ideia que se propaga, principalmente entre os políticos locais.

As propostas político-administrativas do município, cujas metas foram aqui apresentadas, estão muito organizadas, com ideias inovadoras, com preocupação com a população futura, e esporádica, e com a sustentabilidade. Tudo é previsto, como se disse, no Plano Diretor, porém, nada foi implementado até o momento. As obras feitas pela prefeitura desvirtuam, ou mesmo contradizem, o proposto pelo Plano Diretor - instrumento de planejamento do município que, teoricamente, e mesmo em atenção à Constituição de 1988 e ao Estatuto da Cidade -, deveria, em princípio, ser obedecido.

Em consequência, Monte Santo precisa urgentemente se estruturar, administrativa e financeiramente, e se capacitar para responder às expectativas do planejamento proposto e para desempenhar seu papel no contexto municipal e regional, como local de vivência e convivência, - social e cultural -, da produção e de mercado, colocando em execução o planejado.

O passado já demandava, mas o futuro demanda, mais ainda, conformações e transformações no espaço urbano dada a importância da cidade, como polo religioso e a afluência constante de romeiros, uma população flutuante de muitas

centenas de pessoas. Basta vontade política, e cumprimento de parcela do Plano Diretor, por parte de seus governantes. Se os moradores da cidade estão desacreditados na fé e na Igreja Católica, a cidade pode contar com o poder da memória coletiva de católicos, de outras cidades ou estados, que formam essa leva de centenas de pessoas ao Santuário da Santa Cruz, duas vezes ao ano.

Por outro lado, as transformações urbanas, devem ser precedidas por políticas de proteção do patrimônio histórico, religioso, arquitetônico, ambiental e paisagístico. Assegurar a proteção dos bens patrimoniais do município, realizando inventário específico. Classificação e cadastramento são algumas das ferramentas dessa política de valorização, para registrar a cultura local e criar um instrumento de reconhecimento para seu conhecimento.

A realidade do estado da cultura atual, em Monte Santo, é bastante preocupante, pois se constata a falta de cuidado com as manifestações típicas e importantes do município e a progressiva transformação de algumas delas, como os festejos religiosos que, a cada ano, perdem sua originalidade, em favor de apresentação de artistas sertanejos, de forró ou axé, estranhos, tanto ao município quanto à cultura local. O descuido dos padres e o descaso da Prefeitura estão associados a essa realidade onde o profano toma o lugar do sagrado.

Monte Santo está se homogeneizando, e repetindo os modelos de inúmeros outros municípios brasileiros, ao aceitar pacificamente esses eventos profanos, patrocinados publicamente à custa do sacrifício da população da região das secas. Diferentemente dos muitos municípios, que Monte Santo hoje copia, não têm esse patrimônio, no alto da serra do Piquaraçá. Se Bom Jesus da Lapa se adaptou às novas realidades, Monte Santo pode copiar esse exemplo. Quanto aos espaços de cultura, estes praticamente não existem. Resume-se a um museu, que praticamente não funciona e uma feira livre que vende objetos artesanais locais, na época de romarias.

Após análise mais aprimorada, em especial, das manifestações religiosas, tanto em Monte Santo, quanto em Bom Jesus da Lapa, e de realizar entrevistas entre estudantes, intelectuais, irmãos da Irmandade do Santíssimo Sacramento e Santa Cruz, consultas aos livros dessa e de outras irmandades, estado de funcionamento da Igreja Matriz, ações dos padres e da prefeitura, esta em relação

ao Plano Diretor, pode-se considerar que a situação da cidade, na atualidade, é muito delicada.

Algumas alternativas de desenvolvimento da cidade foram propostas no Plano Diretor Municipal. Cabe o poder público, em todas as esferas, juntamente com a iniciativa privada e a participação popular, desenvolver os projetos com objetividade, já que a busca do desenvolvimento local deve envolver todas as partes para a consolidação das propostas.

Algumas dessas propostas, por exemplo, estão relacionadas à melhoria da infraestrutura e receptividade para o romeiro na cidade, divulgação mais ampla do calendário religioso, além do maior envolvimento da paróquia e do poder público com as datas de festas religiosas, patrimônio, que pode ser considerado imaterial, - e já poderia estar reconhecido -, e significativo para o município.

A ocupação da cidade pelos romeiros, os cultos, devoções e práticas por eles transmitidos, obrigam a cidade a dar-lhes uma atenção mais especial, por se tratar de um investimento, que pode dar retorno positivo ao município. As datas e os locais, considerados importantes para comemorações sagradas, devem passar por constante valorização e preservação, pois é esse caráter local que faz com que o visitante fiel visite Monte Santo e confira uma identidade específica ao lugar, pois, afinal o sagrado e o profano poderiam conviver lado a lado no espaço aqui estudado, contanto que a conscientização dos poderes públicos (IPHAN, Igreja, Prefeitura, Estado) e entidades constituídas promovessem um diálogo aberto.

## REFERÊNCIAS

### Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Paulo Ormino de. Um sacro monte no sertão baiano. **Barroco**. Belo Horizonte, nº 12, p. 161, 1982.

BAHIA. CAR. Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional. Alternativas sócio-econômicas para o desenvolvimento da Região Sisaleira. Salvador: CAR, 1994.

BAHIA. IPAC. Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural. **Restauração das escadarias e Santuário da Santa Cruz de Monte Santo-Ba**. Salvador: Governo do Estado da Bahia, 1998.

\_\_\_\_\_. IPAC. **Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia**. Salvador: Governo do Estado da Bahia. Salvador, 1999. v. 6.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Os deuses do povo**: um estudo sobre a religião popular. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BRASIL. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. v. 21. p. 43-47.

BRASIL. IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Inventário nacional de bens móveis e integrados da Bahia**. Salvador: IPHAN, 1995, v. 34.

CARVALHO, Celso Santos; ROSSBACH, Anaclaudia (Orgs.). **O estatuto das cidades comentado**. São Paulo: Ministério das Cidades/Aliança das Cidades, 2010.

CARVALHO, Mário Cezar. Destruição de imagens revoltam fiéis na Bahia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 set. 2003, cad. Brasil, p. A18.

Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia - CODES SISAL. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sisal**. Valente, 2007.

CORREA, Roberto Lobato. Interações espaciais. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Explorações geográficas**: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997. p. 279-318.

COSTA, Otávio José Lemos. Hierópolis: o significado dos lugares sagrados no sertão cearense. In. ROSENDAHL, Zeny, (Org.). **Trilhas do sagrado**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2010. p. 35-60.

CUNHA, Euclides. **Os sertões**. 27ed. Brasília/DF: Universidade de Brasília, 1963.

DINIZ, José Alexandre Felizola. **O subsistema urbano Juazeiro do Norte/Crato**. SUDENE. João Pessoa: Ed. Grafset, 1989.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**: a essência das religiões. 3ª ed. São Paulo, Martins Fontes, 2012.

\_\_\_\_\_. **Tratado de história das religiões**. Tradução de Fernando Tomaz e Natália Nunes. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

FERNANDES, Rubem Cesar. **Os cavaleiros do Bom Jesus**, uma introdução às religiões populares. São Paulo: Brasiliense, 1982.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. **Religiosidade e suas manifestações no espaço urbano de Salvador**. Salvador, 2014 (digit.).

\_\_\_\_\_. O Concílio de Trento: as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia e a arte religiosa no Brasil. **Imagem Brasileira**, Belo Horizonte, v. 4, p. 13-20, 2009.

\_\_\_\_\_. **Oficiais mecânicos na cidade do Salvador**. Salvador: Prefeitura Municipal do Salvador; Departamento de Cultura; Museu da Cidade, 1974.

LOOT, Mirian Moura. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Comunicação apresentada no **VII Simpósio da Associação Brasileira de História das Religiões**, Universidade Católica de Minas Gerais. Anais do VII Simpósio da Associação Brasileira de História das Religiões. Belo Horizonte-MG, 2005

MAGALHÃES, Janilson Alves. **A romaria da terra e das águas de Bom Jesus da Lapa/Ba**: (Re) invenção do religioso e do político. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2010.

MARQUES, Leônidas de Santana. **Os fundos de pasto do município de Monte Santo (Ba) e a política de desenvolvimento territorial**: conflitos e interesses territoriais no campo, 2013. 201 fls. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe. Aracajú-SE, 2013.

OLIVEIRA, Enoque José de. Movimento histórico de Canudos. Resgate a partir do olhar da experiência. **Revista Canudos**, Salvador, v. 2, nº. 2p. 1-21, 1997.

OLIVEIRA, José Cláudio Alves de. **Ex-votos da sala de milagres do Santuário de Bom Jesus da Lapa**: sociedade, religião e arte. 1995, 112fl. Dissertação (Mestrado em Artes), Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia. Salvador/Ba, 1995.

OLIVEIRA, Rivadavia Cunegundes de. **Monte Santo e sua história**. Monte Santo, Bahia: Edição própria, 2002.

PAES, Maria Tereza Duarte. Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais. In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Daves Gruber; BURSZTIN, Ivan. **Turismo de base comunitária**; diversidade de olhares e experiências brasileiras. Brasília: Ministério do Turismo, 2009. p. 162-176.

PATIAS, Jaime Carlos. O sagrado e o profano: do rito religioso ao espetáculo midiático. Trabalho apresentado ao **II Seminário Comunicação na Sociedade do Espetáculo**, São Paulo, 2007.

PEDREIRA, Pedro Tomás; ROCHA, Rubens. **O Monte Santo de frei Apolônio**. Bahia, EMTUR, 1983.

REESINK, Misia Lins; REESINK, Edwin. Entre romeiros e turistas: a busca do turismo religioso como alternativa econômica em um município do sertão baiano. **Estudos de Sociologia**, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE. Recife, v. 13, nº 1, p. 195-217, set. 2000.

REGNI, Pietro Vittoriano. **Os capuchinhos na Bahia**: os capuchinhos italianos (1705-1892). Porto Alegre: Palloti, 1988. v. 2.

ROSENDAHL, Zeny. **Primeiro a obrigação, depois a devoção**: estratégias espaciais da Igreja Católica no Brasil de 1500 a 2005. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012.

\_\_\_\_\_. Espaço, cultura e Religião: dimensões de análise. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 187-224.

\_\_\_\_\_. **Hierópolis**: o sagrado e o urbano. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

\_\_\_\_\_. **Espaço e religião**: uma abordagem geográfica. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.

ROSA, Wedmo Teixeira. **As implicações sócio-espaciais das romarias no espaço urbano e regional de Milagres-BA**. 2007, 217fl. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal da Bahia. Salvador/Ba., 2007.

SÁ, Antônio Fernando de Araújo. O sertão de Pierre Verger Texto apresentado **XXVIII Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos (LASA 2009)**., PUC-RJ. Anais do XXVIII Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos. Rio de Janeiro, 11 a 14 de junho de 2009.

SANTA MARIA, Agostinho (frei). Santuário mariano e historia das imagens milagrosas de Nossa Senhora e milagrosamente manifestadas & apparecidas em o Arcebispado da Bahia, em graça dos pregadores & de todos os devotos da Virgem Maria Nossa Senhora... Lisboa Occidental: Na Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1722. v. 9. (Oferecida a D. Sebastião Monteiro da Vide).

SANTOS, Antônio Jorge Barreto. **Ouro em Monte Santo**. São Paulo: Mair, 1997.

SILVA, Cândido da Costa e. **Roteiro da vida e da morte**: um estudo do catolicismo no sertão da Bahia. São Paulo: Ática, 1982.

SILVA, Ignácio Accioli de Cerqueira e. **Memórias históricas e políticas da Bahia**. Edição anotada por Braz do Amaral. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1933. v. 5.

SILVA, Siéllysson Francisco da. As fontes e as práticas religiosas da Irmandade do Rosário dos Pretos em Areia/PB. **Paralellus**. Revista eletrônica em Ciências da Religião, Recife, ano 3, nº 5, p. 109-120, jan./jun. 2012.

SOUZA JUNIOR, José Pereira de. Irmandades religiosas: espaços de devoção e disputas políticas na Paraíba oitocentista. **Simpósio Nacional de História/ANPUH**, 25, Fortaleza, 2009, p.1-11.

SOUZA, Alcides Mafra de. (Coord.). **Guia dos bens tombados da Bahia**. Rio de Janeiro: Cultura e Expressão, 1993.

STEIL, Carlos Alberto. Romeiros e turistas no Santuário de Bom Jesus da Lapa. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 9, nº 20, p. 249-261, out. 2003.

\_\_\_\_\_. **O sertão das romarias**: um estudo antropológico sobre o santuário de Bom Jesus da Lapa–Bahia. Petrópolis/RJ: Vozes, 1996.

TUAN, Yu-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

\_\_\_\_\_. **Topofilia**. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1980.

VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e história cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínio da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: AMPUS, 1997, p. 127-162.

VARGAS LLOSA, Mario. **A guerra do fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

### Fontes documentais

DOM. Diário Oficial dos Municípios. Inexigibilidade de licitação Nº 030/201312.06.2013, p. 8. Contratação de empresa especializada em produção de eventos.

\_\_\_\_\_. Inexigibilidade de licitação Nº 019/2013. Contratação de empresa especializada em produção de eventos.

\_\_\_\_\_. Extrato do contrato. 15.08.2013, p. 4. Contratação de empresa especializada em produção de eventos.

\_\_\_\_\_. Inexigibilidade de licitação Nº 028/2013 25.10.2013, p. 2. Contratação de empresa especializada em produção de eventos.

\_\_\_\_\_. Inexigibilidade de licitação Nº 012/1217.02.2012, p.1. Contratação de empresa especializada em produção de eventos.

\_\_\_\_\_. Inexigibilidade de licitação Nº 013/1213.03.2012, p.1. Contratação de empresa especializada em produção de eventos.

\_\_\_\_\_. Inexigibilidade de licitação Nº 013/12 20.03.2012, p.1. Contratação de empresa especializada em produção de eventos.

\_\_\_\_\_. Inexigibilidade de licitação Nº 026/1203.05.2012, p.1. Contratação de empresa especializada em produção de eventos.

\_\_\_\_\_. Inexigibilidade de licitação Nº 026/1220.09.2012, p.1. Contratação de empresa especializada em produção de eventos.

\_\_\_\_\_. Extrato de Contrato nº 032/11 – Convite nº 032/11.07.06.2011, p. 2. Contratação de empresa especializada em produção de eventos.

\_\_\_\_\_. Extrato de Contrato nº 041/11 – Inexigibilidade nº 041/11. 20.06.2011, p.2. Contratação de empresa especializada em produção de eventos.

\_\_\_\_\_. Extrato de Contrato nº 046/11 – Inexigibilidade nº 046/11.01.07.2011, p.2. Contratação de empresa especializada em produção de eventos.

\_\_\_\_\_. Extrato de Contrato nº 051/11 – Inexigibilidade nº 051/11.09.08.2011, p.2. Contratação de empresa especializada em produção de eventos.

\_\_\_\_\_. Extrato de Contrato nº 056/11 – Inexigibilidade nº 056/11.22.09.2011, p. 2. Contratação de empresa especializada em produção de eventos.

\_\_\_\_\_. Extrato de Contrato nº 062/11 – Inexigibilidade nº 062/11.14.10.2011, p. 2. Contratação de empresa especializada em produção de eventos.

\_\_\_\_\_. Extrato de Contrato nº 063/11 – Inexigibilidade nº 063/11.18.10.2011, p.2. Contratação de empresa especializada em produção de eventos.

\_\_\_\_\_. Extrato de Contrato nº 065/11 – Inexigibilidade nº 065/11.19.10.2011, p. 2. Contratação de empresa especializada em produção de eventos.

\_\_\_\_\_. Extrato de Contrato nº 071/11 – Inexigibilidade nº 071/11.30.11.2011, p. 2. Contratação de empresa especializada em produção de eventos.

\_\_\_\_\_. Extrato de Contrato nº 022/10 – Inexigibilidade nº 022/10 12.05.2010, p. 1. Contratação de empresa especializada em produção de eventos.

\_\_\_\_\_. Inexigibilidade de licitação Nº 040/10 07.06.2010, p.1. Contratação de empresa especializada em produção de eventos.

\_\_\_\_\_. Extrato de Contrato nº 041/10 – Convite nº 041/10 . Contratação de empresa especializada em produção de eventos.

\_\_\_\_\_. Extrato de Contrato nº 040/10 – Inexigibilidade nº 040/10 05.07.2010, p. 1. Contratação de empresa especializada em produção de eventos.

\_\_\_\_\_. Extrato de Contrato nº 052/10 – Convite nº 052/10. Contratação de empresa especializada em produção de eventos.

\_\_\_\_\_. Extrato de Contrato nº 066/10 – Convite nº 066/10 08.09.2010, p. 1. Contratação de empresa especializada em produção de eventos.

\_\_\_\_\_. Inexigibilidade de licitação Nº 058/10. Inexigibilidade de licitação Nº 059/10 17.09.2010, p. 1. Contratação de empresa especializada em produção de eventos.

\_\_\_\_\_. Extrato de Contrato nº 055/10 – Inexigibilidade nº 055/10 20.09.2010, p.1. Contratação de empresa especializada em produção de eventos.

\_\_\_\_\_. Extrato de Contrato nº 062/10 – Convite nº 062/10. Inexigibilidade de licitação Nº 065/10 13.10.2010, p. 1. Contratação de empresa especializada em produção de eventos.

\_\_\_\_\_. Extrato de Contrato nº 014/2009 – Convite nº 014/2009. Extrato de Inexigibilidade nº 002/2009 – Inexigibilidade nº 002/2009 01.07.2009, p. 1. Contratação de empresa especializada em produção de eventos.

\_\_\_\_\_. Extrato de Contrato nº 003/2009 – Inexigibilidade nº 003/2009 –23.09.2009, p. 1. Contratação de empresa especializada em produção de eventos.

\_\_\_\_\_. Inexigibilidade de licitação Nº 008/2009 30.09.2009, p.1. Contratação de empresa especializada em produção de eventos.

\_\_\_\_\_. Extrato de Contrato nº 031/2009 – Convite nº 031/2009 27.10.2009, p. 1. Contratação de empresa especializada em produção de eventos.

\_\_\_\_\_. Extrato de Contrato nº 032/2009 06.11.2009, p. 1. Contratação de empresa especializada em produção de eventos.

\_\_\_\_\_. Extrato de Contrato Nº. 002 e 003/2008 – Inexigibilidade Nº. 002 E 003/2008. 4 jul. 2008, p.1. Contratação de empresa especializada em produção de eventos.

\_\_\_\_\_. Extrato de Contrato Nº 014, 015, 016 E 017/2008. 16 jul. 2008, p. 1. Contratação de empresa especializada em produção de eventos.

MONTE SANTO, Prefeitura de Monte Santo. **Plano Diretor de Monte Santo. Relatório de Andamento.** Monte Santo, 2006a.

\_\_\_\_\_. **Plano Diretor de Monte Santo. Relatório do Plano Estratégico.** Monte Santo, 2006b.

\_\_\_\_\_. **Plano Diretor de Monte Santo. Relatório Final.** Monte Santo, 2006c.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12, de 5 de outubro de 2006.

MONTE SANTO. Departamento de Tributação da Prefeitura. **Informações Municipais.** 2014.

PARÓQUIA. **Livro de atas do Apostolado do Sagrado Coração de Jesus,** Monte Santo/Bahia, Arquivo da Secretaria da Paróquia do Sagrado Coração de Jesus, 1934-1951, fls. 1-100, ms.

PARÓQUIA. **Livro de atas e deliberações da Irmandade do Santíssimo Sacramento.** Monte Santo/Bahia, Arquivo da Secretaria da Paróquia do Sagrado Coração de Jesus, 1874-1905, fls. 1-9, ms.

PARÓQUIA. **Livro de compromisso da Irmandade das Santas Almas.** Monte Santo/Bahia, Arquivo da Secretaria da Paróquia do Sagrado Coração de Jesus, 1870, fls. 1-17, ms.)

PARÓQUIA. **Livro de despesas e receitas da Irmandade do Santíssimo Sacramento.** Monte Santo/Bahia, Arquivo da Secretaria da Paróquia do Sagrado Coração de Jesus, 1870 - 1889, fls. 1-59, ms.

PARÓQUIA. **Livro de inscrição, da Irmandade do Santíssimo Sacramento.** Monte Santo/Bahia, Arquivo da Secretaria da Paróquia do Sagrado Coração de Jesus, 1907, fls. 1-9, ms.

PARÓQUIA. **Livro de receitas e despesas da Irmandade do Santíssimo Sacramento e Santa Cruz.** Monte Santo/Bahia, Arquivo da Secretaria da Paróquia do Sagrado Coração de Jesus, 1907-1947, fls. 1-200, ms.

PARÓQUIA. **Livro de Registros de visitantes no Santuário.** Monte Santo/ Bahia, Arquivo da Secretaria da Paróquia do Sagrado Coração de Jesus, 1868, fls. 1-100, ms.

PARÓQUIA. **Livro de Tombo da Irmandade das Santas Almas.** Monte Santo/ Bahia, Arquivo da Secretaria da Paróquia do Sagrado Coração de Jesus, 1868. fls.1-7, ms.

### Fontes orais

ANDRADE, Timóteo. **Entrevista** concedida a Raimundo Pinheiro Venâncio Filho, Monte Santo, 19 abr. 2014.

ARAÚJO, Eduardo. **Entrevista** concedida a Raimundo Pinheiro Venâncio Filho, Monte Santo, mar. de 2014.

BARRETO, Carmem da Silva. **Entrevista** concedida a Raimundo Pinheiro Venâncio Filho, Monte Santo, 10 dez. 2014.

CAMPOS, Joanita Alvina. **Entrevista** concedida a Raimundo Pinheiro Venâncio Filho, Monte Santo, mar. 2013.

CARDOSO, Janaína Sabina. **Entrevista** concedida a Raimundo Pinheiro Venâncio Filho, Monte Santo, 4 abr. 2014

CORDEIRO, Marcos Vinícius da Silva. **Entrevista** concedida a Raimundo Pinheiro Venâncio Filho, Monte Santo, mai. 2013.

FERREIRA, Sandro do Carmo. **Entrevista** concedida a Raimundo Pinheiro Venâncio Filho, Monte Santo, 15 abr. 2014.

JESUS, Roberto Carlos de. **Entrevista** concedida a Raimundo Pinheiro Venâncio Filho, Monte Santo, 09 de fev de 2014).

MOREIRA, Elenita. **Entrevista** concedida a Raimundo Pinheiro Venâncio Filho. Monte Santo, 15 dez 2013.

OLIVEIRA, Sidmar da Silva. **Entrevista** concedida a Raimundo Pinheiro Venâncio Filho, Monte Santo, 28 abr 2014.

PINTO, Gilson Lopes. **Entrevista** concedida a Raimundo Pinheiro Venâncio Filho, Monte Santo, 24 de abr 2014.

PINTO, Hildegardo Cordeiro Amador. **Entrevista** concedida a Raimundo Pinheiro Venâncio Filho, Monte Santo, mai. 2013.

PRIMO, Miguel de Santana. **Entrevista** concedida a Raimundo Pinheiro Venâncio Filho, Monte Santo, 9 fev. 2014.

SANTANA, Ivan. **Entrevista** concedida a Raimundo Pinheiro Venâncio Filho, Monte Santo, 7 abr 2014.

SANTOS, Antônio Jorge Barreto. **Entrevista** concedida a Raimundo Pinheiro Venâncio Filho. Monte Santo, out. 2013.

SANTOS, Idalício José dos. **Entrevista** concedida a Raimundo Pinheiro Venâncio Filho, Monte Santo, mar. 2013.

SILVA, Josefa Maria da. **Entrevista** concedida a Raimundo Pinheiro Venâncio Filho, Monte Santo, mar. 2013.

### **Fontes eletrônicas**

ARRUDA, Angelo Marcos Vieira de. Rede de avaliação e capacitação para implementação dos planos diretores participativos. Avaliação dos planos diretores. **Observatório das Metrópoles**, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.observatoriodasmetroles.net>>. Acesso em: 21 dez. 2011.

BAHIA. Governo do Estado da Bahia. **EMBASA**, site oficial, 2014. Disponível em [http://www.embasa.ba.gov.br/sites/default/files/relatorio\\_anual/Nordestina,%20Quijingue,%20Cansancao%20e%20Monte%20Santo.pdf](http://www.embasa.ba.gov.br/sites/default/files/relatorio_anual/Nordestina,%20Quijingue,%20Cansancao%20e%20Monte%20Santo.pdf). Acesso em: set 2014.

BAHIA. SECULT. Secretaria de Cultura da Bahia. **Territórios de identidade da Bahia**. 2009 Disponível em: <http://www.cultura.ba.gov.br/territorios-culturais>. Acesso em 10 ago. 2014.

BAHIA. SICM. Secretaria da Indústria Comércio e Mineração da Bahia. **Rochas ornamentais da Bahia-Brasil**. 1994. Disponível em <http://www.sicm.ba.gov.br/>. Acesso em: 12 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. SICM. Secretaria da Indústria Comércio e Mineração da Bahia. **Guia setorial de rochas ornamentais**, 2011. Disponível em <http://www.sicm.ba.gov.br/vs-arquivos/imagens/revista-pdf-3909.pdf> . Acesso em 17 jul. 2013.

BAHIA. CBPM. Companhia Baiana de Pesquisa Mineral. **Projeto Itapicuru Norte, 2010**. Disponível em < <http://www.cbpm.com.br>>. Acesso em 16 ago. 2013

BAHIA. SEI. Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos da Bahia. **Regiões econômicas do estado da Bahia**, 2002. Disponível em <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em 20 ago. 2013.

BAHIA. SESAB. Secretaria de Saúde da Bahia. **Mais médicos Bahia**. 2013. Disponível em: [file:///C:/Users/HP/Downloads/ATM39102013102225maismedicos\\_cobertura.pdf](file:///C:/Users/HP/Downloads/ATM39102013102225maismedicos_cobertura.pdf). Acesso em 14 set. 2014.

BARBOSA, Elvis Pereira. Cavernas e religião: considerações sobre algumas romarias em cavernas no sertão da Bahia. Congresso Brasileiro de Espeleologia, 30. **Anais**. Montes Claros/MG: Sociedade Brasileira de Espeleologia 9-12 jul. 2009. 1-6. Disponível em: [http://www.sbe.com.br/anais30cbe/30cbe\\_001-006.pdf](http://www.sbe.com.br/anais30cbe/30cbe_001-006.pdf). Acesso em 24 de jul. 2014.

BRASIL. IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em [http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=290390&lang=\\_EN](http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=290390&lang=_EN). Acesso em 14 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.censo.2010.ibge.gov.br>. Acesso em 12 ago. 2013.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). **O que é grilagem**. Disponível em: <http://incra.gov.br/oquegrilagem>. Acesso em: 29 ago 2014.

BRASIL. INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)**. 13 jun. 2011. Disponível em:<http://www.portalideb.com.br>. Acesso em 12 ago. 2013.

BRASIL. INMET. Instituto Nacional de Meteorologia, 2013. **Clima**. Disponível em : <http://www.inmet.gov.br/portal/>. Acesso em: 15 jun. 2013.

BRASI. CPRM. Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais. **Mapas geológicos, 2010**. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/>. Acesso em: 13 set. 2013.

BRASIL. IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **A década Inclusiva (2001-2011): desigualdades, pobreza e políticas de renda**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em 10 ago. 2013.

BRASIL. **Exército Brasileiro, Intendência**, 2014. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/bitencourt-intendencia>>. Acesso em: 10 de jul. de 2014.

CASTRO, Jânio Roque Barros de. A topografia do sagrado e a natureza mística das cidades-santuários: uma leitura a partir da cidade de Bom Jesus da Lapa – Ba. **Espaço e Cultura**. UERJ, Rio de Janeiro, nº 24, p. 33-43, jul.-dez. 2008. Disponível em <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/3572/2492>, Acesso em: 20 dez 2013.

COELBA. **Coelba está no Programa Luz para Todos**. Disponível em: [file:///C:/Users/HP/Downloads/Empresa\\_vai\\_levar\\_energia\\_a\\_mais\\_de\\_350\\_mil\\_domicilios\\_da\\_zona\\_rural.pdf](file:///C:/Users/HP/Downloads/Empresa_vai_levar_energia_a_mais_de_350_mil_domicilios_da_zona_rural.pdf). Acesso em: 10 out 2014.

CONGREGAÇÃO DO SANTÍSSIMO REDENTOR (CSrR). **Redentoristas da Bahia**, 2014. Disponível em: [www.redentoristas.com.br/redent\\_bahia.htm](http://www.redentoristas.com.br/redent_bahia.htm). Acesso em: 21 jul. 2014.

CONSOLATA, Pt. **Missionario/as da Consolata em Portugal**. 2014. Disponível em: <http://www.consolata.pt/> Acesso abr. 2014.

ELIADE, Mircea. **Ganz andere**, s.d. Disponível em <http://www.borkenhagen.net/reflexoes/ganzandere.html>. Acesso em 4 jul. 2014)

FLEXOR, Maria Helena Ochi. Imagens de roca e de vestir na Bahia. **Revista Ohun**. Revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes da UFBA. Salvador, ano 2, nº 2, outubro 2005. Disponível em: <http://www.revistaohun.ufba.br/>. Acesso em: 4 nov. 2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Evangélicos fazem ataque a Aparecida**. 1995. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1995/10/13/2/>. Acesso em: 14 jul 2014

GOOGLE EARTH. Acesso em 10 de out. 2014.

GONÇALVES, Nuno da Silva. **Religião, padroado**. s.d. Disponível em: <http://www.fcsh.unl.pt/cham/eve//content.php?printconceito=1197>. Acesso em 26 jul.=2014.

HISTÓRIA da Guerra de Canudos. s.d. Disponível em <http://www.culturabrasil.org/historiadaguerradecanudos.htm>. Acesso em: 11 jun. 2014.

KAIMBÉ. Massacará. BA. **Biografia dos índios Kaimbé do Massacará**. 2011. <http://www.kaimbe.blogspot.com.br/2011/02/biografia.html>. Acesso em 11 jan. 2013.

MATTOS, Claudia Valladão de. Arquivos da memória: Aby Warburg, a história da arte e a arte contemporânea. II ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE – IFCH / UNICAMP , 1, 2006, Campinas. Anais do II Encontro de História da Arte. Campinas. Disponível em: <http://www.unicamp.br/chaa/eha/atas/2006/DE%20MATTOS,%20Claudia%20Valladao%20-%20IIIEHA.pdf>. Acesso em: 10 out. 2014.

ODM – Acompanhamento Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. **Relatórios Dinâmicos Indicadores Municipais**. Monte Santo (BA). Disponível em: <http://www.portalodm.com.br/relatorios>. Acesso em 1 ago. 2013

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas Brasil 2013**. Disponível em: <http://pnud.org.br/>. Acesso em: jan. 2014.

PORTAL DE MONTE SANTO. **Eventos**. Disponível em: [www.montesanto.net](http://www.montesanto.net). Acesso em: 20 ago 2014.

SANTUÁRIO DO BOM JESUS DO MONTE. Disponível em: <http://www.forum.bracarae.com/>

SILVA, José Calasans Brandão da. **Subsídios à história das capelas de Monte Santo**. Trabalho lido na Câmara de Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Conselho Estadual do Estado da Bahia. Salvador: EMTUR – Empreendimentos Turísticos. Bahia, 1983. Disponível em: [josecalasans.com/downloads/artigos/31.pdf](http://josecalasans.com/downloads/artigos/31.pdf). Acesso em: 10 dez. 2014.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Astronomia. Disponível em: [www.cdcc.sc.usp.br/cda/sessao-astronomia/.../data-carnaval-08032003](http://www.cdcc.sc.usp.br/cda/sessao-astronomia/.../data-carnaval-08032003). Acesso em: set 2014.

VATICANO. Congregação para Evangelização dos Povos. s.d. Disponível em: [http://www.vatican.va/roman\\_curia/congregations/cevang/documents/rc\\_con\\_cevang\\_20100524\\_profile\\_po.html](http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cevang/documents/rc_con_cevang_20100524_profile_po.html) Acesso em: 20 jul. 2014.

VILLAÇA, Flávio. **A ilusão do plano diretor**. São Paulo, edição do autor, 2005. Livro em arquivo.pdf disponível em [www.usp.br/fau/galeria/paginas/index.html](http://www.usp.br/fau/galeria/paginas/index.html). Acesso em 25 de julho de 2014.

### Fontes iconográficas

ROCHA, Glauber. **Deus e o diabo na terra do sol**. Direção: Glauber Rocha. Produção: Luiz Augusto Mendes. Roteiro: Glauber Rocha e Walter Lima Jr. Intérpretes: Geraldo Del Rey, Ioná Magalhães, Maurício do Valle, Corisco, Dadá e Lídio Silva, Marrom, Antonio Pinto, João Gama, Milton Roda. [S. l.]: Copacabana Filmes, 1964. 1 filme (120 min) son. preto e branco.

MONTE SANTO, o caminho da Santa Cruz. Direção José Umberto Dias. Produção: Ângela Machado. Imagens: Ednilson Mota e Sandro Abade. Auxiliar: Nilton Queiroz. Narração: Marla Rodrigues e Johny Santos. Edição de VT: Antônio Carlos dos Santos. Áudio: Carlos Santos e Vera Martins. IRDEB, 1997. Duração: 48 min.

MONTE SANTO. Arquivo fotográfico da Prefeitura de Monte Santo, 2008-2013. Color. , 10 cm x 20 cm.